Plano de Gestão Florestal

UNIDADE DE GESTÃO PAMPILHOSA DA SERRA

PAMPILHOSA DA SERRA

SETEMBRO 2026

Identificação do Proprietário
FlorestGal - Empresa de Gestão e Desenvolvimento Florestal, S.A. 504528319 Rua comendador Joaquim Araújo Lacerda, 16-18 3260-412 Figueiró dos Vinhos (+351) 217817310 **geral@florestgal.pt** Conselho de Administração, Assinado por: **ANTÓNIO JOSÉ DA SILVA VIVAS** Num. de Identificação: 07845024 Data: 2026.09.17 10:40:20+01'00' Assinado por: **ANTÓNIO MIGUEL DIAS CRUZ DE OLIVEIRA** Num. de Identificação: 11295992 Data: 2026.09.17 15:25:59+01'00' **[assinaturas]**
Responsável pela gestão
Sara Rosa (+351) 217817310 **sara.rosa@Florestgal.pt** Assinado por: **Sara Crisália Mendes da Rosa** Num. de Identificação: 09663546 Data: 2026.09.21 10:05:47+01'00' **[assinatura]**

Índice

Índice de Tabelas 5

Índice de Figuras 8

A. Modelo de Avaliação 9

1. Enquadramento Social e Territorial do Plano 10

1.1. Caracterização do Proprietário da Gestão 10

1.2. Caracterização geográfica da exploração florestal 11

2. Caracterização biofísica da propriedade 14

2.1. Relevo e altimetria 14

2.2. Hidrografia 17

2.3. Clima 18

2.4. Litologia e Solos 19

2.5. Fauna, flora e habitats 25

2.6. Pragas, doenças e infestantes 39

2.7. Incêndios florestais, cheias e outros riscos naturais 39

3. Regimes legais específicos 42

3.1. Restrições de utilidade pública 42

3.2. Instrumentos de planeamento florestal 43

3.3. Instrumentos de gestão territorial 46

3.4. Outros ónus relevantes para a gestão 47

4. Caracterização de recursos 48

4.1. Infraestruturas florestais 48

4.2. Caracterização socioeconómica da propriedade 49

B. Modelo de Exploração 54

1. Adequação ao PROF 55

1.1. Contribuição para os objetivos gerais do PROF 55

1.2. Contribuição para os objetivos específicos da SRH 55

2. Caracterização e objetivos da exploração 57

2.1. Caracterização dos recursos 57

2.2. Definição dos objetivos da exploração 68

3. Programas operacionais 70

3.1. Programa de gestão da biodiversidade 70

3.2. Programa de gestão da produção lenhosa 73

3.3. Programa de gestão do aproveitamento dos recursos não lenhosos e outros serviços associados 98

3.4. Programa de infraestruturas 102

3.5. Programa das operações silvícolas mínimas 103

3.6. Gestão florestal preconizada (calendarização das intervenções) 104

B. Anexos 109

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Identificação do Proprietário e do Responsável pela Gestão. 10

Tabela 2 - Identificação do Responsável pela Elaboração do Plano. 10

Tabela 3 – Descrição do património da exploração florestal e inserção administrativa. 11

Tabela 4 - Classes de Altitude da Unidade de Gestão. 14

Tabela 5 - Classes de Declive na Unidade de Gestão. 15

Tabela 6 - Exposição do terreno da Unidade de Gestão. 16

Tabela 7 - Valores das Normais Climatológicas da Unidade de Gestão. 18

Tabela 8 - Caracterização litológica da Unidade de Gestão. 20

Tabela 9 - Classificação de Solos da Unidade de Gestão. 20

Tabela 10 - Espessura dos Solos na Unidade de Gestão. 21

Tabela 11 - Ph do Solo da UG. 22

Tabela 12 - Permeabilidade do Solo da UG. 23

Tabela 13 - Enquadramento Ecológico e Caracterização Autofítica. 26

Tabela 14 - Habitats Naturais presentes na Unidade de Gestão. 27

Tabela 15 - Espécies (flora) identificadas na Unidade de Gestão. 28

Tabela 16 - Espécies (fauna) identificadas na Unidade de Gestão. 30

Tabela 17 - Habitats com estatuto de Altos Valores de Conservação. 32

Tabela 18 - Espécies (Fauna e Flora) com estatuto de Altos Valores de Conservação. 33

Tabela 19 - Caracterização das Ameaças e Medidas de Gestão. 35

Tabela 20 - Áreas ardidas na UG e ano de ocorrência. 39

Tabela 21 - Classe de Perigosidade de Incêndio na UG. 40

Tabela 22 - Índice de Degradação dos Solos (LDI) da UG. 41

Tabela 23 - Restrições de Utilidade Pública. 42

Tabela 24 - Sub-regiões homogéneas da UG. 43

Tabela 25 - Espécies a privilegiar na Sub-Região Homogénea Lousã e Açor. 44

Tabela 26 - Espécies a privilegiar na Sub-Região Homogénea Pampilhosa e Alvelos. 45

Tabela 27 - Espécies a privilegiar na Sub-Região Homogénea Floresta da Beira Serra. 45

Tabela 28 - Enquadramento da Plano Diretor Municipal. 46

Tabela 29 - Zonas de Caça que incluem a UG. 47

Tabela 30 - Rede Viária Florestal da Unidade de Gestão. 48

Tabela 31 - Infraestruturas DFCI. 48

Tabela 32 - Funções Principais, objetivos e subfunções. 50

Tabela 33 - Descrição da nomenclatura utilizada na compartimentação. 58

Tabela 34 - Contribuição para as metas do PROF. 59

Tabela 35 - Compartimentação do Baldio de Pampilhosa da Serra (7.1). 60

Tabela 36 - Compartimentação do Baldio Pessegueiro (7.2). 62

Tabela 37 - Zonamento funcional. 64

Tabela 38 - Objetivos estratégicos para a gestão da exploração. 68

Tabela 39 - Espécies identificadas como Altos Valores de Conservação. 70

Tabela 40 - Habitats identificados como Altos Valores de Conservação. 70

Tabela 41 - Ameaças identificadas na Unidade de Gestão. 71

Tabela 42 - Medidas de gestão propostas pela Ecosativa. 72

Tabela 43 - Compatibilização das intervenções previstas com a conservação das espécies identificadas na UG como AVC. 73

Tabela 44 - Parcelas de Pinheiro-bravo (7.1.1.1 - 7.2.1.6 - 7.2.1.7). 73

Tabela 45 - Descrição das operações para a gestão das parcelas 7.1.1.1, 7.2.1.6 e 7.2.1.7 73

Tabela 46 - Parcelas de Pinheiro-bravo e Medronheiro (7.1.1.2 - 7.1.1.3 - 7.1.1.6 - 7.2.1.9 - 7.2.1.10). 75

Tabela 47 - Descrição das operações das parcelas 7.1.1.2, 7.1.1.3, 7.1.1.6, 7.2.1.9 e 7.2.1.10. 76

Tabela 48 - Parcelas de Pinheiro-bravo (7.1.2.3 - 7.1.2.4 - 7.1.2.6 – 7.2.2.3). 78

Tabela 49 - Descrição das operações das parcelas 7.1.2.3, 7.1.2.4, 7.1.2.6 e 7.2.2.3. 78

Tabela 50 - Parcelas de Pinheiro-bravo (7.1.1.7 - 7.1.2.7 - 7.2.1.3). 81

Tabela 51 - Descrição das operações das parcelas 7.1.1.7, 7.1.2.7 e 7.2.1.3. 82

Tabela 52 - Parcelas de Pinheiro-bravo (7.2.1.4). 84

Tabela 53 - Descrição das operações da parcela 7.2.1.4. 85

Tabela 54 - Parcelas de Pinheiro-bravo (7.1.1.4 - 7.2.1.5). 86

Tabela 55 - Descrição das operações das parcelas 7.1.1.4 e 7.2.1.5. 87

Tabela 56 - Parcela de Pinheiro-bravo e Cipreste (7.2.1.8). 89

Tabela 57 - Descrição das operações da parcela 7.2.1.8. 90

Tabela 58 - Parcelas de Pinheiro-bravo (7.1.3.1 - 7.2.2.4 – 7.2.3.1). 92

Tabela 59 - Descrição das operações das parcelas 7.1.3.1, 7.2.2.4 e 7.2.3.1. 92

Tabela 60 - Parcela de Pinheiro-bravo (7.2.1.1)..... 94

Tabela 61 - Descrição das operações da parcela 7.2.1.1. 95

Tabela 62 - Parcelas de Pseudotsuga (7.1.5.1 - 7.2.5.1). 96

Tabela 63 - Descrições das operações das parcelas 7.1.5.1 e 7.2.5.1. 97

Tabela 64 - Parcela de Carvalho-alvarinho e Pinheiro-bravo (7.1.1.5). 98

Tabela 65 - Parcelas sem intervenção, com função principal de conservação (7.1.2.1 - 7.1.2.5 - 7.2.1.2 - 7.2.2.1). 99

Tabela 66 - Parcelas de beneficiação, com função principal de conservação (7.1.7.1). 99

Tabela 67 - Parcelas de beneficiação, com função principal de proteção (7.1.2.2 - 7.2.2.2) 100

Tabela 68 - Parcelas de beneficiação, com função principal de proteção (7.1.6.1)..... 100

Tabela 69 - Parcelas de beneficiação, com função principal de proteção (7.1.6.2)..... 101

Tabela 70 - Galerias ripícolas. 102

Tabela 71 - Descrição das operações silvícolas mínimas. 103

Índice de Figuras

Figura 1 - Enquadramento Cartográfico. 13

Figura 2 - Mapa de Altimetria. 14

Figura 3 - Mapa de Declive. 15

Figura 4 - Mapa de Exposição. 16

Figura 5 - Enquadramento Hidrográfico. 17

Figura 6 - Enquadramento Litológico e de Solos. 21

Figura 7 - Espessura do Solo. 22

Figura 8 - Ph do Solo. 23

Figura 9 - Permeabilidade do Solo. 24

Figura 10 - Textura do Solo. 25

Figura 11 - Carta Ecológica. 27

Figura 12 - Habitats Prioritários com estatuto de Altos Valores de Conservação. 33

Figura 13 - Espécies (Fauna e Flora) com estatuto de Altos Valores de Conservação. 34

Figura 14 - Área ardida entre 2000 e 2025 na UG. 40

Figura 15 - Enquadramento na Carta de Perigosidade de Incêndio. 41

Figura 16 - Sub-Região Homogénea da UG. 43

Figura 17 - Zonas de Caça que abrangem a UG. 47

Figura 18 - Ocupação atual. 64

Figura 19 - Zonamento Funcional. 66

Figura 20 - Modelo de Silvicultura das parcelas 7.1.1.2, 7.1.1.3, 7.1.1.6, 7.2.1.9 e 7.2.1.10. 76

Figura 21 - Modelo de Silvicultura das parcelas 7.1.2.3, 7.1.2.4, 7.1.2.6 e 7.2.2.3. 78

Figura 22 - Modelo de Silvicultura das parcelas 7.1.1.7, 7.1.2.7 e 7.2.1.3. 82

Figura 23 - Modelo de Silvicultura da parcela 7.2.1.4. 85

Figura 24 - Modelo de Silvicultura das parcelas 7.1.1.4 e 7.2.1.5. 87

Figura 25 - Modelo de Silvicultura da parcela 7.2.1.8. 90

Figura 26 - Modelo de Silvicultura das parcelas 7.1.3.1, 7.2.2.4 e 7.2.3.1. 92

Figura 27 - Modelo de Silvicultura da Parcela 7.2.1.1. 95

Figura 28 - Modelo de Silvicultura das parcelas 7.1.5.1 e 7.2.5.1. 97

A. Modelo de Avaliação

1. Enquadramento Social e Territorial do Plano

1.1. Caracterização do Proprietário da Gestão

1.1.1. Identificação do Proprietário

Tabela 1 - Identificação do Proprietário e do Responsável pela Gestão.

Identificação do Proprietário	
Nome	FlorestGal - Empresa de Gestão e Desenvolvimento Florestal, S.A.
NIF	504528319
Morada	Rua Comendador Joaquim Araújo Lacerda, 16-18 3260-412 Figueiró dos Vinhos
Telefone	(+351) 217817310
E-mail	geral@florestgal.pt
Identificação do Responsável pela Gestão	
Pessoa de Contacto	Sara Rosa
Telefone	(+351) 217817310
E-mail	sara.rosa@florestgal.pt

1.1.2. Identificação do Responsável pela Elaboração do Plano

Tabela 2 - Identificação do Responsável pela Elaboração do Plano.

Ficha Técnica	
Título do Trabalho	Plano de Gestão Florestal Unidade de Gestão Pampilhosa da Serra
Elaboração	FlorestGal - Empresa de Gestão e Desenvolvimento Florestal, S.A.

Data de Elaboração	2026
Versão	3
Data de Validade	2046
Contacto	(+351) 217817310
Técnicos responsáveis	**Elaboração do PGF:** Sara C. M. da Rosa; **Elaboração de cartografia:** Mariana Martins
Revisão	Periódica a cada 5 anos, ou sempre que se justificar

1.2. Caracterização geográfica da exploração florestal

1.2.1. Identificação do património da exploração florestal e inserção administrativa

A Unidade de Gestão (UG), considerada no presente Plano de Gestão Florestal (PFG), é composta por 6 prédios rústicos, e designa-se Pampilhosa da Serra. A UG divide-se em duas propriedades, cuja informação relativa aos prédios que as constituem pode ser observada na Tabela 3, com descrição das respetivas áreas e localizações administrativas (Anexo 1).

As propriedades consideradas no presente Plano de Gestão Florestal localizam-se no distrito de Coimbra, concelho de Pampilhosa da Serra e freguesias de Pessegueiro, Pampilhosa da Serra e Fajão-Vidual, com uma área total de 948 ha.

Tabela 3 – Descrição do património da exploração florestal e inserção administrativa.

PROPRIEDADE	FREGUESIA	PROPRIETÁRIO	LOCALIZAÇÃO DO PRÉDIO	ARTIGO	ÁREA (HA)
Baldio Pampilhosa da Serra	Pampilhosa da Serra	Comunidade Local dos Baldios da Freguesia de Pampilhosa da Serra	Baldio dos Picos - Casal de Valongo	32742	77,0

	Pampilhosa da Serra	Comunidade Local dos Baldios da Freguesia de Pampilhosa da Serra	Baldio das Caveiras - Selada da Ereira	32743	117,0
	Pampilhosa da Serra	Comunidade Local dos Baldios da Freguesia de Pampilhosa da Serra	Baldio da Ribeira de Carvalho	32744	38,0
	Pampilhosa da Serra	Comunidade Local dos Baldios da Freguesia de Pampilhosa da Serra	Baldio de Selada da Cova - Decabelos	32745	268,0
Baldio Pessegueiro	Pessegueiro	Comunidade Local dos Baldios da Freguesia de Pessegueiro	Baldio das Caveiras	3715	198,0
	Pessegueiro	Comunidade Local dos Baldios da Freguesia de Pessegueiro	Baldio Catraia do Rolão	6035	250,0

1.2.2. Localização e acessibilidade

O acesso à unidade de gestão efetua-se a partir de Coimbra pela N17, posteriormente em direção à Lousã pela N236, convergir com a N342 em direção a Góis/Arganil para N2 e continuar pela N112 em direção ao Pessegueiro onde a partir da N112 e acessos locais se encontram os respetivos prédios da unidade de gestão.

O enquadramento geográfico pode ser feito na Folha da Carta Militar Nº 243, Nº244, Nº253 e Nº254 (Figura 1).

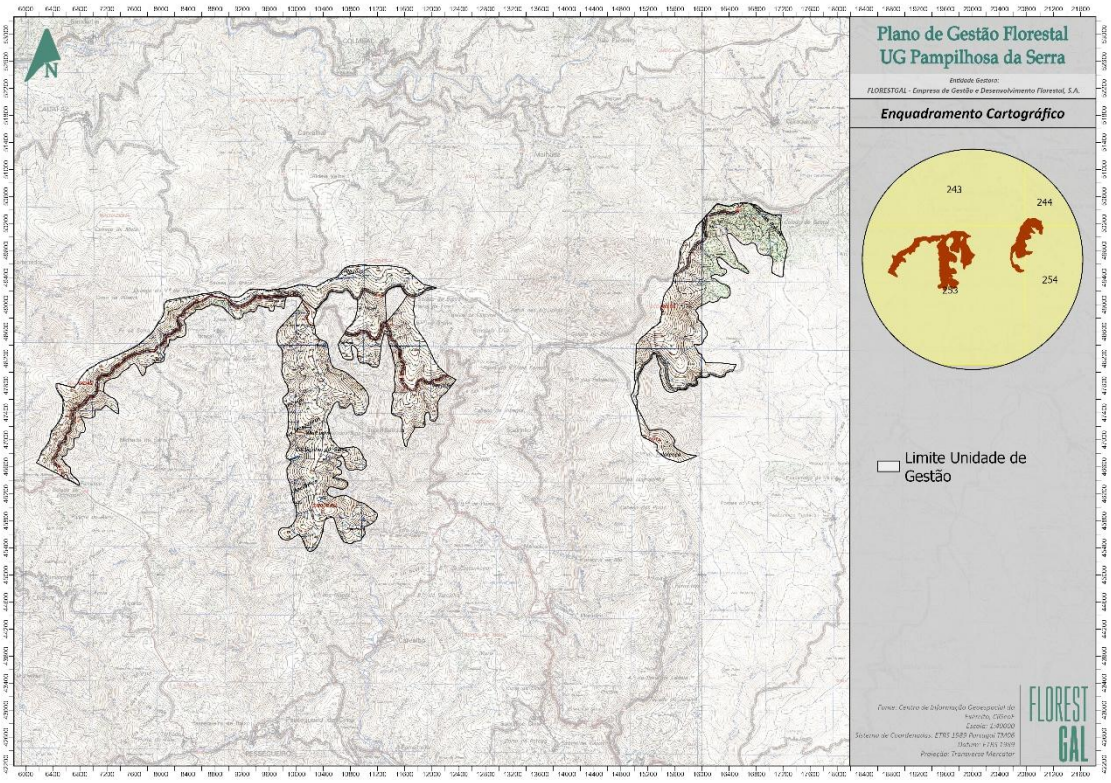


Figura 1 - Enquadramento Cartográfico.

2. Caracterização biofísica da propriedade

2.1. Relevo e altimetria

A altitude da UG varia entre a cota mínima e máxima de 589 e 1048 m, respetivamente, como se pode verificar na Tabela 4. O intervalo de cotas mais representativo é o de 700 – 850 m, seguido do intervalo de 850 – 1000 m.

Tabela 4 - Classes de Altitude da Unidade de Gestão.

ALTITUDE (M)	ÁREA (HA)	ÁREA (%)
<550	0	0,00%
550 - 700	55,7	5,87%
700 - 850	444,5	46,88%
850 - 1000	418,7	44,15%
>1000	29,4	3,10%

Na Figura 2, pode-se observar como varia a altitude ao longo da UG em questão.

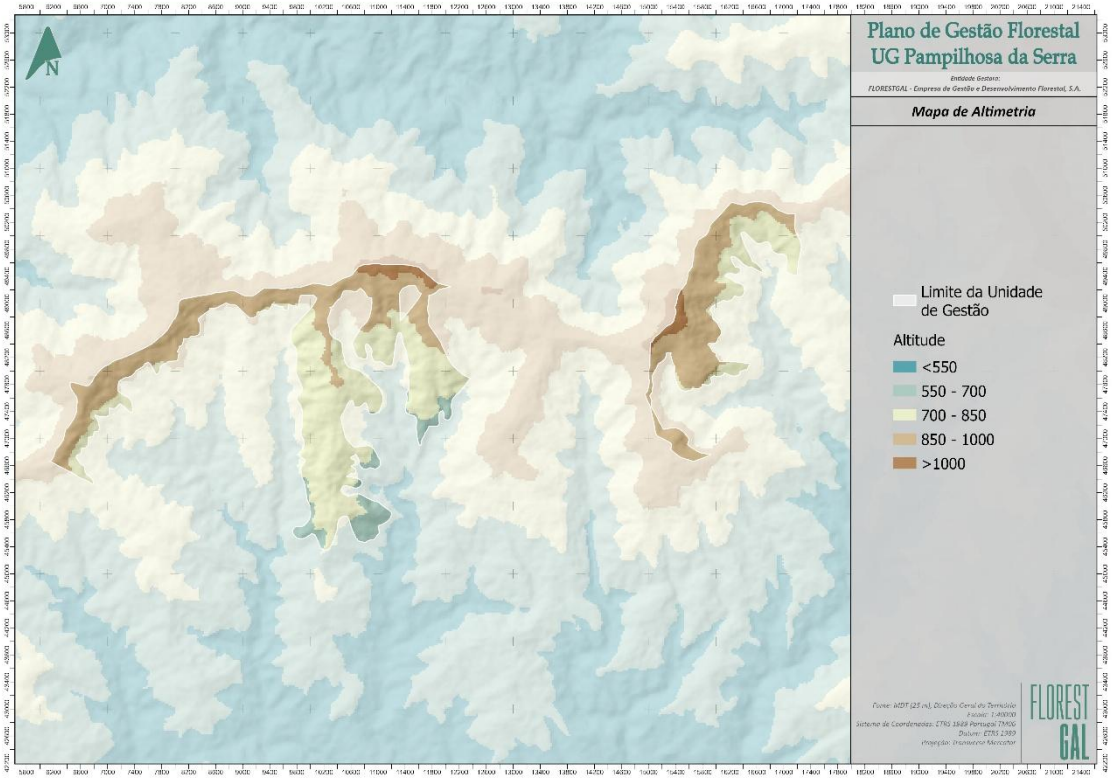


Figura 2 - Mapa de Altimetria.

No que respeita ao declive do solo, como se pode observar na **Erro! A origem da referência não foi encontrada.**, a UG apresenta áreas com declives moderados a acentuados, sendo que cerca de 61 % da área total da UG apresenta inclinação superior a 25 %, destacando-se a classe > 35% como a mais representativa. Por outro lado, cerca de 23% da área total da UG apresenta declives pouco acentuados, especificamente entre 0 e 20%.

Tabela 5 - Classes de Declive na Unidade de Gestão.

Classes de Declive (%)	Área (ha)	Área (%)
<5	12,78	1,35
5 - 10	34,50	3,64
10 - 15	64,47	6,80
15 - 20	112,98	11,92
20 - 25	137,14	14,47
25 - 30	142,22	15,00
30 - 35	136,22	14,37
>35	307,61	32,45

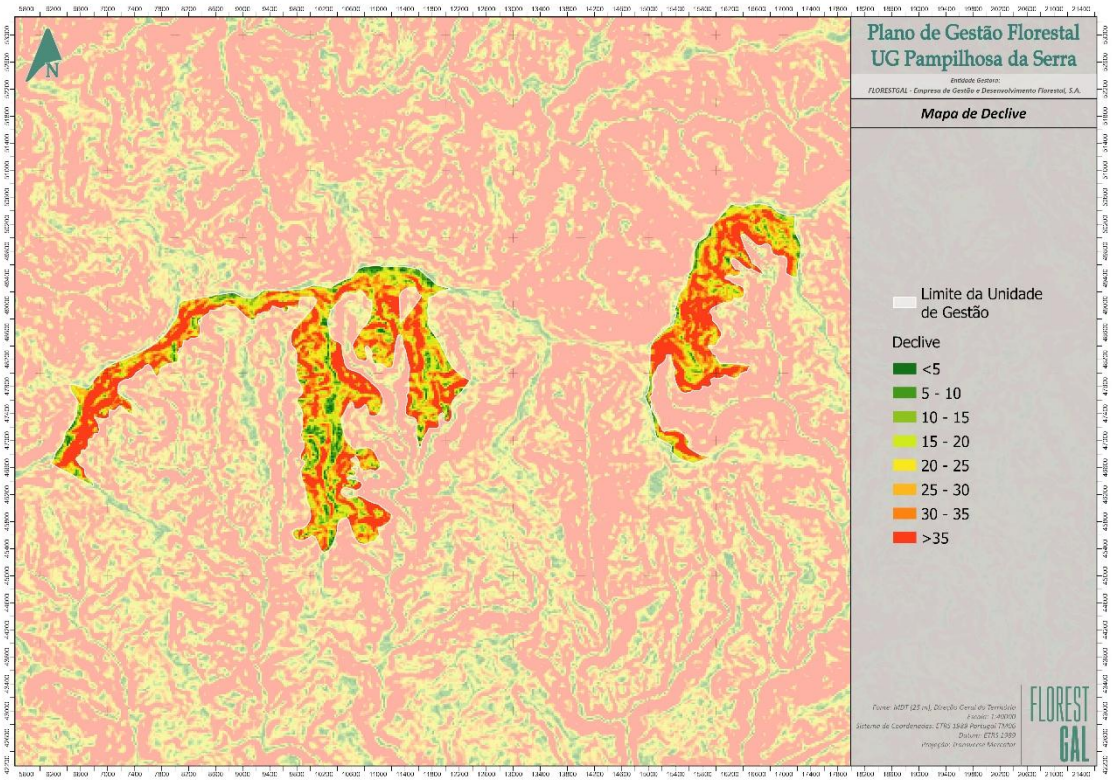


Figura 3 - Mapa de Declive.

Relativamente à exposição, pela análise da Tabela 6, pode-se verificar que, na área abrangida pela UG, as orientações geográficas são predominantes a sudeste, sul e sudoeste, representando 62% da sua área total. Na Figura 4 é possível observar a distribuição das exposições solares na UG.

Tabela 6 - Exposição do terreno da Unidade de Gestão.

Exposição	Área (ha)	Área (%)
Norte	13,50	1
Nordeste	73,71	8
Este	141,19	15
Sudeste	231,34	24
Sul	182,60	19
Sudoeste	177,50	19
Oeste	97,57	10
Noroeste	29,37	3

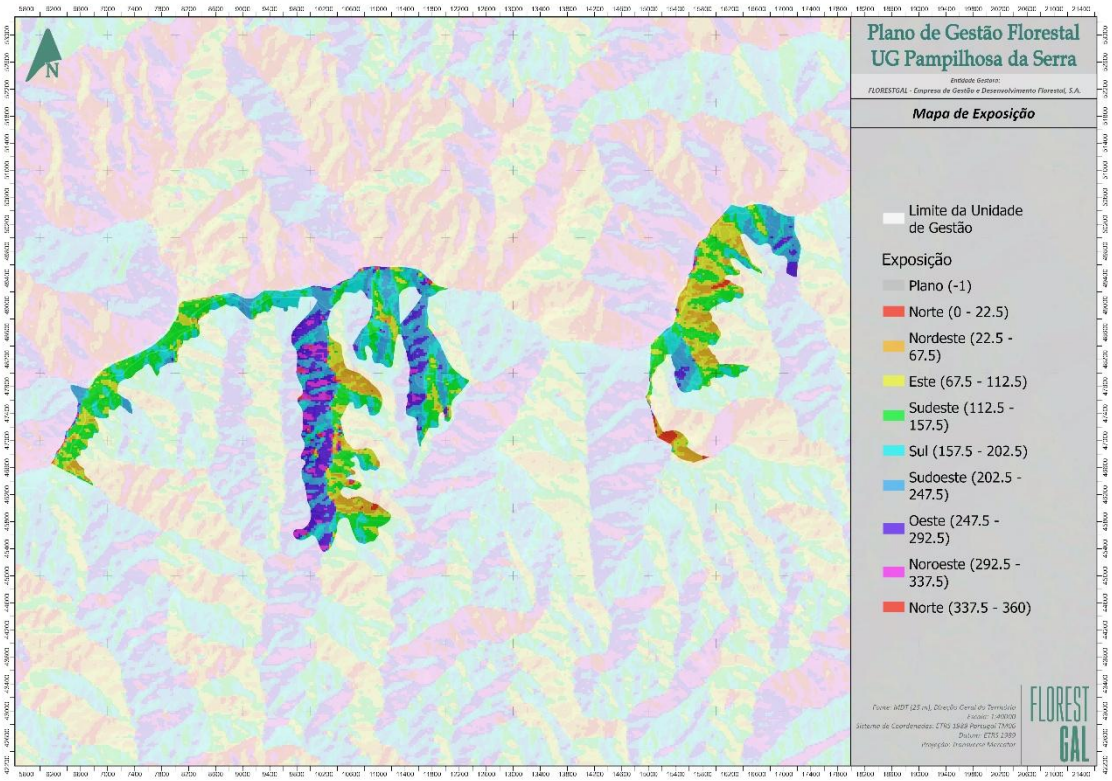


Figura 4 - Mapa de Exposição.

2.2. Hidrografia

A UG está inserida na sua totalidade na Bacia Hidrográfica do Tejo, conforme representado na Figura 5. A Bacia Hidrográfica do Tejo divide-se em 19 sub-bacias, sendo que a UG está inserida na sub-bacia do Zêzere.

No que respeita a cursos de água, na UG não existe nenhum curso de água principal, apenas cursos de água temporários.

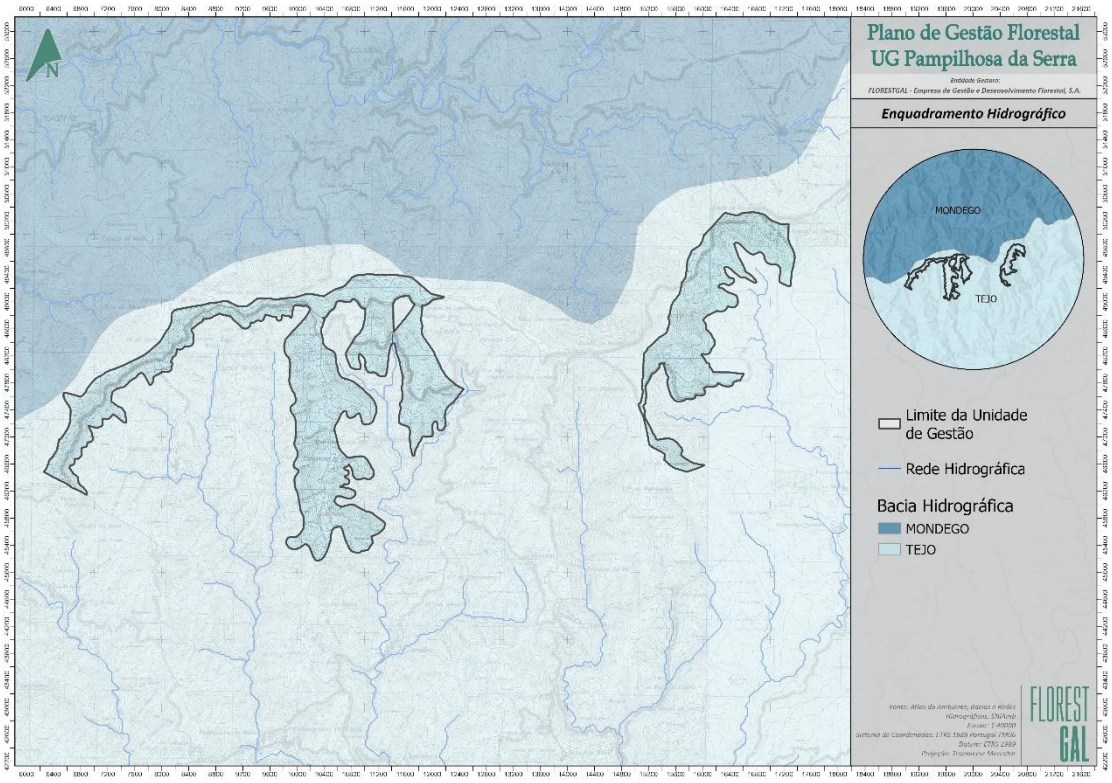


Figura 5 - Enquadramento Hidrográfico.

2.3. Clima

A caracterização climática foi efetuada com base nas normais climatológicas, cujos valores foram registados no período de 1991-2020, na estação climatológica nº 707 (Coimbra/Bencanta) com as coordenadas 40.2134N 8.4552W, a uma altitude de 26,6 metros.

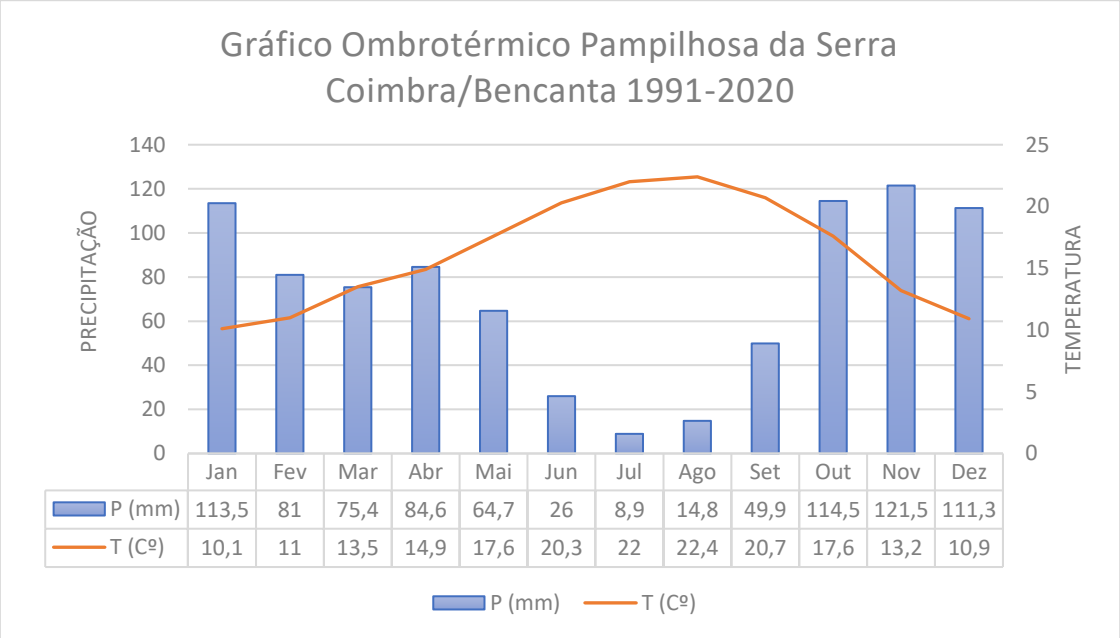
Tabela 7 - Valores das Normais Climatológicas da Unidade de Gestão.

NORMAIS CLIMATOLÓGICAS	VALORES	OBSERVAÇÕES
Precipitação média anual total (mm)	866	Período com menor precipitação: junho a agosto

Precipitação total nos meses de estiagem (mm)	99,6	Período: junho a setembro
Temperatura média anual (ºC)	16,2	Temperaturas mais altas: julho - agosto
Média da temperatura mínima (ºC)	10,5	

De acordo com a classificação climática de Köppen-Geiger, o concelho de Pampilhosa da Serra caracteriza-se por apresentar um clima do tipo Csb, ou seja, temperado com verão seco e suave.

Com os dados climáticos recolhidos na estação climatológica de Coimbra, relativos ao período de 1981 – 2010, obteve-se o Gráfico apresentado abaixo.



No que respeita à precipitação média mensal, verifica-se que o valor mais alto foi registado no mês de novembro, registando um pico de 121,5 mm. De forma geral, a precipitação apresenta uma sazonalidade evidente, com os meses de inverno a apresentar valores mais elevados e os meses de verão com valores mais baixos. O inverso observa-se nos valores de temperatura média, apresentando valores mais altos nos meses de verão e uma redução da temperatura média mensal nos meses de inverno.

Com base na informação disponível no Caderno I do PDMFCI do concelho da Pampilhosa da Serra, no que respeita ao vento, em condições gerais, o concelho apresenta ventos predominantes do quadrante nor-nordeste. Durante o período estival, a velocidade do vento, em termos médios, varia entre 3,21 km/h e 4,11 km/h.

2.4. Litologia e Solos

A litologia e os solos são fatores fundamentais à instalação e desenvolvimento da sucessão das classes vegetais, sendo determinante o seu conhecimento em processos de restauro de áreas com forte perturbação. A caracterização litológica (Tabela 8) e de solos (Tabela 9) das propriedades da Unidade de Gestão teve como base a consulta os seguintes elementos:

- Carta de Solos (Atlas do Ambiente, Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.);
- Carta Litológica (Atlas do Ambiente, Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.);
- Cartas temáticas da plataforma Epic WebGis, nomeadamente:
  - pH do solo;
  - Espessura do solo;
  - Permeabilidade atual do solo;
  - Textura do solo.

Os solos da UG Pampilhosa da Serra, derivam de formações sedimentares e metamórficas do Câmbrico ao pré-câmbrico ricas em xistos e grauvaques.

Tabela 8 - Caracterização litológica da Unidade de Gestão.

Composição Litológica	Período geológico	Designação	Área (ha)	Área (%)
Formações sedimentares e metamórficas	Do Câmbrico ao pré-câmbrico	Complexo xisto-grauváquico (xistos, grauvaques)	948	100

A análise dos solos, baseada na intersecção da área da UG com a cartografia temática, revela que a área é dominada por Cambissolos húmicos, que se caracterizam pela presença de um horizonte A húmico, escuro e rico em matéria orgânica, sobre um horizonte B incipiente.

Tabela 9 - Classificação de Solos da Unidade de Gestão.

Classificação do Solo		Área (ha)	Área (%)
Cambissolos húmicos	Xistos	948	100



Figura 6 - Enquadramento Litológico e de Solos.

No que respeita à espessura, 58 % dos solos possuem entre 0 e 25 cm de profundidade, conforme Tabela 10.

Tabela 10 - Espessura dos Solos na Unidade de Gestão.

Espessura (cm)	Área (ha)	Área (%)
0 – 25	**550,4**	**58**
25 – 50	**399,6**	**42**

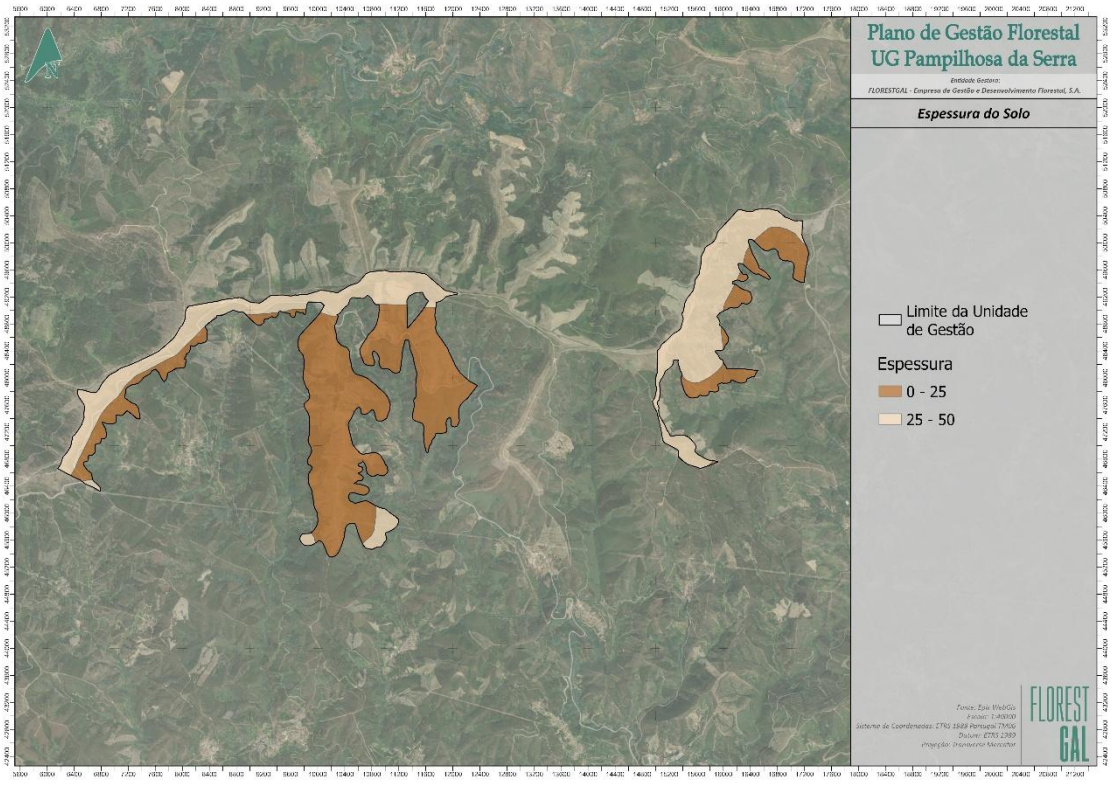


Figura 7 - Espessura do Solo.

No que respeita ao pH, os solos da totalidade da área da UG são classificados como dominantemente ácidos, conforme Tabela 11 e Figura 8.

Tabela 11 - Ph do Solo da UG.

Tipo de Solos	Ph	Área (ha)	Área (%)
Dominantemente ácidos	4,6 – 5,5	948	100

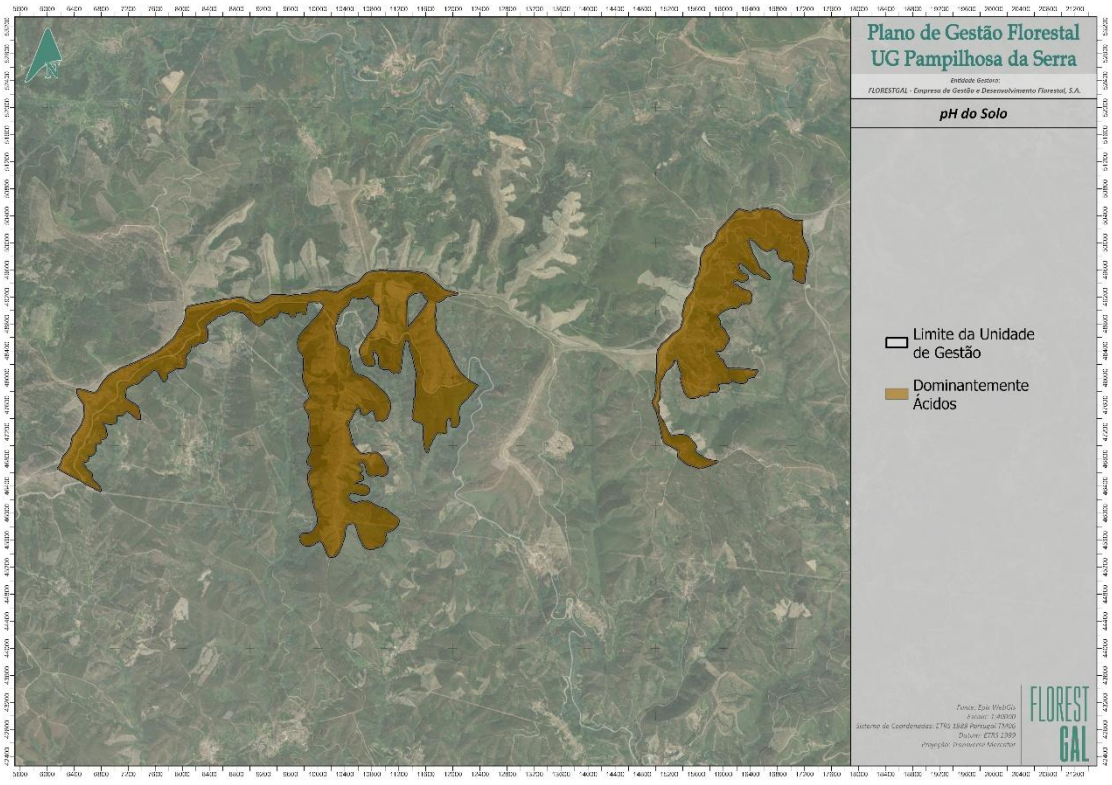


Figura 8 - Ph do Solo.

A permeabilidade do solo é predominantemente baixa (79 %), conforme indicado na Tabela 12 e representado na Figura 9.

Tabela 12 - Permeabilidade do Solo da UG.

Permeabilidade do Solo	Área (ha)	Área (%)
Baixa	**749,68**	**79**
Baixa a Moderada	**198,32**	**21**

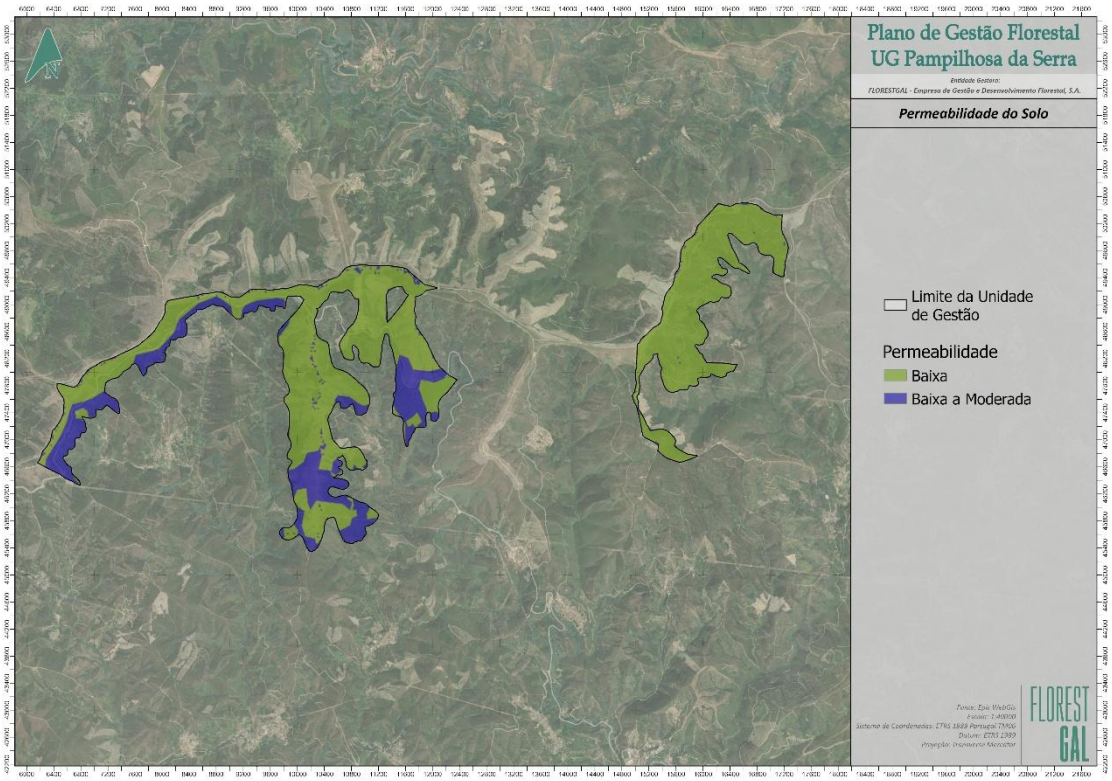


Figura 9 - Permeabilidade do Solo.

Conforme representado na Figura 10, a textura do solo da UG é na sua totalidade considerada como mediana.

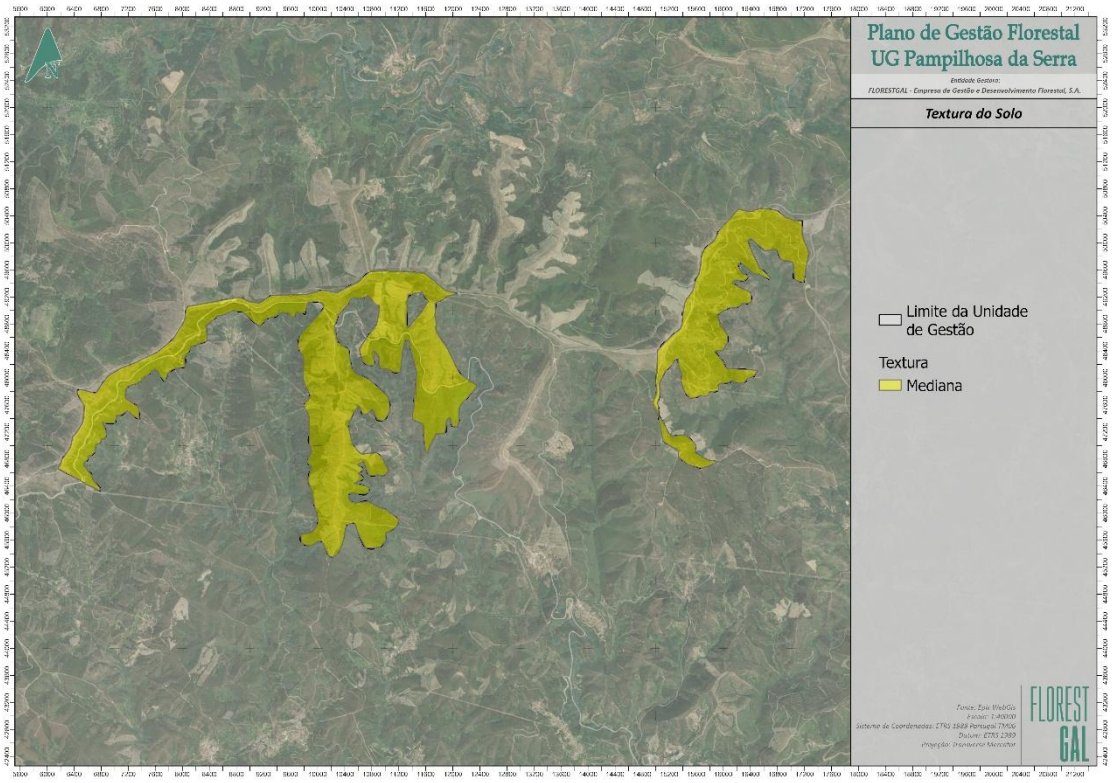


Figura 10 - Textura do Solo.

2.5. Fauna, flora e habitats

Na área abrangida pela Unidade de Gestão é esperado que possam ocorrer algumas espécies, consideradas prioritárias e que estão identificadas na Diretiva 92/43/CEE do Concelho de 21 de maio de 1992 (Diretiva Habitats).

A identificação e avaliação de habitats e de espécies da flora e da fauna da UG Pampilhosa da Serra tem por base o relatório técnico "Identificação e Avaliação de Valores Naturais nas Propriedades sob Gestão da FlorestGal", Ecosativa – novembro 2023.

As convenções RAMSAR e ITTA não se aplicam.

2.5.1. Enquadramento Biogeográfico e Classificação Ecológica

A caracterização biogeográfica teve como base a classificação apresentada por Costa *et al*. (1998). A UG encontra-se inserida na Província Luso-Extremadurense, no Sector Toledano-Tagano, no Subsector Hurdano-Zezerense, no Superdistrito Zezerense. Este último situado no andar mesomediterrânico sub-húmido, onde ocorrem os sobrerais climatófilos do *Sanguisorbo-Quercetum suberis* e as suas etapas

subseriais: *Phillyreo-Arbutetum unedonis viburnetosum tini, Erico australis-Cistetum populifolii* e *Halimio ocymoidis-Ericetum umbellatae.*

O Sector Toledano-Tagano, na paisagem vegetal, apresenta como espécies dominantes: *Cytisus multiflorus, Dianthus scaber* subsp. *Toletanus, Loeflingia hispânica, Retama sphaerocarpa, Quercus pyrenaica, Halimium ocymoides, Polygala microphylla e Ornithogalum concinum.*

O Subsector Hurdano-Zezerense apresenta como plantas diferenciais em face aos territórios portugueses vizinhos, espécies como: *Asphodelus bento-rainhae, Euphorbia welwitschii, Festuca duriotagana, Juniperus oxycedrus, Malcolmia patula, Celtis australis, Halimium alyssoides, Retama sphaerocarpa* e *Petrorhagia saxífraga*.

Com base na Carta Ecológica (Albuquerque, J., 1982), verifica-se que as propriedades que pertencem à UG, conforme representado na Figura 11, inserem-se no andar montano (700 a 1000 m) na zona ecológica Subatlântica (SA) e no andar Submontano (400 a 700m) nas zonas ecológicas Subatlântica (SA), Mediterrâneo-atlântica (MA) e Atlânte-mediterrânea (AM). Cada zona ecológica específica é caracterizada por um conjunto de espécies características da região, adaptadas aos respetivos fatores climáticos e níveis altimétricos em que se situam, servindo assim de espécies indicadoras, potencialmente adaptadas à região. Na Tabela 13 é apresentada a caracterização autofítica para as regiões ecológicas em que se situa a UG.

Tabela 13 - Enquadramento Ecológico e Caracterização Autofítica.

Zona Ecológica	Nível altimétrico	Caracterização autofítica
SA	Montano (700 a 1000 m)	*Betula celtibérica* (Bétula), *Castanea sativa* (Castanheiro), *Quercus pyrenaica* (Carvalho negral), *Taxus baccata* (Teixo)
SA.MA.AM	Submontano (400 a 700 m)	*Betula celtibérica* (Bétula), *Castanea sativa* (Castanheiro), *Pinus pinaster* (Pinheiro-bravo), *Pinus pinea* (pinheiro manso), *Quercus faginea* (Carvalho lusitano), *Quercus pyrenaica* (Carvalho negral), *Quercus robur* (Carvalho roble), *Taxus baccata* (Teixo)

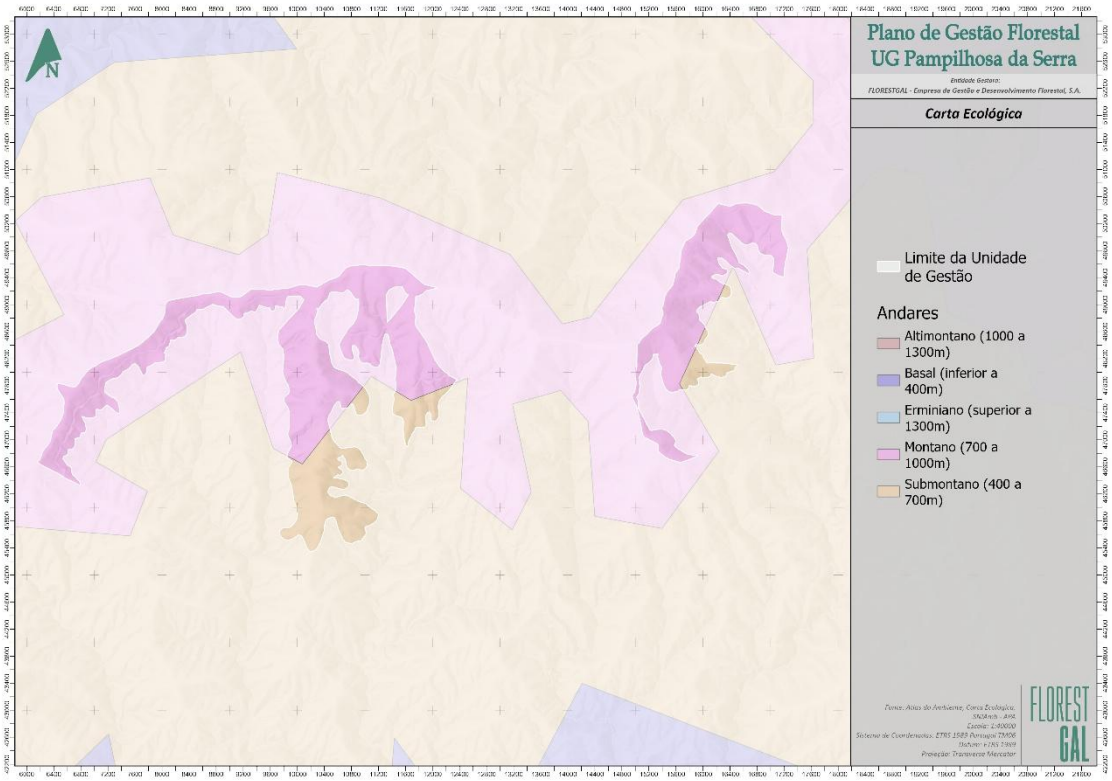


Figura 11 - Carta Ecológica.

2.5.2. Habitats Naturais

Segundo a metodologia usada pela Ecosativa, foram identificados no núcleo de prédios que constitui a UG Pampilhosa da Serra, 8 habitats naturais, 2 deles, classificados como prioritários[1].

Na Tabela 14 encontra-se a descrição dos habitats naturais identificados nas propriedades que fazem parte da Unidade de Gestão.

Tabela 14 - Habitats Naturais presentes na Unidade de Gestão.

HABITAT	DESIGNAÇÃO	ÁREA (HA)	ÁREA (%)
4020*	**Charnecas húmidas atlânticas temperadas de *Erica ciliaris* e *Erica tetralix***	1	0,1
4030	Charnecas secas europeias	543,2	57,2
5330PT3	Medronhais	27,6	2,9
6160PT2	Matos rasteiros acidófilos temperados e mediterrânicos	5,1	0,5

[1] **** Habitat prioritário***

6220PT4*	**Arrelvados vivazes silicícolas de gramíneas altas**	5,7	0,6
8220	Vertentes rochosas siliciosas com vegetação casmofítica	20,3	2,1
8230	Rochas siliciosas com vegetação pioneira da Sedo-Scleranthion ou da Sedo albi-Veronicion dillenii	0,2	0,02
9230PT1	Carvalhais de Quercus robur	0,3	0,03

Os habitats naturais identificados, distribuem-se por 603,4 ha o que corresponde a 63,65 % da área total da UG.

O habitat 4030 – Charnecas secas europeias é o habitat mais representativo da UG, ocupando uma área de 543,2 ha, seguido do habitat 5330PT3 – Medronhais que ocupa uma área de 27,6 ha.

2.5.3. Fauna e Flora

Flora

Trabalho de campo - Ecosativa

De acordo com a metodologia utilizada pela Ecosativa, foram identificadas nas propriedades que constituem a UG Pampilhosa da Serra, 2 espécies classificadas com estatuto de conservação, que se encontram indicadas na Tabela 15.

Tabela 15 - Espécies (flora) identificadas na Unidade de Gestão.

Espécie	Caracterização
Festuca summilusitana	• Pouco preocupante • Endemismo de Portugal Continental • Ecologia: Arrevaldos perenes pioneiros em zonas de montanha, menos frequentemente em prados sub-rupícolas. Em solos degradados, derivados de granitos.
Narcissus triandrus	• Pouco preocupante • Distribuição na região Centro e Norte de Portugal

	• Ecologia: prados, clareiras de urzais, giestais, azinhais ou pinhais e em afloramentos rochosos, xistosos ou graníticos.

Fauna

A área da UG está implementada em zonas de caça, nomeadamente ZCA de Soeirinho, ZCM de Pampilhosa da Serra e ZCM da Freguesia da Pessegueiro que, no que respeita a caça menor contempla espécies como:

- Rola Comum (*Streptopelia turtur*)
- Pombo Torcaz (*Columba palumbus*)
- Coelho bravo (*Oryctolagus cunniculus*)
- Perdiz *(Alectoris rufa)*
- Raposa (*Vulpes vulpes*)
- Saca Rabos (*Herpestes ichneummonn*)
- Tordos (*Turdus philomelos*)
- Estorninho Malhado (*Sturnus vulgaris*)
- Galinhola (*Scolopax rusticola*)

No que respeita a caça maior, contempla espécies como:

- Javali (*Sus scrofa*)
- Veado (*Cervus elaphus*)
- Corço (*Capreolus capreolus*)

Estas espécies cinegéticas são exploradas de acordo com o Plano de Ordenamento e Exploração Cinegética das Zonas de Caça Associativa e Municipal que integram a unidade de gestão.

Trabalho de campo - Ecosativa

Com base nos resultados obtidos no trabalho de campo realizado pela Ecosativa, as espécies apresentadas na Tabela 16 foram as identificadas como ocorrentes na área de estudo.

Tabela 16 - Espécies (fauna) identificadas na Unidade de Gestão.

Espécie	Estatuto de conservação	Proteção
Psammodromus algirus	LC	Berna III
Accipiter gentilis	VU	Berna II; Bona II; CITES II-A
Accipiter nisus	LC	Berna II; Bona II; CITES II-A
Aegithalos caudatus	LC	Berna III
Alectoris rufa	LC	Diretiva Aves/Habitats D; Berna III
Alytes obstetricans	LC	Diretiva Aves/Habitats B-IV;
Anguis fragilis	LC	Berna III
Asio otus	DD	Berna II; CITES II-A
Barbastella barbastellus	LC	Diretiva Aves/Habitats B-II e B-IV; Berna II; Bona II
Buteo buteo	LC	Berna II; Bona II; CITES II-A
Canis lupus	EN	Diretiva Aves/Habitats B-II e B-IV; Berna II; CITES II-A
Caprimulgus europaeus	VU	Diretiva Aves/Habitats A-I; Berna II
Certhia brachydactyla	LC	Berna II
Cervus elaphus	LC	Berna III
Chalcides bedriagai	LC	Diretiva Aves/Habitats B-IV; Berna II
Chalcides striatus	LC	Berna III
Ciconia nigra	VU	Diretiva Aves/Habitats A-I; Berna II; Bona II; CITES II-A
Circaetus gallicus	NT	Diretiva Aves/Habitats A-I; Berna II; Bona II; CITES II-A
Columba palumbus	LC	Diretiva Aves/Habitats D
Corvus corone	LC	Diretiva Aves/Habitats D;
Curruca communis	LC	Berna II; Bona II
Curruca iberiae	LC	Berna II; Bona II
Curruca undata	LC	Diretiva Aves/Habitats A-I; Berna II
Cyanistes caeruleus	LC	Berna II
Dendrocopos major	LC	Berna II
Eliomys quercinus	NT	Berna III
Eptesicus serotinus	LC	Diretiva Aves/Habitats B-IV; Berna II; Bona II
Erithacus rubecula	LC	Berna II; Bona II
Falco peregrinus	VU	Diretiva Aves/Habitats A-I; Berna II; Bona II; CITES I-A
Falco subbuteo	VU	Berna II; Bona II; CITES II-A

Fringilla coelebs	LC	Berna III
Garrulus glandarius	LC	Diretiva Aves/Habitats D;
Genetta genetta	LC	Diretiva Aves/Habitats B-V; Berna III
Hemorrhois hippocrepis	LC	Diretiva Aves/Habitats B-IV; Berna II
Herpestes ichneumon	LC	Diretiva Aves/Habitats B-V e D; Berna III
Hieraaetus pennatus	NT	Diretiva Aves/Habitats A-I; Berna II; Bona II; CITES II-A
Hippolais polyglotta	LC	Berna II; Bona II
Hypsugo savii	LC	Diretiva Aves/Habitats B-IV; Berna II; Bona II
Jynx torquilla	DD	Berna II
Lophophanes cristatus	LC	Berna II
Lullula arborea	LC	Diretiva Aves/Habitats A-I; Berna III
Luscinia megarhynchos	LC	Berna II; Bona II
Malpolon monspessulanus	LC	Berna III
Martes foina	LC	Berna III
Martes martes	VU	Diretiva Aves/Habitats B-V; Berna III
Meles meles	LC	Berna III
Merops apiaster	LC	Berna II; Bona II
Milvus migrans	LC	Diretiva Aves/Habitats A-I; Berna II; Bona II; CITES II-A
Motacilla cinerea	LC	Berna II
Mustela nivalis	LC	Berna III
Nyctalus lasiopterus	DD	Diretiva Aves/Habitats B-IV; Berna II; Bona II
Nyctalus leisleri	LC	Diretiva Aves/Habitats B-IV; Berna II; Bona II
Oenanthe hispanica	VU	Berna II; Bona II
Parus major	LC	Berna II
Periparus ater	LC	Berna II
Phoenicurus ochruros	LC	Berna II; Bona II
Phoenicurus phoenicurus	LC	Berna II; Bona II
Phylloscopus collybita	LC	Berna II; Bona II
Pica pica	LC	Diretiva Aves/Habitats D;
Picus sharpei	LC	Berna II
Pipistrellus kuhlii	LC	Diretiva Aves/Habitats B-IV; Berna II; Bona II
Pipistrellus pipistrellus	LC	Diretiva Aves/Habitats B-IV; Berna III; Bona II
Prunella modularis	LC	Berna II

Regulus ignicapilla	LC	Berna II; Bona II
Rhinolophus ferrumequinum	LC	Diretiva Aves/Habitats B-II e B-IV; Berna II; Bona II
Saxicola rubicola	LC	Berna II; Bona II
Sciurus vulgaris	LC	Berna III
Serinus serinus	LC	Berna II
Sitta europaea	LC	Berna II
Streptopelia turtur	LC	Diretiva Aves/Habitats D; Berna III; CITES A
Strix aluco	LC	Berna II; CITES II-A
Sylvia atricapilla	LC	Berna II; Bona II
Tadarida teniotis	LC	Diretiva Aves/Habitats B-IV; Berna II; Bona II
Timon lepidus	LC	Berna II
Troglodytes troglodytes	LC	Berna II
Turdus merula	LC	Diretiva Aves/Habitats D; Berna III; Bona II
Turdus viscivorus	LC	Diretiva Aves/Habitats D; Berna III
Tyto alba	LC	Berna II; CITES II-A
Upupa epops	LC	Berna II
Zamenis scalaris	LC	Berna III

2.5.4. Altos Valores de Conservação

2.5.4.1. Habitats prioritários

A partir dos trabalhos de avaliação dos valores naturais, determinou-se que os habitats prioritários com presença confirmada, devem assumir o estatuto de Alto Valor de Conservação.

Tabela 17 - Habitats com estatuto de Altos Valores de Conservação.

HABITAT	DESIGNAÇÃO
4020*	**Charnecas húmidas atlânticas temperadas de *Erica ciliaris e Erica tetralix***
6220PT4*	**Arrelvados vivazes silicícolas de gramíneas altas**

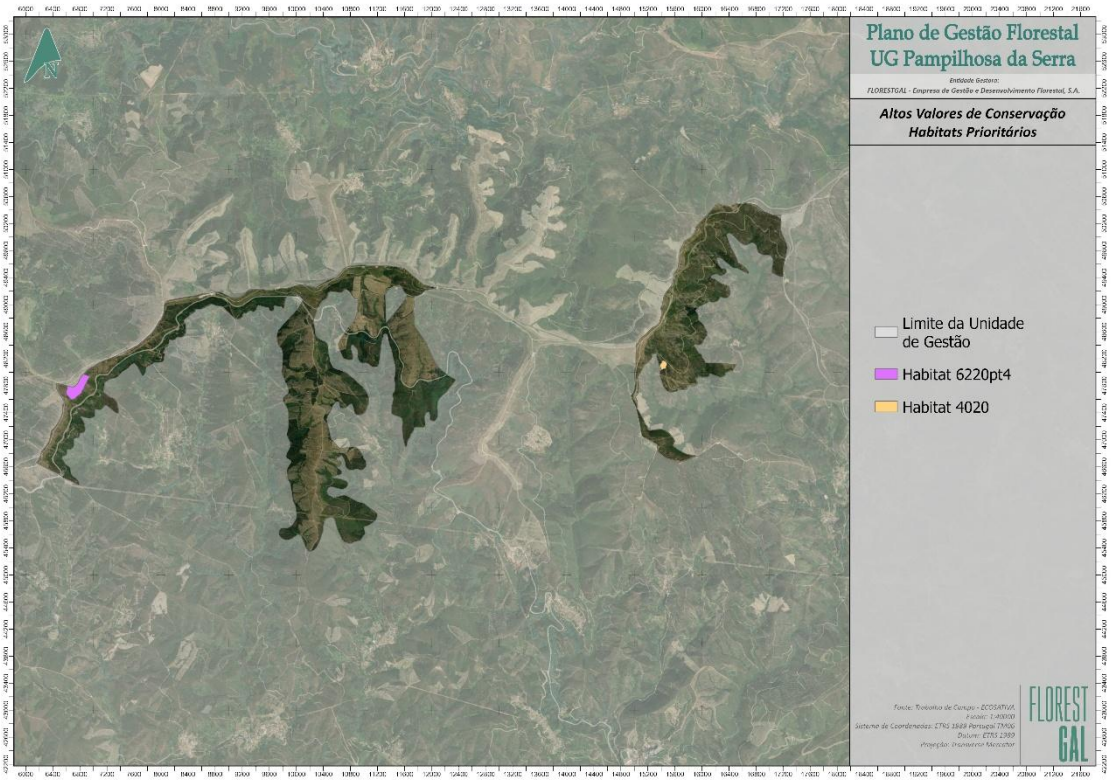


Figura 12 - Habitats Prioritários com estatuto de Altos Valores de Conservação.

2.5.4.2. Espécies protegidas e/ou com estatuto de conservação

Determinou-se que as espécies com estatuto de conservação vulnerável ou criticamente em perigo, endémicas raras, com presença confirmada, devem assumir o estatuto de Alto Valor de Conservação. Desse modo, foram identificados no total 6 espécies de Altos Valores de Conservação, indicados na Tabela 18.

Tabela 18 - Espécies (Fauna e Flora) com estatuto de Altos Valores de Conservação.

Nome científico	Nome comum	Estatuto de conservação
Accipiter gentilis	Açor-nortenho	VU
Martes martes	Marta	VU
Oenanthe hispanica	Chasco-ruivo	VU

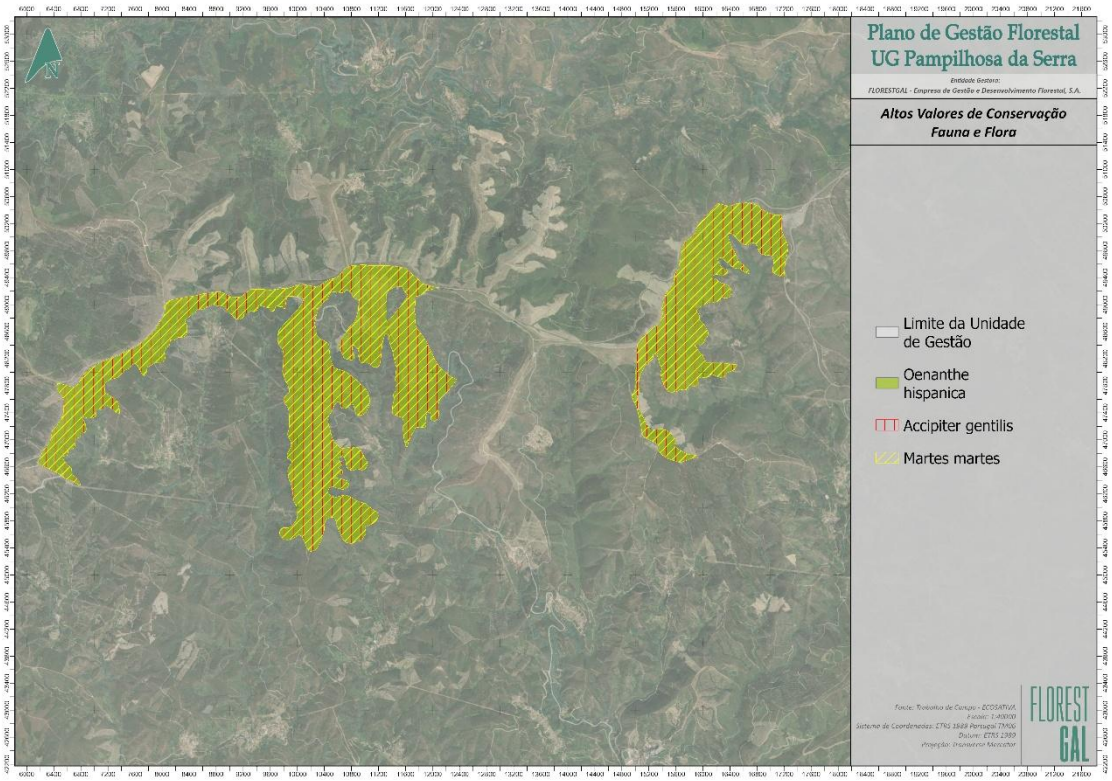


Figura 13 - Espécies (Fauna e Flora) com estatuto de Altos Valores de Conservação.

2.5.4.3. Caracterização de Ameaças e Medidas de gestão

Na Tabela 19 encontram-se as ameaças e medidas de gestão indicadas pela Ecosativa, no seguimento do trabalho de campo realizado na UG Pampilhosa da Serra. De acordo com a metodologia utilizada pela Ecosativa, as diferentes ameaças e medidas de gestão não abrangem a totalidade das áreas onde se encontram as espécies e habitats com estatutos de conservação.

Tabela 19 - Caracterização das Ameaças e Medidas de Gestão.

	Ameaças	Medidas de Gestão
Espécie		
Accipiter gentilis	B01 - Conversão de outros usos em áreas florestais ou reflorestação; B02 - Conversão para outros tipos de florestas, incluindo monoculturas; B29 - Outras práticas silvícolas, incluindo as desmatações; H04 - Vandalismo ou incêndio de origem criminosa; H08 - Outras intrusões e perturbações de origem humana não mencionadas acima (ex.: incêndios acidentais);	MG01 - Controlo de plantas invasoras arbóreas ou arborescentes; MG03 - Controlo de silvados, canaviais e outra vegetação higrófila infestante; MG05 - Regeneração natural arbustiva e/ou arbórea; MG10 - Impedimento do corte de carvalhos e castanheiros / desbaste de carvalhais, soutos; MG13 - Assegurar mosaico de habitats; MG18 - Implementar gestão cinegética compatível com conservação espécie;

	I01 - Espécies exóticas invasoras preocupantes para a União Europeia; I02 - Outras espécies exóticas invasoras; I04 - Espécies nativas problemáticas (nota: inclui silvados (Rubus spp.));	MG19 - Preservar maciços rochosos e habitats rupícolas associados; MG20 - Práticas florestais sustentáveis;
Martes martes	B01 - Conversão de outros usos em áreas florestais ou reflorestação; B02 - Conversão para outros tipos de florestas, incluindo monoculturas; B29 - Outras práticas silvícolas, incluindo as desmatações; H04 - Vandalismo ou incêndio de origem criminosa; H08 - Outras intrusões e perturbações de origem humana não mencionadas acima (ex.: incêndios acidentais); I01 - Espécies exóticas invasoras preocupantes para a União Europeia; I02 - Outras espécies exóticas invasoras; I04 - Espécies nativas problemáticas (nota: inclui silvados (Rubus spp.));	MG01 - Controlo de plantas invasoras arbóreas ou arborescentes; MG03 - Controlo de silvados, canaviais e outra vegetação higrófila infestante; MG04 - Controlo da regeneração arbórea ou arbustiva; MG05 - Regeneração natural arbustiva e/ou arbórea; MG10 - Impedimento do corte de carvalhos e castanheiros / desbaste de carvalhais, soutos; MG13 - Assegurar mosaico de habitats; MG18 - Implementar gestão cinegética compatível com conservação espécie; MG19 - Preservar maciços rochosos e habitats rupícolas associados; MG20 - Práticas florestais sustentáveis;

Oenanthe hispanica	B01 - Conversão de outros usos em áreas florestais ou reflorestação; B02 - Conversão para outros tipos de florestas, incluindo monoculturas; B29 - Outras práticas silvícolas, incluindo as desmatações; H04 - Vandalismo ou incêndio de origem criminosa; H08 - Outras intrusões e perturbações de origem humana não mencionadas acima (ex.: incêndios acidentais); I01 - Espécies exóticas invasoras preocupantes para a União Europeia; I02 - Outras espécies exóticas invasoras; I04 - Espécies nativas problemáticas (nota: inclui silvados (Rubus spp.));	MG01 - Controlo de plantas invasoras arbóreas ou arborescentes; MG03 - Controlo de silvados, canaviais e outra vegetação higrófila infestante; MG04 - Controlo da regeneração arbórea ou arbustiva; MG05 - Regeneração natural arbustiva e/ou arbórea; MG10 - Impedimento do corte de carvalhos e castanheiros / desbaste de carvalhais, soutos; MG13 - Assegurar mosaico de habitats; MG18 - Implementar gestão cinegética compatível com conservação espécie; MG19 - Preservar maciços rochosos e habitats rupícolas associados; MG20 - Práticas florestais sustentáveis;
Habitats		
4020* – Charnecas húmidas atlânticas temperadas de *Erica ciliaris* e *Erica tetralix	B01 - Conversão de outros usos em áreas florestais ou reflorestação; B29 - Outras práticas silvícolas, incluindo as desmatações;	MG01 - Controlo de plantas invasoras arbóreas ou arborescentes; MG03 - Controlo de silvados, canaviais e outra vegetação higrófila infestante;

	H04 - Vandalismo ou incêndio de origem criminosa; H08 - Outras intrusões e perturbações de origem humana não mencionadas acima (ex.: incêndios acidentais); I02 - Outras espécies exóticas invasoras; I04 - Espécies nativas problemáticas (nota: inclui silvados (Rubus spp.));	MG08 - Manter/melhorar ou promover manchas de montado aberto; MG11 - Conservação de várzeas húmidas; MG13 - Assegurar mosaico de habitats; MG18 - Implementar gestão cinegética compatível com conservação espécie; MG20 - Práticas florestais sustentáveis;
***6220pt4* – Arrelvados vivazes silicícolas de gramíneas altas**	B01 - Conversão de outros usos em áreas florestais ou reflorestação; B29 - Outras práticas silvícolas, incluindo as desmatações; I02 - Outras espécies exóticas invasoras;	MG01 - Controlo de plantas invasoras arbóreas ou arborescentes; MG03 - Controlo de silvados, canaviais e outra vegetação higrófila infestante; MG04 - Controlo da regeneração arbórea ou arbustiva; MG13 - Assegurar mosaico de habitats; MG18 - Implementar gestão cinegética compatível com conservação espécie; MG20 - Práticas florestais sustentáveis;

2.6. Pragas, doenças e infestantes

- Nemátodo da madeira do pinheiro, *Bursaphelenchus xylophilus*

De acordo com informação disponibilizada pelo ICNF, na plataforma Geocatálogo, a exploração florestal poderá estar afetada pelo nemátodo da madeira do pinheiro, uma vez que as freguesias nas quais a UG se encontra inserida, bem como as freguesias circundantes, estão identificadas como tendo presença de nemátodo. Após visita à UG constatou-se a presença de nemátodo em algumas zonas da área.

- *Acacia melanoxylon*

As acácias são das espécies invasoras mais comuns em Portugal. Na UG, foram identificadas algumas manchas de acácia-da-austrália (*Acacia melanoxylon*), estando previsto o seu controlo mecânico, numa fase inicial, e químico numa segunda fase.

- *Hakea sericea*

No decorrer das visitas de campo à UG, verificou-se a presença desta espécie em algumas zonas da mesma, estando prevista a sua remoção.

2.7. Incêndios florestais, cheias e outros riscos naturais

Os dados recolhidos na plataforma Geocatálogo, disponibilizada pelo ICNF, relativos à área ardida abrangem o período entre 2000 e 2024. Neste período, na Unidade de Gestão há registo de 5 incêndios florestais que ocorreram nos anos de 2000, 2001, 2005, 2010 e 2017, tendo ardido, em cada ano, a área indicada na Tabela 20. O ano mais marcante foi o ano de 2017, com 96% da área total da UG atingida por um incêndio.

Tabela 20 - Áreas ardidas na UG e ano de ocorrência.

Ano	Área Ardida (ha)	Área Ardida (%)
2000	184,56	19,5%
2001	21,87	2,3%
2005	45,02	4,7%
2010	1,31	0,1%
2017	909,71	96,0%

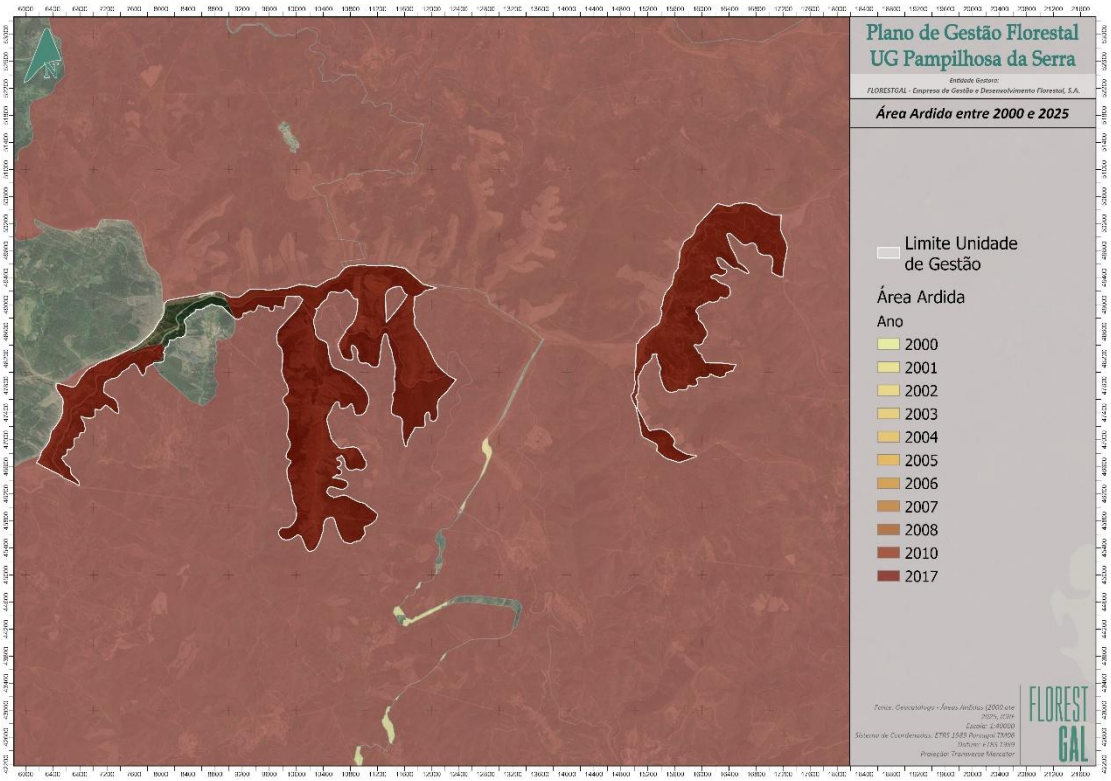


Figura 14 - Área ardida entre 2000 e 2025 na UG.

Com base na Carta de Perigosidade de Incêndio Rural, disponibilizada pelo ICNF, verifica-se que a maioria da área da UG está inserida na classe de perigosidade classificada como muito alta.

Tabela 21 - Classe de Perigosidade de Incêndio na UG.

Classe	Perigosidade	Área (ha)	Área (%)
4	Alta	3,06	0,3%
5	Muito alta	947,08	99,7%

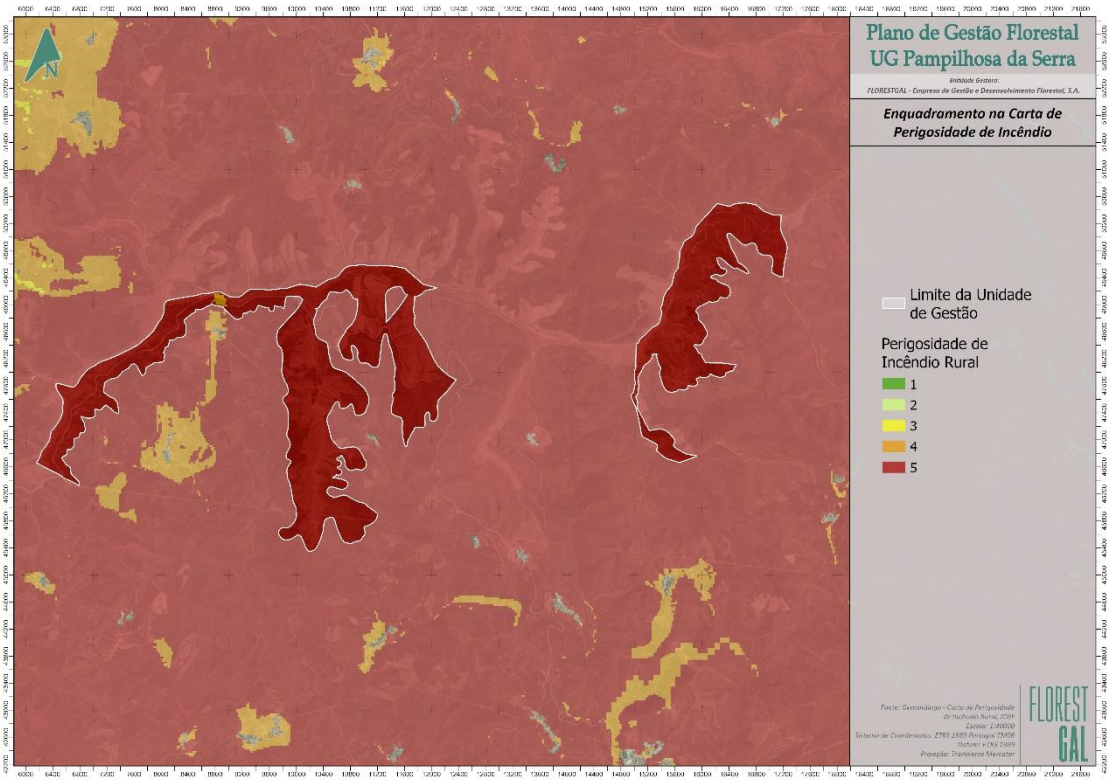


Figura 15 - Enquadramento na Carta de Perigosidade de Incêndio.

Após análise do Índice de Degradação dos Solos (LDI – Land Degradation Index), verifica-se que 66,3% da área da UG está classificada como "Produtiva/incremento", conforme representado na Tabela 22.

Tabela 22 - Índice de Degradação dos Solos (LDI) da UG.

LDI	Área (ha)	Área (%)
Produtiva / incremento	630,21	66,3%
Degradada / estática	70,31	7,4%
Madura / incremento	12,00	1,3%
Degradada / incremento	13,42	1,4%
Madura / estática	18,15	1,9%
Produtiva / estática	142,20	15,0%
Nro classificado	8,34	0,9%
Muito degradada / estática	8,11	0,9%
Muito degradada / incremento	47,29	5,0%

3. Regimes legais específicos

3.1. Restrições de utilidade pública

No processo de decisão relativamente à gestão da UG deve ter-se em conta os diplomas legais referentes a cada uma das restrições apresentadas. Na Tabela 23, encontram-se apresentadas as restrições de utilidade pública existentes nesta unidade de gestão e respetiva área ocupada por cada uma, encontrando-se representadas no Anexo 2.

Tabela 23 - Restrições de Utilidade Pública.

	Sim	Não	Superfície (ha)	Descrição de Condicionantes
Regime Florestal	X		836,3	Lei nº33/96, de 17 de agosto
REN	X		860,91	Decreto-Lei nº166/2008, de 22 de agosto
RAN		X		
Rede natura 2000		X		
Corredores ecológicos	X		540,9	Portaria n.º 56/2019 - DR n.º 29/2019, Série I de 11 de fevereiro, retificada pela Declaração de Retificação n. 16/2019 - DR n.º 73/2019, Série I de 12 de abril
Outras áreas classificadas		X		
Linhas de alta tensão	X		12,45	Decreto-Lei n.º 82/2021 de 13 de outubro
Marcos geodésicos	X			Existem 4 marcos geodésicos no interior da área da UG, para os quais se prevê uma zona de proteção com um raio mínimo de 15 metros. (D.L. Nº143/82, de 26 de abril)
Sítios arqueológicos		X		
Outros	X		2,74 44,57	Linhas Elétricas de Média Tensão - Decreto-Lei n.º 82/2021 de 13 de outubro Parque Eólico – Plano Diretor Municipal de Pampilhosa da Serra

3.2. Instrumentos de planeamento florestal

3.2.1. Enquadramento PROF

A Unidade de Gestão da Pampilhosa da Serra é abrangida pelo Plano Regional de Ordenamento Florestal (PROF) do Centro Litoral e pelas Sub-regiões Homogéneas (SRH) Lousã e Açor, Pampilhosa e Alvelos, e Floresta da Beira Serra, conforme indicado na Tabela 24 e representado na Figura 16.

Tabela 24 - Sub-regiões homogéneas da UG.

Sub-Região Homogénea	Área (ha)	Área (%)
Sub-região homogénea Lousã e Açor	275,98	29%
Sub-região homogénea Floresta da Beira Serra	28,02	3%
Sub-região homogénea Pampilhosa e Alvelos	646,02	68%



Figura 16 - Sub-Região Homogénea da UG.

Os objetivos prioritários de todas as SRH identificadas, com igual nível de prioridade, tendo em conta a funcionalidade dos espaços florestais são os seguintes:

- Função geral de Produção (Pb-Ec);
- Função geral de Silvopastorícia, Caça e Pesca;
- Função geral de Proteção.

De forma geral, as SRH identificadas caracterizam-se por uma forte dominância de espaços florestais, embora com diferenças nas proporções de áreas arborizadas. A SRH Floresta da Beira Serra destaca-se pela maior percentagem de floresta arborizada (67%), enquanto a SRH Lousã e Açor e a SRH Pampilhosa e Alvelos apresentam valores inferiores, em particular esta última com 39%. Ainda assim, tanto a SRH Lousã e Açor, bem como a SRH Pampilhosa e Alvelos possuem uma ocupação florestal total muito elevada, superior a 94%.

No que respeita às espécies, o eucalipto demonstra elevada aptidão produtiva em todas as SRH, sobretudo em Floresta Beira Serra (95,6%) e Lousã e Açor (91,6%), indicando condições bastante favoráveis para esta espécie. Já o pinheiro-bravo apresenta predominantemente aptidão “Regular” em praticamente todo o território das SRH, com valores que variam entre 75,4% e 96,9%.

Na Sub-região homogénea Lousã e Açor, devem ser privilegiadas as espécies indicadas na Tabela 1Tabela 25.

Tabela 25 - Espécies a privilegiar na Sub-Região Homogénea Lousã e Açor.

Grupo I – espécies a privilegiar	Grupo II – espécies a privilegiar
• Carvalho-alvarinho (Quercus robur); • Carvalho-português (Quercus faginea); • Castanheiro (Castanea Sativa); • Eucalipto (Eucalyptus globulus); • Medronheiro (Arbutus unedo); • Nogueira (Juglans regia L); • Pinheiro-bravo (Pinus Pinaster); • Sobreiro (Quercus suber).	• Azinheira (Quercus rotundifolia); • Carvalho-americano (Quercus rubra); • Carvalho-negral (Quercus pyrenaica); • Cedro-do-Buçaco (Cupressus lusitanica); • Cedro-do-Oregon (Chamaecyparis lawsoniana); • Cerejeira-brava (Prunus avium); • Cipestre-comum (Cupressus sempervirens); • Nogueira preta (Juglans nigra); • Pinheiro-manso (Pinus pinea); • Pseudotsuga (Pseudotsuga menziesii).

Na Sub-região homogénea Pampilhosa e Alvelos, devem ser privilegiadas as espécies indicadas na Tabela 26.

Tabela 26 - Espécies a privilegiar na Sub-Região Homogénea Pampilhosa e Alvelos.

Grupo I – espécies a privilegiar	Grupo II – espécies a privilegiar
• Carvalho-alvarinho (Quercus robur); • Carvalho-negral (Quercus pyrenaica); • Carvalho-português (Quercus faginea); • Castanheiro (Castanea Sativa); • Cerejeira-brava (Prunus avium); • Eucalipto (Eucalyptus globulus); • Medronheiro (Arbutus unedo); • Nogueira (Juglans regia L); • Pinheiro-bravo (Pinus Pinaster); • Pseudotsuga (Pseudotsuga menziesii). • Sobreiro (Quercus suber).	• Azinheira (Quercus rotundifolia); • Carvalho-americano (Quercus rubra); • Cedro-do-Buçaco (Cupressus lusitanica); • Cedro-do-Oregon (Chamaecyparis lawsoniana); • Cipestre-comum (Cupressus sempervirens); • Nogueira preta (Juglans nigra); • Pinheiro-manso (Pinus pinea).

Na Sub-região homogénea Floresta da Beira Serra, devem ser privilegiadas as espécies indicadas na Tabela 27.

Tabela 27 - Espécies a privilegiar na Sub-Região Homogénea Floresta da Beira Serra.

Grupo I – espécies a privilegiar	Grupo II – espécies a privilegiar
• Carvalho-alvarinho (Quercus robur); • Carvalho-português (Quercus faginea); • Eucalipto (Eucalyptus globulus); • Medronheiro (Arbutus unedo); • Pinheiro-bravo (Pinus Pinaster); • Pinheiro-manso (Pinus pinea); • Sobreiro (Quercus suber).	• Azinheira (Quercus rotundifolia); • Carvalho-negral (Quercus pyrenaica); • Castanheiro (Castanea Sativa); • Cedro-do-Buçaco (Cupressus lusitanica); • Cerejeira-brava (Prunus avium); • Cipestre-comum (Cupressus sempervirens); • Nogueira (Juglans regia L); • Nogueira preta (Juglans nigra); • Pseudotsuga (Pseudotsuga menziesii).

3.2.2. Enquadramento PMDFCI

No que respeita ao enquadramento ao nível da Defesa da Floresta Contra Incêndios (DFCI), a UG encontra-se inserida na área abrangida pelo Plano Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios do concelho da Pampilhosa da Serra.

O principal objetivo do PMDFCI consiste em estabelecer as linhas orientadoras, tendo em consideração a redução da destruição do Património Florestal do concelho, particularmente ao nível da prevenção, deteção e combate, tendo em vista as seguintes medidas:

- Defesa da vida e de edifícios; reforçar a prevenção (através de medidas de controlo dos combustíveis em zonas estratégicas do território, em especial nas zonas de interface entre espaços rurais e urbanos);
- Defesa da Floresta contra incêndios; operacionalizar a prevenção e reforçar o combate (através de intervenções especificamente dirigidas para a proteção dos povoamentos florestais, baseadas em técnicas de fogo controlado, por um lado, e de utilização de ferramentas manuais de supressão, reduzindo a dependência da água, por outro.).
- Reduzir o número de incêndios causados por negligência, designadamente através de sensibilização, sinalização, informação, divulgação do risco, e ações de queima de resíduos e de pastagens, tecnicamente assistida.

3.3. Instrumentos de gestão territorial

3.3.1. Enquadramento PDM

As tomadas de decisão relativamente às ações de gestão florestal deverão ficar condicionadas aos critérios estabelecidos no Plano Diretor Municipal (PDM) da Pampilhosa da Serra, assim como, toda a legislação aplicável às espécies florestais e ecossistemas existentes.

Tabela 28 - Enquadramento da Plano Diretor Municipal.

Condicionantes	Ordenamento
• Área inserida em REN; • Marcos geodésicos.	• Estrutura Ecológica Municipal; • Parques Eólicos.

3.3.2. Enquadramento Planos de Ordenamento das Áreas Protegidas

Não existem áreas protegidas nas áreas consideradas no presente PGF.

3.4. Outros ónus relevantes para a gestão

A Unidade de Gestão está inserida em 3 Zonas de Caça, indicadas na Tabela 29 e representadas na Figura 17.

Tabela 29 - Zonas de Caça que incluem a UG.

Zona de Caça	Tipo	Nº Processo	Entidade Gestora	Área incluída na UG (ha)
ZCA de Soeirinho	Associativa	3698	Associação de Caça e Pesca do Rio Unhais	343,17
ZCM de Pampilhosa da Serra	Municipal	3893	Município de Pampilhosa da Serra	118,33
ZCM da Freguesia de Pessegueiro	Municipal	5100	Associação Desportiva de Caça e pesca da Freguesia do Pessegueiro	479,71

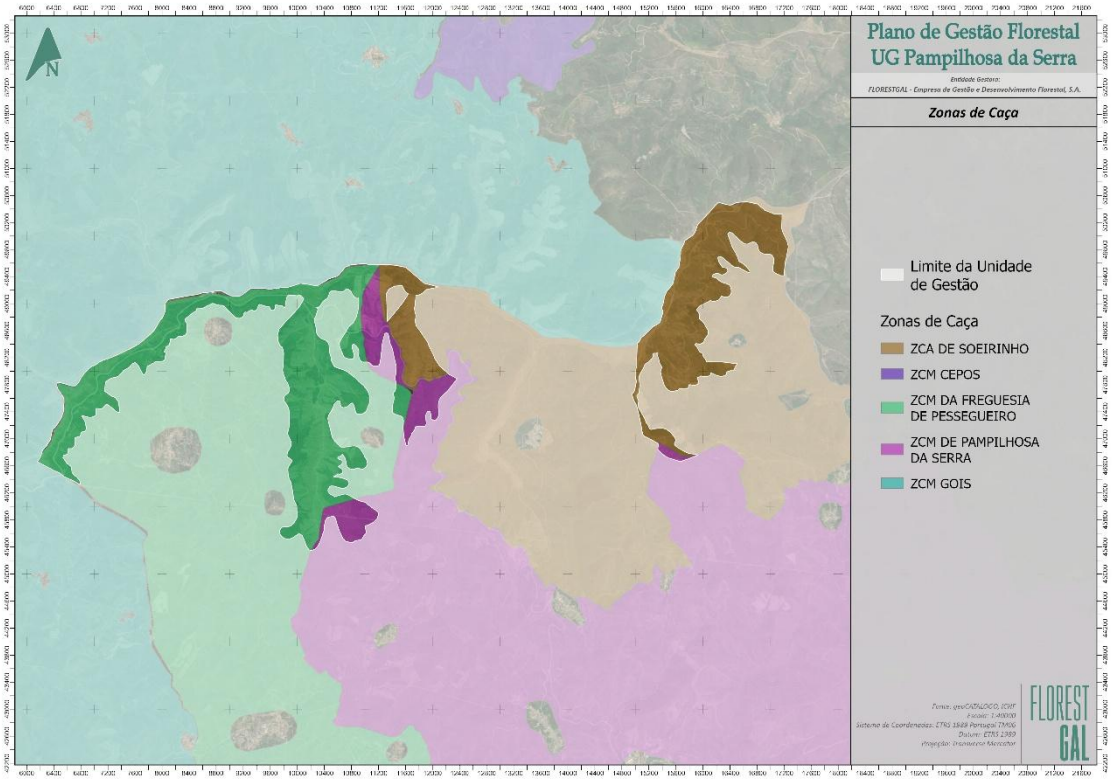


Figura 17 - Zonas de Caça que abrangem a UG.

4. Caracterização de recursos

4.1. Infraestruturas florestais

4.1.1. Rede viária florestal (RVF)

A rede viária florestal existente na Unidade de Gestão, conforme Tabela 30, é constituída por estradões com uma largura entre os 3 e 4 metros, em terra batida e, maioritariamente, em bom estado de conservação. Tratando-se de uma rede de caminhos densa com acesso à quase totalidade da exploração florestal.

Tabela 30 - Rede Viária Florestal da Unidade de Gestão.

Densidade RVF (m/ha)	Tipo	Estado de Conservação	Largura média (m)	Comprimento (m)
43,3	Terra batida	Transitável	3 a 4	41050

4.1.2. Armazéns e outros edifícios associados à gestão

Não se aplica.

4.1.3. Infraestruturas DFCI

A faixa de gestão de combustível da rede primária, secundária e terciária definida no PMDFCI tem como função a proteção das edificações existentes nas propriedades confinantes, assim como a rede viária e os povoamentos florestais.

Na Tabela 31, bem como na cartografia do Anexo 3, encontram-se representadas as infraestruturas DFCI existentes na Unidade de Gestão.

Tabela 31 - Infraestruturas DFCI.

Infraestrutura DFCI	Tipo	Largura média (m)	Comprimento (km)	Área (ha)	Responsabilidade
FGC (PDMFCI)	FIC	80	14,06	106,85	Compartes
	FRC	20	7,11	15,15	Privado
		20	7,99	15,65	Privado
		15	13,73	19,96	Município
		37	0,40	1,49	Privado

Pontos de água

Um ponto de água é uma qualquer massa de água estrategicamente localizada e permanentemente disponível para a utilização em defesa da floresta contra incêndios, através de bombas, queda gravítica, veículos terrestres ou meios aéreos.

Não se verifica, no interior da UG, a existência de pontos de água.

Rede de vigilância e deteção de incêndios

A RNPV (Rede Nacional de Postos de Vigia) é constituída por postos de vigia públicos e privados instalados em locais previamente aprovados pelo comandante da Guarda Nacional Republicana, ouvidos a Autoridade Florestal Nacional, a Autoridade Nacional de Proteção Civil e o Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I. P., e homologados pelo membro do governo responsável pela área da Proteção Civil.

A unidade de gestão é visível por 1 posto de vigia, nomeadamente o Posto de Caveiras, situado na região de Cadafaz e Colmeal (Concelho de Góis), e também por dois LEE (local estratégico de estacionamento), nomeadamente, LEE Pessegueiro (061208) e LEE Alto de Belide (061209).

4.1.4. Infraestruturas de apoio à cinegética

Não se aplica.

4.1.5. Infraestruturas de apoio à silvopastorícia

Não se aplica.

4.1.6. Infraestruturas de apoio ao recreio e turismo

Não se aplica.

4.2. Caracterização socioeconómica da propriedade

O concelho de Pampilhosa da Serra, do distrito de Coimbra, localiza-se na Região de Coimbra, situado numa zona predominantemente montanhosa do interior centro de Portugal, é limitado a Norte pelo concelho de Arganil, a Sul pelos concelhos de Sertã e Oleiros, a Este por Covilhã e Fundão e a Oeste por Góis e Pedrógão Grande. A norte do concelho destaca-se a Serra do Açor, particularmente o Picoto da Cebola, o ponto mais alto do distrito de Coimbra, com 1418 metros de altitude. No concelho encontra-se o rio Zêzere a Sul, o rio Ceira a Norte e o rio Unhais, que atravessa o

concelho. No total, o concelho abrange uma área de 396,4 km^2 e é constituído por 8 freguesias, nomeadamente, Portela do Fojo-Machio, Pessegueiro, Pampilhosa da Serra, Fajão-Vidual, Unhais-o-Velho, Janeiro de Baixo e Dornelas do Zêzere.

A caracterização socioeconómica da propriedade passa por desenvolver uma análise relativa aos bens e serviços proporcionados pelos espaços florestais da exploração em causa, de acordo com a classificação funcional estabelecida no PROF-CL (funções e subfunções). Dentro de cada subfunção geral, as normas de intervenção são apresentadas por objetivos de gestão florestal concretos a aplicar com vista a potenciar as funções identificadas em particular do espaço florestal (Tabela 32).

Tabela 32 - Funções Principais, objetivos e subfunções.

Função Principal	Objetivos	Subfunção	Bens e Serviços
Produção	Contribuição dos espaços florestais para o bem-estar material das sociedades rurais e urbanas	Produção de madeira	Produção de toros, rolaria, raízes, etc.
		Produção de frutos e sementes	Produção de pinhão, castanha, noz, medronho, alfarroba, etc.
		Produção de resinas naturais	Produção de resinas naturais
Silvopastorícia, Caça e Pesca	Contribuição dos espaços florestais para o desenvolvimento da caça, pesca e pastorícia	Suporte à caça e conservação de espécies cinegéticas	Enquadramento da atividade cinegética
		Suporte à apicultura	Produção de mel e outros produtos apícolas
Proteção	Contribuição dos espaços florestais para a manutenção das geocenoses e das infraestruturas antrópicas	Proteção contra erosão eólica	Fixação das areias móveis
		Recuperação de solos degradados	Proteção e produção de solo
		Mitigação das alterações climáticas	Sumidouro de carbono, tanto ao nível do solo como da biomassa aérea

		Proteção contra incêndios	**Faixas de gestão de combustível, faixas de alta densidade**

4.2.1. Função de produção

A área produtiva corresponde a 51,8% do total da área abrangida pela UG Pampilhosa da Serra. Os povoamentos florestais que ocupam a maioria da área são constituídos por resinosas, nomeadamente espécies como pinheiro-bravo e pseudotsuga, com diferentes idades, o que irá permitir uma gestão de cortes diluída num período relativamente longo, de forma a diminuir o impacto paisagístico.

4.2.2. Função de proteção

A função proteção deverá ser considerada em 3 níveis:

Defesa da Floresta Contra Incêndios

As medidas DFCI e de silvicultura preventiva, definidas, devem ser parte integrante das medidas de gestão florestal.

Proteção do solo

Os processos erosivos do solo constituem um fator de risco pelo que deverá ser feito o planeamento adequado para a instalação e gestão dos povoamentos florestais, assim como para a manutenção e reabilitação das infraestruturas DFCI e rede viária florestal. A estratégia para a proteção do solo deve ser definida com base no enquadramento das zonas sensíveis relativamente ao tipo de solo e coberto vegetal. Os processos erosivos profundos existentes na unidade de gestão, concentram-se na rede viária florestal cujo planeamento e reabilitação será alvo de um projeto específico.

Proteção dos recursos hídricos

A manutenção da estrutura das galerias ripícolas que atuam, não só como elementos modeladores da paisagem, mas também, como elementos fundamentais no equilíbrio e proteção geral das áreas florestais, principalmente ao nível dos seguintes elementos:

- **Biodiversidade** – As galerias ribeirinhas constituem áreas de descontinuidade na paisagem associadas a espaços de maior biodiversidade, importantes para o refúgio e reprodução de várias espécies animais, nomeadamente roedores, micromamíferos, aves, etc.
- **Proteção de Margens** – O efeito da erosão hídrica, considerando o carácter torrencial das linhas de água, é atenuado com a proteção das margens pela vegetação ribeirinha.
- **Melhoria da qualidade da água** – A proteção da rede hidrográfica que faz parte da exploração florestal, terá um impacto significativo na melhoria da qualidade da água que drena para as linhas de água de 4ª ordem, podendo este ser considerado um serviço do ecossistema para o bem-estar social.
- **Mitigação das alterações climáticas** – A manutenção da área florestal da exploração e a sua proteção à perpetuidade, irão contribuir para a mitigação das alterações climáticas enquanto sumidouros de carbono, quer a nível da biomassa, quer a nível do solo.

4.2.3. Função de conservação

A função geral de Conservação de habitats, de espécies da fauna e da flora e de geomonumentos, é entendida como a contribuição dos espaços florestais para a manutenção da diversidade biológica, genética e de geomonumentos, que engloba como subfunções gerais a conservação de habitats classificados e das espécies da flora e da fauna protegidas, de geomonumentos e de recursos genéticos. Nesta Unidade de Gestão, foram identificadas algumas espécies de fauna consideradas como Altos Valores de Conservação, bem como habitats prioritários. Pelo que, as ações decorrentes da manutenção e exploração dos povoamentos florestais devem ser executadas tendo em consideração a proteção das espécies e habitats identificados.

4.2.4. Função silvopastorícia, caça e pesca

A função de Silvopastorícia, caça e pesca consiste numa função que se encontra presente em quase toda a região PROF-CL como uma das principais funções dos espaços florestais.

Na UG encontram-se inseridas 3 Zonas de Caça, conforme referido anteriormente, que se regem pelos respetivos Planos Anuais de Exploração.

4.2.5. Função de enquadramento paisagístico e recreio

Não existem atividades ligadas ao turismo e recreio na unidade de gestão florestal.

B. Modelo de Exploração

1. Adequação ao PROF

A Unidade de Gestão da Pampilhosa da Serra insere-se no Plano Regional de Ordenamento Florestal (PROF) do Centro Litoral, nas Sub-regiões Homogéneas (SRH) Lousã e Açor, Pampilhosa e Alvelos, e Floresta da Beira Serra.

1.1. Contribuição para os objetivos gerais do PROF

Em sintonia com os objetivos gerais do PROF (Caderno D – PROF do Centro Litoral) pretende-se proceder às seguintes ações:

- Aumentar o rendimento potencial da exploração florestal;
- Diminuir a perigosidade de incêndio florestal na componente associada ao ordenamento de cada SRH;
- Contribuir para a conservação do solo e da água em geral;
- Contribuir para a conservação da natureza e da biodiversidade;
- Promover sistemas florestais articulados com ordenamento cinegético e silvopastoril

1.2. Contribuição para os objetivos específicos da SRH

Os objetivos da gestão preconizada para a exploração florestal seguem em linha com os pressupostos das SRH:

- Selecionar espécies com boa aptidão produtiva e, em igualdade de outros fatores, menos suscetíveis ao fogo;
- Selecionar espécies com boa aptidão produtiva e sistemas de produção que mantenham no tempo as condições favoráveis de infiltração e escoamento e proporcionem a pedogénese;
- Selecionar espécies com boa aptidão produtiva adaptáveis a sistemas de produção conjuntos com caça e silvopastorícia;
- Selecionar espécies com boa aptidão produtiva, valorizadoras da paisagem tradicional das SRH;
- Melhorar a gestão dos povoamentos existentes;
- Aproveitar o potencial da regeneração natural;
- Aumentar a fração dos sistemas e espécies florestais com menor suscetibilidade ao fogo;
- Ajustar o regime cinegético e silvopastoril à função de gestão de combustível;

- Aplicação sistemática das normas de conservação do solo e da água na instalação e gestão de povoamentos e na gestão dos sistemas florestais;
- Promover objetivos e avaliação da conservação do solo e da água aplicáveis a grandes áreas em gestão conjunta;
- Promover a diversificação de habitats no contexto dos sistemas e espécies a privilegiar;
- Promover a diminuição do risco de destruição de habitats e espécies classificadas e destruição maciça de habitat;
- Diminuir a ocupação por espécies exóticas invasoras (visando à erradicação);
- Aumentar a produtividade cinegética;
- Recuperar e valorizar a dimensão turística da caça;
- Integrar a exploração silvopastoril de pequenos ruminantes como um modo de gestão de combustível aplicável aos sistemas de produção florestal;

2. Caracterização e objetivos da exploração

2.1. Caracterização dos recursos

2.1.1. Caracterização geral

Para efetuar a caracterização da ocupação e uso do solo atual, realizaram-se visitas de campo às propriedades e recorreu-se à fotointerpretação.

A área considerada no presente PGF caracteriza-se sobretudo pela presença variada de espécies, nomeadamente pinheiro-bravo (*Pinus pinaster*), medronheiro (*Arbutus unedo*), carvalho alvarinho (*Quercus robur*), acácia (*Acacia sp*), cerejeira (*Prunus avium*), pseudotsuga (*Pseudotsuga menziezii*), cipreste (*Cupressus sp*) castanheiro (*Castanea sativa*), haqueas (Hakea sericea), entre outras com ocupação bastante residual.

A Unidade de Gestão sofreu um grande incêndio em 2017 no qual cerca de 96% da área foi atingida, afetando desta forma a paisagem. A área que resistiu ao fogo é ocupada por povoamentos adultos de pinheiro-bravo com idade entre 15 a 27 anos. Uma grande parte da restante área ardida é ocupada por matos, na sua grande maioria associados a regeneração natural de pinheiro-bravo. Em 2023, foi efetuado um aproveitamento de regeneração natural de pinheiro-bravo existente, tendo uma vasta zona sido alvo de redução de densidades e gradagem do solo. Em paralelo, em zonas de menor dimensão, procedeu-se à instalação de pseudotsuga criando povoamentos puros e mistos (com pinheiro-bravo), bem como instalação de parcelas com composição mista de cerejeiras, castanheiro e carvalho-alvarinho. Durante as visitas à UG realizadas no mês de junho de 2026 não se verificou a presença de castanheiros, pelo que se assume que as plantas desta espécie não sobreviveram.

Existem algumas zonas, principalmente junto à estrada, onde se instalaram acácias. Nas linhas de água, também se assinala a presença desta espécie, bem como de outras folhosas características do local e matos.

2.1.2. Compartimentação da propriedade

A nomenclatura aplicada para a compartimentação da Unidade de Gestão é a seguinte:



Unidade de Gestão (UG) – a totalidade das propriedades que fazem parte da exploração florestal, independentemente da ocupação do solo. Neste caso, o código numérico desta UG é o 7. Para as propriedades cuja titularidade é da Florestgal, são usados os códigos 7.1 e 7.2, que correspondem ao Baldio Pampilhosa da Serra e ao Baldio Pessegueiro, respetivamente;

Talhão – unidade de exploração, contínua ou não, constituídas por uma ou mais parcelas com a mesma função e composição florística;

Parcela – unidade geográfica delimitada dentro do talhão que permite identificar o tipo de intervenção.

No Anexo 4 encontra-se a informação cartografia no que respeita à compartimentação da Unidade de Gestão.

Tabela 33 - Descrição da nomenclatura utilizada na compartimentação.

DESCRIÇÃO DA NOMENCLATURA	
CT	Castanheiro (*Castanea sativa*)
CP	Cipreste (*Cupressus sp*)
PD	Pseudotsuga (*Pseudotsuga menziesii*)
PB	Pinheiro-bravo (*Pinus pinaster*)
AC	Acácia spp
CR	Carvalho alvarinho (*Quercus robur*)
MD	Medronheiro (*Arbutus unedo*)
CB	Cerejeira-brava (*Prunus avium*)
HK	Háquea-picante (*Hakea sericea*)
ACA	Linhas de água/Galerias ripícolas
FGC	Faixas de Gestão de Combustível
SEE	Edificado

Tabela 34 - Contribuição para as metas do PROF.

CONTRIBUIÇÃO PARA AS METAS DO PROF	VIGÊNCIA DO PGF	
	2026	2046
% de espaços florestais arborizados	41,6	64,4
% de arborização	22,8	
ESPÉCIES	**OCUPAÇÃO FLORESTAL EM 2046 (HA)**	
Pinheiro-bravo	427,35	
Pinheiro-bravo x Cipreste	1,68	
Pinheiro-bravo x Mato	16,23	
Pinheiro-bravo x Medronheiro	76,54	
Pseudotsuga	15,85	
Cerejeira-brava x Carvalho-alvarinho x Pinheiro-bravo	5,43	
Cerejeira-brava x Carvalho-alvarinho	3	
Carvalho x Pinheiro-bravo	2,06	
Acácia	0	
Galerias ripícolas	62,54	
Total	**610,68**	

2.1.3. Definição e delimitação das parcelas

No Anexo 5 encontra-se informação cartográfica relativamente à delimitação das parcelas.

Tabela 35 - Compartimentação do Baldio de Pampilhosa da Serra (7.1).

Talhão	Ocupação Principal	Parcela	Descrição	Função	Área (ha)
1	Pinheiro-bravo	7.1.1.1	Povoamento de PB – Regeneração natural com 5 anos (intervencionado em 2023)	Produção	42,57
		7.1.1.2	Povoamentos de PB – 7 anos e regeneração natural de PB, com presença de medronheiros, hákeas e acácia (necessário corrigir densidades de PB)	Produção	23,83
		7.1.1.3	Povoamentos de PB de 9 anos e regeneração natural de PB, com presença de medronheiros	Produção	14,67
		7.1.1.4	Povoamento de PB (20 anos) e regeneração natural	Produção	6,33
		7.1.1.5	Povoamento misto de Pinheiro-bravo, Eucalipto, Acácia e outras folhosas	Conservação	0,19
		7.1.1.6	Povoamentos de PB disperso de 7 anos e regeneração natural de PB	Produção	16,83
		7.1.1.7	Povoamentos de PB com 14 anos e regeneração natural de PB.	Produção	0,93
2	Matos	7.1.2.1	Matos associados a regeneração natural de Pinheiro-bravo	Conservação	17,45

		7.1.2.2	Matos associados a regeneração natural de Pinheiro-bravo e à presença de medronheiros e hakeas	Proteção	12,34
		7.1.2.3	Matos associados a regeneração natural de Pinheiro-bravo (presença de hákeas)	Produção	133,62
		7.1.2.4	Matos associados a regeneração natural de Pinheiro-bravo e à presença de Eucaliptos	Produção	7,4
		7.1.2.5	Matos associados a regeneração natural de Pinheiro-bravo e à presença de carvalho alvarinho	Conservação	0,24
		7.1.2.6	Matos associados a regeneração natural de Pinheiro-bravo e à presença de Quercus coccifera	Produção	14,56
		7.1.2.7	Matos (reflorestar com PB)	Produção	0,69
3	Acácia	7.1.3.1	Povoamentos de Acácia (reflorestar com PB)	Produção	11,88
4	Linhas de Água	7.1.4.1	Linhas de água com matos e outras folhosas	Proteção	38,31
		7.1.4.2	Linhas de água com matos e outras folhosas	Proteção	0,72
5	Pseudotsuga	7.1.5.1	Povoamento de Pseudotsuga	Produção	13,19
6	Cerejeira	7.1.6.1	Povoamentos mistos de Cerejeira e Carvalho	Produção	2,99
		7.1.6.2	Povoamentos mistos de Cerejeira, Carvalho-alvarinho e Pinheiro-bravo	Produção	5,44
7	Carvalho	7.1.7.1	Povoamento de Carvalho-alvarinho com presença de Pinheiro-bravo	Conservação	1,88

Tabela 36 - Compartimentação do Baldio Pessegueiro (7.2).

Talhão	Ocupação Principal	Parcela	Descrição	Função	Área (ha)
1	Pinheiro-bravo	7.2.1.1	Povoamentos de PB com 27 anos	Produção	5,49
		7.2.1.2	Povoamentos de PB (regeneração natural) e matos	Conservação	16,23
		7.2.1.3	Povoamentos de PB com 15/16 anos	Produção	18,56
		7.2.1.4	Povoamentos de PB com 8/10 anos. Existência de regeneração natural de PB e presença de Acacia spp	Produção	15,54
		7.2.1.5	Povoamentos de PB com 25 anos. Presença de Acacia spp	Produção	12,25
		7.2.1.6	Povoamento de PB – Regeneração natural com 4/5 anos – intervencionado em 2023	Produção	95,14
		7.2.1.7	Povoamento de PB – Regeneração natural com 7 anos – intervencionado em 2023	Produção	3,2
		7.2.1.8	Povoamento misto de PB e cupressus – Regeneração natural com 7 anos – intervencionado em 2023	Produção	1,68
		7.2.1.9	Povoamento de PB – Regeneração natural com 7	Produção	6,71

			anos e presença de Medronheiros e Hákea– intervencionado em 2023		
		7.2.1.10	Povoamento de PB – Regeneração natural com 7 anos e presença de Medronheiros e mato – intervencionado em 2023	Produção	1,15
2	Matos	7.2.2.1	Matos associados a regeneração natural de Pinheiro-bravo	Conservação	30,05
		7.2.2.2	Matos associados a regeneração natural de Pinheiro-bravo e à presença de folhosas	Proteção	17,84
		7.2.2.3	Matos associados a regeneração natural de Pinheiro-bravo	Produção	28,7
		7.2.2.4	Matos isolados	Produção	1,21
3	Acácia	7.2.3.1	Povoamentos de Acácia spp (Reflorestar com PB)	Produção	8,8
		7.2.3.2	Povoamentos de Acácia spp (Reflorestar com CR)	Conservação	3,65
4	Linhas de Água	7.2.4.1	Linhas de água com matos e outras folhosas	Proteção	23,51
5	Pseudotsuga	7.2.5.1	Povoamento de Pseudotsuga	Produção	2,67

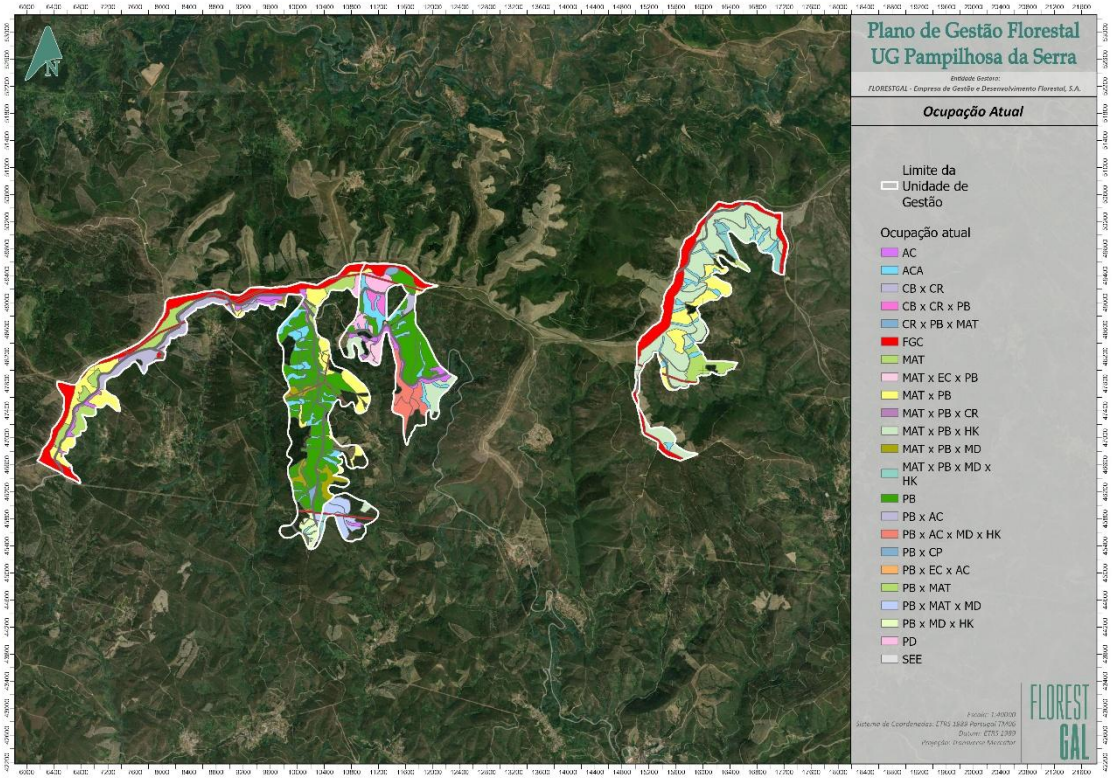


Figura 18 - Ocupação atual.

2.1.4. Componente florestal

No Anexo 6 encontra-se informação cartográfica relativamente ao zonamento funcional.

Tabela 37 - Zonamento funcional.

PARCELA	FUNÇÃO PRINCIPAL	INTERVENÇÃO
7.1.1.1	Produção	Beneficiação
7.1.1.2	Produção	Beneficiação
7.1.1.3	Produção	Beneficiação
7.1.1.4	Produção	Beneficiação
7.1.1.5	Conservação	Reflorestação

7.1.1.6	Produção	Beneficiação
7.1.1.7	Produção	Beneficiação
7.1.2.1	Conservação	Sem intervenção
7.1.2.2	Proteção	Beneficiação
7.1.2.3	Produção	Beneficiação
7.1.2.4	Produção	Reflorestação
7.1.2.5	Conservação	Sem intervenção
7.1.2.6	Produção	Beneficiação
7.1.2.7	Produção	Reflorestação
7.1.3.1	Produção	Reflorestação
7.1.4.1	Proteção	Sem intervenção
7.1.4.2	Proteção	Sem intervenção
7.1.5.1	Produção	Beneficiação
7.1.6.1	Proteção	Beneficiação
7.1.6.2	Proteção	Beneficiação
7.1.7.1	Conservação	Beneficiação
7.2.1.1	Produção	Beneficiação
7.2.1.2	Conservação	Sem intervenção
7.2.1.3	Produção	Beneficiação
7.2.1.4	Produção	Beneficiação
7.2.1.5	Produção	Beneficiação
7.2.1.6	Produção	Beneficiação
7.2.1.7	Produção	Beneficiação

7.2.1.8	Produção	Beneficiação
7.2.1.9	Produção	Beneficiação
7.2.1.10	Produção	Beneficiação
7.2.2.1	Conservação	Sem intervenção
7.2.2.2	Proteção	Beneficiação
7.2.2.3	Produção	Beneficiação
7.2.2.4	Produção	Reflorestação
7.2.3.1	Produção	Reflorestação
7.2.3.2	Conservação	Reflorestação
7.2.4.1	Proteção	Sem intervenção
7.2.5.1	Produção	Beneficiação

Figura 19 - Zonamento Funcional.

2.1.4.1. Caracterização das espécies florestais, habitats e povoamentos

Pinheiro-bravo

A área de pinheiro-bravo ocupa cerca de 30% da área total da UG, dividindo-se entre povoamentos mistos e puros de diferentes idades. Em 2023, foram intervencionadas zonas com presença de regeneração natural com elevadas densidades. Nos pinhais adultos não ocorreu qualquer intervenção nos últimos anos, contudo no início do ano, como consequência das tempestades, verificou-se a queda de algumas árvores.

Cerejeira x Carvalho-alvarinho x Pinheiro-bravo

Conforme referido anteriormente, em 2023, procedeu-se à plantação de povoamento misto de cerejeira, carvalho-alvarinho e castanheiro, contudo nas visitas efetuadas às zonas de plantação não se verificou a existência de castanheiros, pelo que

se assume que os mesmos não sobreviveram. Adicionalmente, verificou-se vários indivíduos de pinheiro-bravo, resultantes de regeneração natural.

Pseudotsuga

O povoamento instalado na UG tem uma idade de 3 anos, será necessário a confirmação do número total de plantas vivas, de modo a efetuar-se a retancha, caso necessário. No povoamento existe também alguns indivíduos de pinheiro-bravo, e também matos.

Esta espécie faz parte do grupo II da listagem de espécies a privilegiar na SRH de Lousã e Açor e de Floresta da Beira Serra e do grupo I da SRH Pampilhosa da Serra, por se enquadrar nas características edafoclimáticas desta região.

Medronheiro

Esta espécie encontra-se distribuída ao longo da área da UG, estando presente em zonas de matos e em alguns povoamentos de pinheiro-bravo, não existindo um povoamento puro de medronheiro. Esta espécie faz parte do grupo I da listagem de espécies a privilegiar na SRH de Lousã e Açor, Floresta da Beira Serra e da SRH Pampilhosa da Serra, por se enquadrar nas características edafoclimáticas desta região.

2.1.5. Componente silvopastoril

A atividade silvopastoril, não faz parte dos objetivos de gestão da exploração florestal.

2.1.6. Componente cinegética, aquícola e apícola

A gestão cinegética está a cargo das associações de caçadores, que gerem as zonas de caça onde se insere a unidade de gestão florestal. Não existem apiários na unidade de gestão florestal.

2.2. Definição dos objetivos da exploração

Tabela 38 - Objetivos estratégicos para a gestão da exploração.

OBJETIVOS	ESTRATÉGIAS	PARCELAS	PRAZO	META
Aumentar o potencial produtivo da exploração	Efetuar limpeza da vegetação espontânea para eliminar concorrência pela luz, água e elementos minerais. Realizar correção de densidades e adensamento quando necessário	7.1.2.3 7.1.2.4 7.1.2.6 7.1.1.7 7.1.2.7 7.2.1.3 7.1.3.1 7.2.2.4 7.2.3.1 7.1.1.5 7.2.3.2 7.1.1.1 7.2.1.7 7.1.1.2 7.1.1.3 7.1.1.6 7.2.1.9 7.2.1.10 7.2.1.4 7.1.1.4 7.2.1.5	2027 - 2028	Aferição do sucesso da intervenção em 12/2028 e 12/2029; melhorar a qualidade e a quantidade de madeira produzida; aumentar o equilíbrio ecológico do sistema;
Melhoria das condições do solo	Garantir que intervenção no solo é adequada para impedir fenómenos de erosão	Todas as parcelas	A partir de 2027	Monitorização de processos erosivos
	Rearborização com o objetivo de diminuir o impacto erosivo em curso.	Parcelas onde está previsto o adensamento		Monitorização das ações de reflorestação, monitorização da sobrevivência das plantas.
Proteção das linhas de água	Eliminação de espécies invasoras onde necessário.	7.1.4.1 7.1.4.2 7.2.4.1	2027 - 2028	Retirar espécies invasoras de linhas de água temporárias; promover o crescimento e desenvolvimento de

				espécies ribeirinhas autóctones.
Gestão sustentável dos povoamentos	Corte final, desbastes e cortes fitossanitários	7.2.1.1	A partir de 2034	Assegurar a sustentabilidade da gestão dos povoamentos, através de monitorização do estado fitossanitário das árvores.
		7.2.1.4		
		7.1.1.2		
		7.1.1.3		
		7.1.1.6		
		7.2.1.9		
		7.2.1.10		
		7.2.1.8		
		7.1.1.1		
		7.2.1.7		
		7.2.1.6		
		7.1.2.3		
		7.1.2.4		
		7.1.2.6		
		7.2.2.3		
		7.1.1.7		
		7.1.2.7		
		7.2.1.3		
		7.2.1.4		
		7.1.3.1		
		7.2.2.4		
		7.2.3.1		
		7.1.5.1		
		7.2.5.1		

3. Programas operacionais

3.1. Programa de gestão da biodiversidade

O desenvolvimento do programa de gestão da biodiversidade resulta dos valores naturais identificados ou potencialmente ocorrentes na UG. Os procedimentos descritos no Plano Sectorial da Rede Natura 2000, para a conservação e manutenção das espécies e habitats classificados, serviu de base para a definição das medidas de gestão dos espaços florestais, existentes na área de intervenção, dando ainda resposta à identificação de Florestas com Altos Valores de Conservação de acordo com os requisitos estabelecidos no Princípio 9 da Norma FSC® de Gestão Florestal para Portugal (FSC-STD-PRT-01-2016).

3.1.1. Identificação de Florestas com Altos Valores de Conservação

Foram identificadas, no total, 3 espécies e 2 habitats que constituem Altos Valores de Conservação (AVC). Determinou-se que as espécies com estatuto de conservação vulnerável ou criticamente em perigo, endémicas raras, com presença confirmada, devem assumir o estatuto de Alto Valor de Conservação.

Tabela 39 - Espécies identificadas como Altos Valores de Conservação.

Nome científico	Nome comum	Estatuto de conservação
Accipiter gentilis	Açor-nortenho	VU
Martes martes	Marta	VU
Oenanthe hispanica	Chasco-ruivo	VU

Determinou-se que os habitats prioritários com presença confirmada, devem assumir o estatuto de Alto Valor de Conservação. Na UG foram identificados 2.

Tabela 40 - Habitats identificados como Altos Valores de Conservação.

HABITAT	DESIGNAÇÃO
4020*	**Charnecas húmidas atlânticas temperadas de *Erica ciliaris* e *Erica tetralix***
6220PT4*	**Arrelvados vivazes silicícolas de gramíneas altas**

Este critério abrange organismos que desempenham papéis críticos nos ecossistemas e cujas populações apresentam risco de declínio, demandando atenção urgente para sua preservação. Todas as espécies identificadas neste grupo possuem um estatuto de conservação superior a LC (Pouco Preocupante).

3.1.2. Orientações para a gestão dos AVC

Considerando a importância da preservação dos habitats identificados e no sentido do seu restauro foram identificadas, com base no relatório técnico da Ecosativa, as ameaças e as medidas de gestão, as quais são apresentadas nas tabelas abaixo.

Tabela 41 - Ameaças identificadas na Unidade de Gestão.

Ameaças	
B01	Conversão de outros usos em áreas florestais ou reflorestação
B02	Conversão para outros tipos de florestas, incluindo monoculturas
B29	Outras práticas silvícolas, incluindo as desmatações (nota: inclui desmatações)
H04	Vandalismo ou incêndio de origem criminosa (nota: considerado conjuntamente com H08)
H08	Outras intrusões e perturbações de origem humana não mencionadas acima (ex.: incêndios acidentais) (nota: considerado conjuntamente com H04)
I01	Espécies exóticas invasoras preocupantes para a União Europeia (nota: inclui Ailanthus altissima, Acacia saligna, Ehrartha calycina, Hakea sericea)
I02	Outras espécies exóticas invasoras (não listadas nas espécies exóticas invasoras preocupantes para a União Europeia) (nota: inclui Acacia spp., Arundo donax, Cortaderia selloana, Eragrostis curvula, Zantesdechia aethiopica)
I04	Espécies nativas problemáticas (nota: inclui silvados (Rubus spp.))

Tabela 42 - Medidas de gestão propostas pela Ecosativa.

Medidas de gestão	
MG01	Controlo de plantas invasoras arbóreas ou arborescentes
MG03	Controlo de silvados, canavial e outra vegetação higrófila infestante
MG04	Controlo da regeneração arbórea ou arbustiva
MG05	Regeneração natural arbustiva e/ou arbórea
MG10	Impedimento do corte de carvalhos e castanheiros / desbaste de carvalhais, soutos
MG13	Assegurar mosaico de habitats
MG18	Implementar gestão cinegética compatível com conservação espécie
MG19	Preservar maciços rochosos e habitats rupícolas associados
MG20	Práticas florestais sustentáveis

3.1.3. Monitorização das áreas de conservação e Altos Valores de Conservação

As áreas de conservação deverão ser monitorizadas com o objetivo de aferir a sua evolução. O processo de monitorização poderá ser integrado no modelo de inventário florestal e aplicar em toda a área de intervenção, aferindo o desenvolvimento da estrutura e composição dos diferentes estratos. Este procedimento deverá ocorrer com uma periodicidade de 5 anos.

3.1.4. Compatibilização das intervenções previstas com a conservação

É necessário estabelecer um compromisso entre as intervenções previstas na gestão florestal e os objetivos de conservação das espécies da fauna e flora identificadas como prioritárias.

Tabela 43 - Compatibilização das intervenções previstas com a conservação das espécies identificadas na UG como AVC.

Espécie	Intervenção	Período Crítico
Açor-nortenho *(Accipiter gentilis)*	Ação de reflorestação Abate de árvores (Outono/Inverno)	Período de nidificação (março/junho)
Marta *(Martes martes)*		Período de reprodução (julho/agosto)
Chasco-ruivo *(Oenanthe hispânica)*		Período de nidificação (abril/julho)

3.2. Programa de gestão da produção lenhosa

3.2.1. Modelo de silvicultura para a gestão de povoamentos de pinheiro-bravo

Tabela 44 - Parcelas de Pinheiro-bravo (7.1.1.1 - 7.2.1.6 - 7.2.1.7).

PARCELA	OCUPAÇÃO ATUAL	OCUPAÇÃO FUTURA	FUNÇÃO PRINCIPAL	ÁREA (HA)	N (ÁRV/HA)	IDADE
7.1.1.1	PB x MAT	PB	Produção	42,57	2830	5
7.2.1.6	PB	PB	Produção	95,14	2300	5
7.2.1.7	PB	PB	Produção	3,19	2100	7

Tabela 45 - Descrição das operações para a gestão das parcelas 7.1.1.1, 7.2.1.6 e 7.2.1.7.

TIPO DE INTERVENÇÃO	OPERAÇÕES	DESCRIÇÃO DA OPERAÇÃO
Manutenção	Controlo de vegetação espontânea	Esta operação tem como objetivo reduzir a concorrência pela luz, água e elementos minerais e reduzir o riso de incêndio. Deve ser realizada quando a vegetação espontânea entra em concorrência diretamente com as jovens plantas e quando o estrato arbustivo entra em contacto com a parte inferior da copa. Prevista intervenção de 4 em 4 anos, ou quando necessário. Realizar mecânica ou manualmente nas entrelinhas.

	Limpeza de povoamento	Esta operação deve ser realizada de forma a reduzir a densidade do povoamento, assegurando uma distribuição mais equilibrada das árvores do povoamento. Nas Parcelas 7.1.1.1, 7.2.1.6, e 7.2.1.7, a densidade do povoamento deve ser reduzida para atingir cerca de 1800 árv/ha, com compasso de 3,5 x 1,5 metros.
	Desramação	Pretende-se a obtenção fustes direitos e sem nós, para melhorar a qualidade da madeira. Esta operação deve ser feita apenas nas árvores selecionadas para permanecer no povoamento. Realizar em 2 ou 3 intervenções, até atingir 3-4 metros de altura. São desramadas as árvores com DAP entre os 10-15 cm. Não devem ser cortados ramos com mais de 2-3 cm na base. 1ª desramação aos 8 – 12 anos;
	Desbaste	O 1º desbaste deve decorrer quando as copas se tocarem (entre os 15 e 20 anos). Desbaste pelo baixo (retirar árvores mortas, doentes e de pior qualidade). Os restantes desbastes devem ocorrer com uma periodicidade de 10 anos. No primeiro desbaste devem ser retiradas cerca de 30% das árvores. E no segundo e terceiro desbaste devem ser retiradas cerca de 35 %.
	Corte de realização	O corte de realização deverá ocorrer aos 50 anos. Densidade final do povoamento deve ser de cerca de 100 árv/ha. Corte seletivo, permanecendo no povoamento as árvores de maiores dimensões por terem maior valor ecológico. O regime final do povoamento deverá ser de alto-fuste irregular.

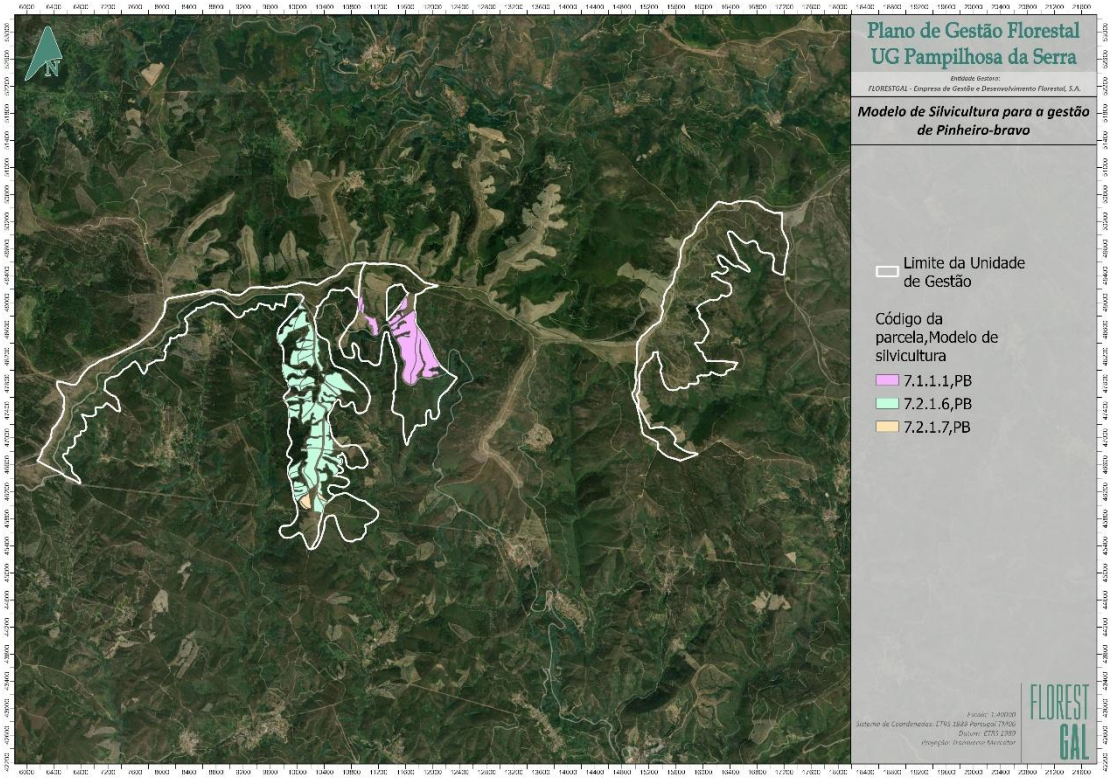


Tabela 46 - Parcelas de Pinheiro-bravo e Medronheiro (7.1.1.2 - 7.1.1.3 - 7.1.1.6 - 7.2.1.9 - 7.2.1.10).

PARCELA	OCUPAÇÃO ATUAL	OCUPAÇÃO FUTURA	FUNÇÃO PRINCIPAL	ÁREA (HA)	N (ÁRV/HA)	IDADE
7.1.1.2	PB x AC x MD x HK	PB x MD	Produção	23,83	7000	7
7.1.1.3	PB x MD x MAT	PB x MD	Produção	14,67	7000	9
7.1.1.6	PB x MAT	PB	Produção	16,83	7000	7
7.2.1.9	PB x MD x HK	PB x MD	Produção	6,71	7000	7
7.2.1.10	PB x MAT x MD	PB x MD	Produção	1,15	7000	7

No que respeita ao medronheiro, tendo em conta que é procedente de regeneração natural, a sua baixa densidade e distribuição dispersa considera-se que será efetuada uma proteção da regeneração natural existente. Em relação às espécies invasoras identificadas, as mesmas serão removidas.

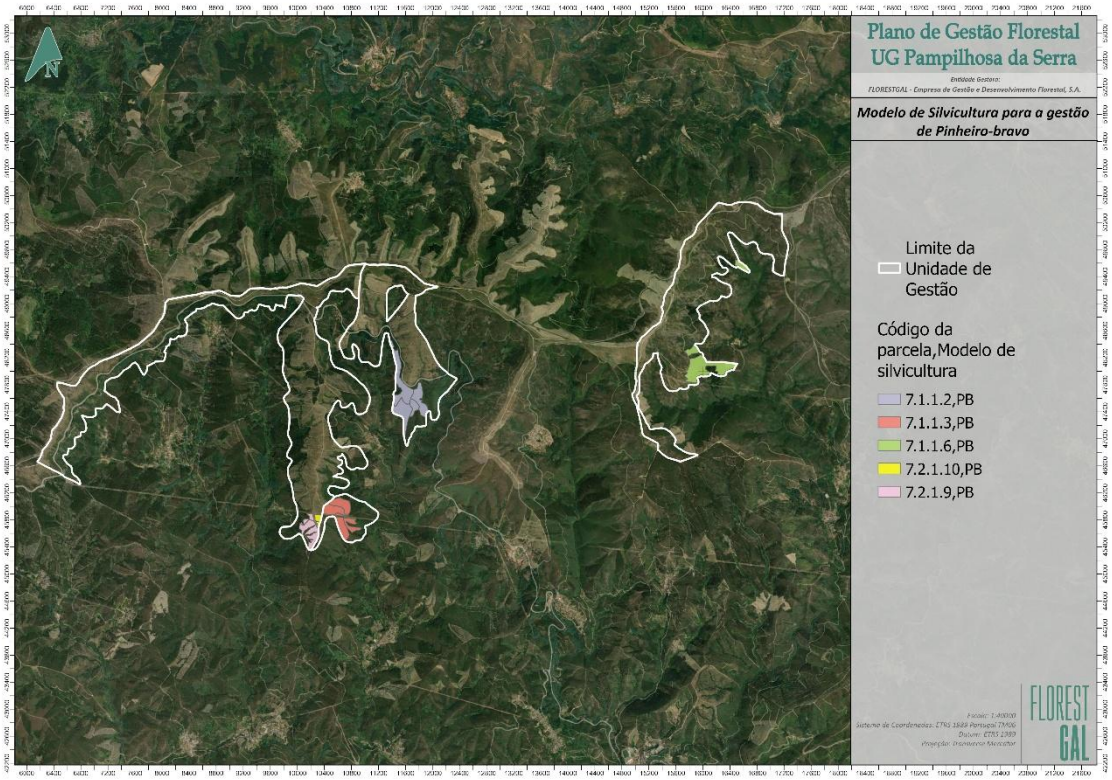


Figura 20 - Modelo de Silvicultura das parcelas 7.1.1.2, 7.1.1.3, 7.1.1.6, 7.2.1.9 e 7.2.1.10.

Tabela 47 - Descrição das operações das parcelas 7.1.1.2, 7.1.1.3, 7.1.1.6, 7.2.1.9 e 7.2.1.10.

TIPO DE INTERVENÇÃO	OPERAÇÕES	DESCRIÇÃO DA OPERAÇÃO
Manutenção	Controlo de vegetação espontânea	Esta operação tem como objetivo reduzir a concorrência pela luz, água e elementos minerais e reduzir o riso de incêndio. Deve ser realizada quando a vegetação espontânea entra em concorrência diretamente com as jovens plantas e quando o estrato arbustivo entra em contacto com a parte inferior da copa. Prevista intervenção de 4 em 4 anos, ou quando necessário. Realizar mecânica ou manualmente nas entrelinhas.
	Limpeza de povoamento	Esta operação deve ser realizada de forma a reduzir a densidade do povoamento,

		assegurando uma distribuição mais equilibrada das árvores do povoamento. Aproveitamento da regeneração natural: A densidade de cada parcela deve ser reduzida para atingir cerca de 1800 árv/ha, com um compasso de 3,5 x 1,5 metros.
	Desramação	Pretende-se a obtenção fustes direitos e sem nós, para melhorar a qualidade da madeira. Esta operação deve ser feita apenas nas árvores selecionadas para permanecer no povoamento. Realizar em 2 ou 3 intervenções, até atingir 3-4 metros de altura. São desramadas as árvores co DAP entre os 10-15 cm. Não devem ser cortados ramos com mais de 2-3 cm na base. 1ª desramação aos 8 – 12 anos
	Desbaste	O 1º desbaste deve decorrer quando as copas se tocarem (entre os 15 e 20 anos). Desbaste pelo baixo (retirar árvores mortas, doentes e de pior qualidade). Os restantes desbastes devem ocorrer com uma periodicidade de 10 anos. No primeiro desbaste devem ser retiradas cerca de 30% das árvores. E no segundo e terceiro desbaste devem ser retiradas cerca de 35 % das árvores existentes em cada parcela.
	Corte de realização	O corte de realização deverá ocorrer aos 50 anos. Densidade final do povoamento deve ser de cerca de 100 árv/ha. Corte seletivo, permanecendo no povoamento as árvores de maiores dimensões por terem maior valor ecológico. O regime final do povoamento deverá ser de alto-fuste irregular.

Tabela 48 - Parcelas de Pinheiro-bravo (7.1.2.3 - 7.1.2.4 - 7.1.2.6 – 7.2.2.3).

PARCELA	OCUPAÇÃO ATUAL	OCUPAÇÃO FUTURA	FUNÇÃO PRINCIPAL	ÁREA (HA)	N (ÁRV/HA)	IDADE
7.1.2.3	MAT x PB x HK	PB	Produção	133,62	600	8
7.1.2.4	MAT x EC x PB	PB	Produção	7,4	400	8
7.1.2.6	MAT x PB	PB	Produção	14,56	700	8
7.2.2.3	MAT x PB	PB	Produção	28,7	1800	8

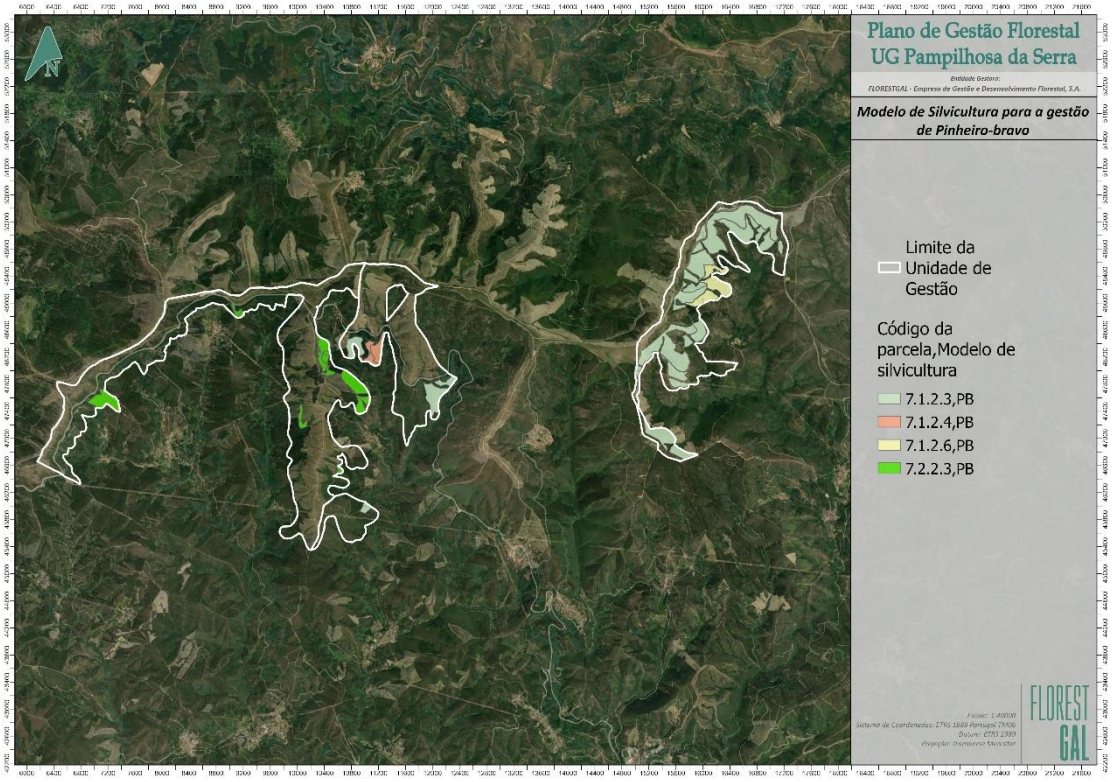


Figura 21 - Modelo de Silvicultura das parcelas 7.1.2.3, 7.1.2.4, 7.1.2.6 e 7.2.2.3.

Tabela 49 - Descrição das operações das parcelas 7.1.2.3, 7.1.2.4, 7.1.2.6 e 7.2.2.3.

TIPO DE INTERVENÇÃO	OPERAÇÕES	DESCRIÇÃO DA OPERAÇÃO

Instalação	Preparação de terreno	Propõe-se a preparação do terreno segundo as curvas de nível. Deve ser feita uma marcação e piquetagem prévia do terreno. Operações de mecanização não devem coincidir com época de nidificação.
	Regeneração natural	A regeneração natural de pinheiro-bravo existente em cada parcela será preservada, tendo as mesmas a densidade de: Parcela 7.1.2.3 – 600 árv/há, com 8 anos de idade; Parcela 7.1.2.4 – 400 árv/há, com 8 anos de idade; Parcela 7.1.2.6 – 700 árv/há, com 8 anos de idade.
	Adensamento	É aconselhável em solos não muito delgados ou que não estejam muito degradados. Dispensa a limpeza intra-especifíca precoce. Permite a utilização de plantas selecionadas, ou mesmo melhoradas. Deve ser realizado em linhas, entre outubro e novembro. Pretende-se que a densidade em cada parcela seja de 1800 árv/há, com um compasso de 3,5 x 1,5 metros. Pelo que: Na Parcela 7.1.2.3, devem ser plantadas cerca de 1200 árv/ha. Na Parcela 7.1.2.4, devem ser plantadas cerca de 1400 árv/ha. Na Parcela 7.1.2.6, devem ser plantadas cerca de 1100 árv/ha. Nota: Pode ser realizada plantação ou sementeira, sempre com recurso a plantas certificadas ou sementes cuja origem deverá ser de região de proveniência compatível com a área do projeto.
	Adubação	No caso de se realizar plantação, a adubação é feita à cova com adubo de libertação controlada à razão de 30 g de adubo/planta. Em caso de sementeira, a adubação é realizada posteriormente.
	Retancha	De forma a manter o potencial produtivo da plantação é essencial assegurar o número de plantas previsto inicialmente. Pelo que, esta operação é importante nas situações em que ocorra mortalidade considerável de plantas. Propõe-se efetuar retancha caso a mortalidade seja superior a 15 % da área. E deve ser efetuada até à primavera do ano seguinte.
	Sacha	Esta operação deve ser realizada no final da primavera nos primeiros 2 anos após instalação do povoamento, de forma a acompanhar o desenvolvimento das plantas e controlar o estrato

		herbáceo concorrente, garantido a eliminação da concorrência.
Manutenção	Controlo de vegetação espontânea	Esta operação tem como objetivo reduzir a concorrência pela luz, água e elementos minerais e reduzir o riso de incêndio. Deve ser realizada quando a vegetação espontânea entra em concorrência diretamente com as jovens plantas e quando o estrato arbustivo entra em contacto com a parte inferior da copa. Prevista intervenção de 4 em 4 anos, ou quando necessário. Realizar mecânica ou manualmente nas entrelinhas.
	Limpeza de povoamento	Esta operação deve ser realizada de forma a reduzir a densidade do povoamento, assegurando uma distribuição mais equilibrada das árvores do povoamento.
	Desramação	Pretende-se a obtenção fustes direitos e sem nós, para melhorar a qualidade da madeira. Esta operação deve ser feita apenas nas árvores selecionadas para permanecer no povoamento. Realizar em 2 ou 3 intervenções, até atingir 3-4 metros de altura. São desramadas as árvores co DAP entre os 10-15 cm. Não devem ser cortados ramos com mais de 2-3 cm na base. 1ª desramação aos 8 – 12 anos
	Desbaste	O 1º desbaste deve ocorrer quando as copas se tocarem (entre os 15 e 20 anos). Desbaste pelo baixo (retirar árvores mortas, doentes e de pior qualidade). Os restantes desbastes devem ocorrer com uma periodicidade de 10 anos. No primeiro desbaste devem ser retiradas cerca de 30% das árvores. E no segundo e terceiro desbaste devem ser retiradas cerca de 35 % das árvores existentes em cada parcela. **Nota:** os desbastes propostos serão efetuados tendo em conta a idade do povoamento que vai ser instalado. As árvores que, de momento têm cerca de 8 anos, serão intervencionadas na mesma altura.
	Corte de realização	O corte de realização deverá ocorrer aos 50 anos. Densidade final do povoamento deve ser de cerca de 100 árv/ha. Corte seletivo, permanecendo no povoamento as árvores de maiores dimensões por terem maior valor ecológico.

		O regime final do povoamento deverá ser de alto-fuste irregular.

Tabela 50 - Parcelas de Pinheiro-bravo (7.1.1.7 - 7.1.2.7 - 7.2.1.3).

PARCELA	OCUPAÇÃO ATUAL	OCUPAÇÃO FUTURA	FUNÇÃO PRINCIPAL	ÁREA (HA)	N (ÁRV/HA)	IDADE
7.1.1.7	PB	PB	Produção	0,93	160	15
7.1.2.7	MAT x PB	PB	Produção	0,69	-	-
7.2.1.3	PB x MAT	PB	Produção	18,56	220	15

Na parcela 7.1.2.7 existe regeneração natural de pinheiro-bravo e alguns indivíduos também de pinheiro-bravo com cerca de 15 anos, mas ambos casos de muito baixa densidade – motivo pelo qual não se indica nenhuma densidade para esta parcela na Tabela 50. Para a parcela referida, propõe-se a conservação da regeneração natural existente, bem como dos indivíduos adultos, e a plantação de novas árvores.

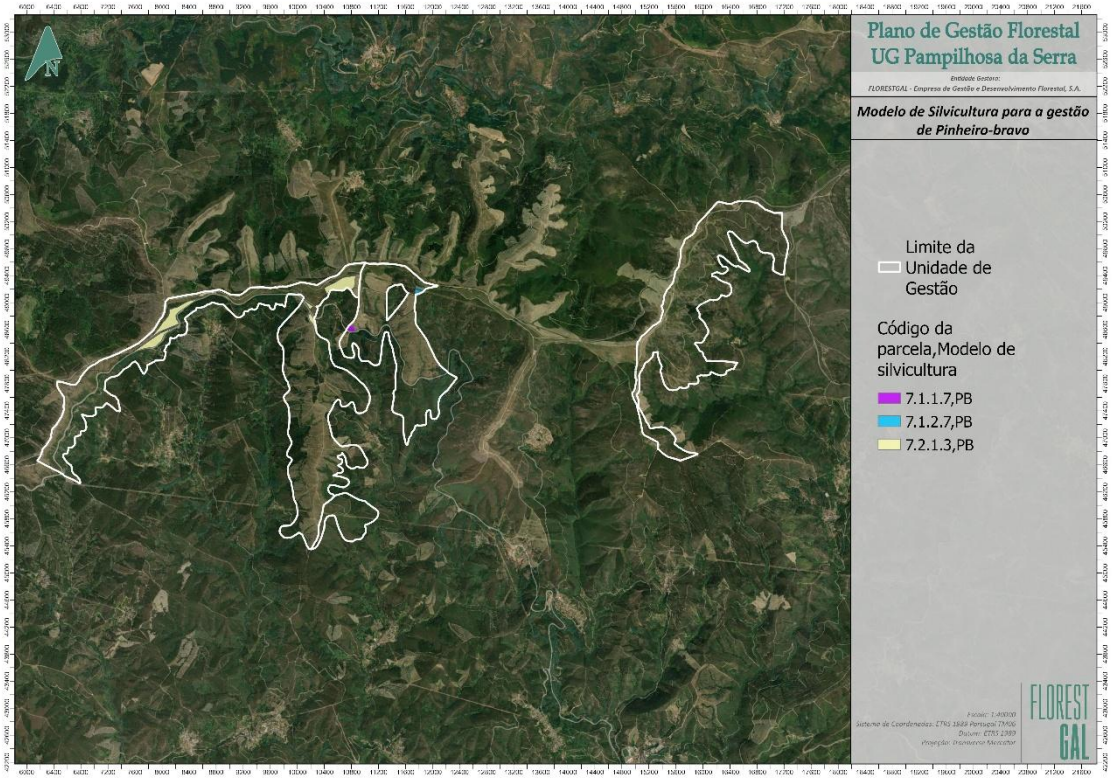


Figura 22 - Modelo de Silvicultura das parcelas 7.1.1.7, 7.1.2.7 e 7.2.1.3.

Tabela 51 - Descrição das operações das parcelas 7.1.1.7, 7.1.2.7 e 7.2.1.3.

TIPO DE INTERVENÇÃO	OPERAÇÕES	DESCRIÇÃO DA OPERAÇÃO
Instalação	Preparação de terreno	Propõe-se a preparação do terreno segundo as curvas de nível. Deve ser feita uma marcação e piquetagem prévia do terreno. Operações de mecanização não devem coincidir com época de nidificação.
	Regeneração natural	A regeneração natural de pinheiro-bravo existente em cada parcela será preservada, tendo as mesmas a densidade de: Parcela 7.1.1.7 – 160 árv/ha, com 15 anos de idade; Parcela 7.2.1.3 – 220 árv/ha, com 15 anos de idade.
	Adensamento	É aconselhável em solos não muito delgados ou que não estejam muito degradados. Dispensa a limpeza intra-especifíca precoce. Permite a utilização de plantas selecionadas, ou mesmo melhoradas. Deve ser realizado em linhas, entre outubro e novembro. Pretende-se que a densidade em cada parcela seja de 1800 árv/há, com um compasso de 3,5 x 1,5 metros. Pelo que:

		Na Parcela 7.1.1.7, devem ser plantadas cerca de 1640 árv/ha. Na Parcela 7.1.2.7, devem ser plantadas cerca de 1800 árv/ha Na Parcela 7.2.1.3, devem ser plantadas cerca de 1580 árv/ha. Nota: Pode ser realizada plantação ou sementeira, sempre com recurso a plantas certificadas ou sementes cuja origem deverá ser de região de proveniência compatível com a área do projeto.
	Adubação	No caso de se realizar plantação, a adubação é feita à cova com adubo de libertação controlada à razão de 30 g de adubo/planta. Em caso de sementeira, a adubação é realizada posteriormente.
	Retancha	De forma a manter o potencial produtivo da plantação é essencial assegurar o número de plantas previsto inicialmente. Pelo que, esta operação é importante nas situações em que ocorra mortalidade considerável de plantas. Propõe-se efetuar retancha caso a mortalidade seja superior a 15 % da área. E deve ser efetuada até à primavera do ano seguinte.
	Sacha	Esta operação deve ser realizada no final da primavera nos primeiros 2 anos após instalação do povoamento, de forma a acompanhar o desenvolvimento das plantas e controlar o estrato herbáceo concorrente, garantido a eliminação da concorrência.
Manutenção	Controlo de vegetação espontânea	Esta operação tem como objetivo reduzir a concorrência pela luz, água e elementos minerais e reduzir o riso de incêndio. Deve ser realizada quando a vegetação espontânea entra em concorrência diretamente com as jovens plantas e quando o estrato arbustivo entra em contacto com a parte inferior da copa. Prevista intervenção de 4 em 4 anos, ou quando necessário. Realizar mecânica ou manualmente nas entrelinhas.
	Limpeza de povoamento	Esta operação deve ser realizada de forma a reduzir a densidade do povoamento, assegurando uma distribuição mais equilibrada das árvores do povoamento.
	Desramação	Pretende-se a obtenção fustes direitos e sem nós, para melhorar a qualidade da madeira. Esta operação deve ser feita apenas nas árvores selecionadas para permanecer no povoamento. Realizar em 2 ou 3 intervenções, até atingir 3-4 metros de altura. São desramadas as árvores co DAP entre os 10-15 cm. Não devem ser cortados ramos com mais de 2-3 cm na base. 1ª desramação aos 8 – 12 anos

	Desbaste	O 1º desbaste deve ocorrer quando as copas se tocarem (entre os 15 e 20 anos). Desbaste pelo baixo (retirar árvores mortas, doentes e de pior qualidade). Os restantes desbastes devem ocorrer com uma periodicidade de 10 anos. No primeiro desbaste devem ser retiradas cerca de 30% das árvores. E no segundo e terceiro desbaste devem ser retiradas cerca de 35 % das árvores existentes em cada parcela. **Nota:** os desbastes propostos serão efetuados tendo em conta a idade do povoamento instalado. As árvores que, de momento têm cerca de 10/15 anos, serão intervencionadas na mesma altura.
	Corte de realização	O corte de realização deverá ocorrer aos 50 anos. Densidade final do povoamento deve ser de cerca de 100 árv/ha. Corte seletivo, permanecendo no povoamento as árvores de maiores dimensões por terem maior valor ecológico. O regime final do povoamento deverá ser de alto-fuste irregular.

Tabela 52 - Parcelas de Pinheiro-bravo (7.2.1.4).

PARCELA	OCUPAÇÃO ATUAL	OCUPAÇÃO FUTURA	FUNÇÃO PRINCIPAL	ÁREA (HA)	N (ÁRV/HA)	IDADE
7.2.1.4	PB x AC	PB	Produção	15,54	3000	10

Na parcela 7.2.1.4 devem ser removidos todos os indivíduos de *Acacia spp* presentes.

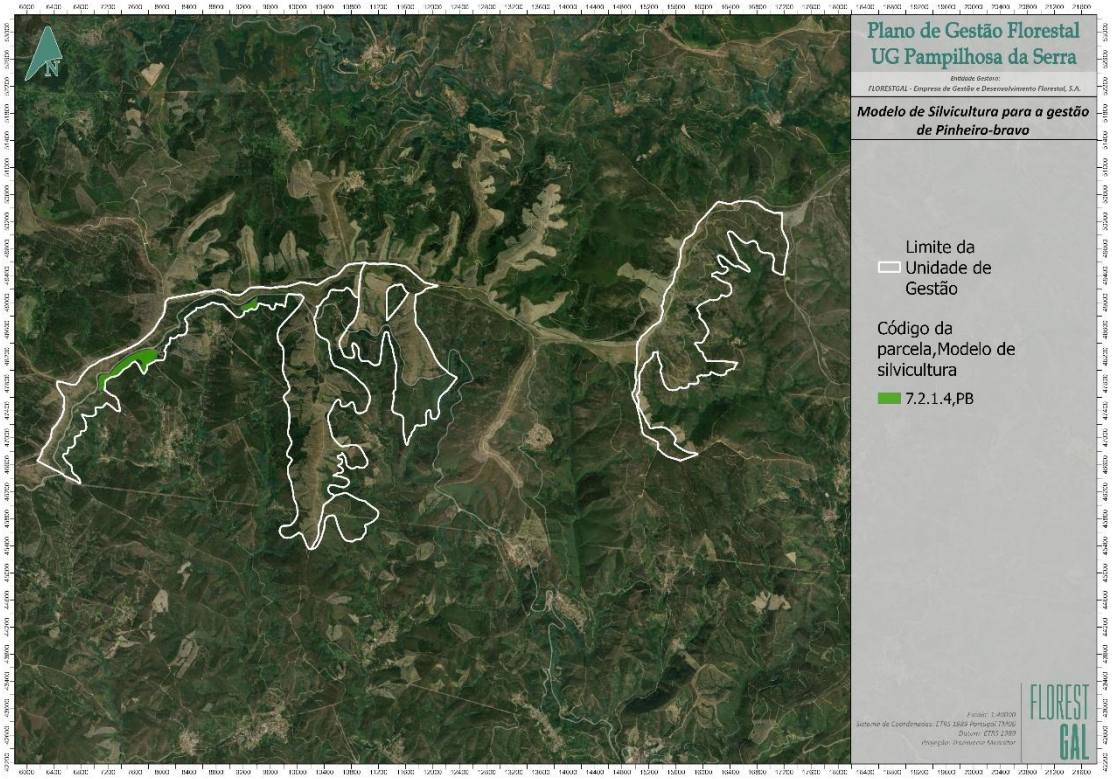


Figura 23 - Modelo de Silvicultura da parcela 7.2.1.4.

Tabela 53 - Descrição das operações da parcela 7.2.1.4.

TIPO DE INTERVENÇÃO	OPERAÇÕES	DESCRIÇÃO DA OPERAÇÃO
Manutenção	Controlo de vegetação espontânea	Esta operação tem como objetivo reduzir a concorrência pela luz, água e elementos minerais e reduzir o riso de incêndio. Deve ser realizada quando a vegetação espontânea entra em concorrência diretamente com as jovens plantas e quando o estrato arbustivo entra em contacto com a parte inferior da copa. Prevista intervenção de 4 em 4 anos, ou quando necessário. Realizar mecânica ou manualmente nas entrelinhas.
	Limpeza de povoamento	Esta operação deve ser realizada de forma a reduzir a densidade do povoamento, assegurando uma distribuição mais equilibrada das árvores do povoamento. A densidade da parcela deve ser reduzida para atingir cerca de 1800 árv/ha., com um compasso de 3,5 x 1,5 metros.
	Desramação	Pretende-se a obtenção fustes direitos e sem nós, para melhorar a qualidade da madeira. Esta operação deve ser feita apenas nas árvores selecionadas para permanecer no povoamento. Realizar em 2 ou 3 intervenções, até atingir 3-4 metros de altura. São desramadas as árvores co DAP entre os 10-15 cm. Não devem ser cortados ramos com mais de 2-3 cm na base.

		1ª desramação aos 8 – 12 anos
	Desbaste	O 1º desbaste deve ocorrer quando as copas se tocarem (entre os 15 e 20 anos). Desbaste pelo baixo (retirar árvores mortas, doentes e de pior qualidade). Os restantes desbastes devem ocorrer com uma periodicidade de 10 anos. No primeiro desbaste devem ser retiradas cerca de 30% das árvores. E no segundo e terceiro desbaste devem ser retiradas cerca de 35 % das árvores existentes em cada parcela.
	Corte de realização	O corte de realização deverá ocorrer aos 50 anos. Densidade final do povoamento deve ser de cerca de 100 árv/ha. Corte seletivo, permanecendo no povoamento as árvores de maiores dimensões por terem maior valor ecológico. O regime final do povoamento deverá ser de alto-fuste irregular.

Tabela 54 - Parcelas de Pinheiro-bravo (7.1.1.4 - 7.2.1.5).

PARCELA	OCUPAÇÃO ATUAL	OCUPAÇÃO FUTURA	FUNÇÃO PRINCIPAL	ÁREA (HA)	N (ÁRV/HA)	IDADE
7.1.1.4	PB	PB	Produção	6,33	180	20
7.2.1.5	PB x AC	PB	Produção	12,25	335	25

Uma vez que nas parcelas identificadas na Tabela 54 existem bosquetes densos de pinheiro-bravo com cerca de 20 anos, é necessário efetuar um desbaste/correção de densidades prévia ao adensamento com novas plantas de pinheiro-bravo.

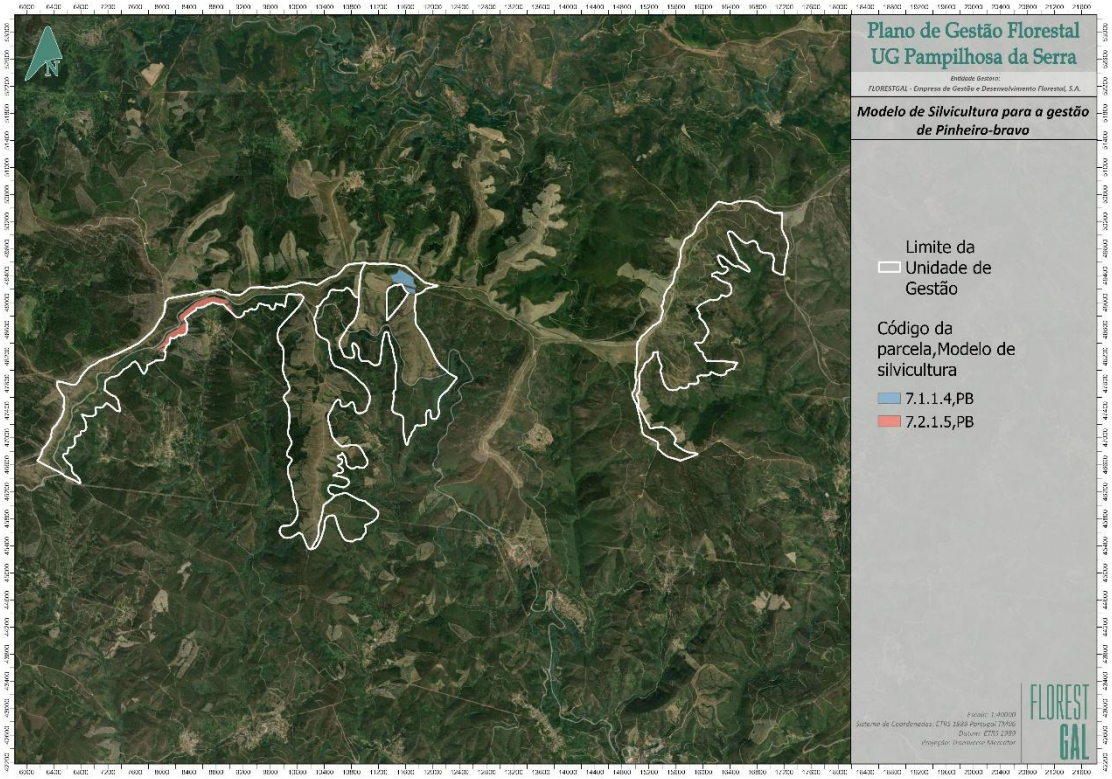


Figura 24 - Modelo de Silvicultura das parcelas 7.1.1.4 e 7.2.1.5.

Tabela 55 - Descrição das operações das parcelas 7.1.1.4 e 7.2.1.5.

TIPO DE INTERVENÇÃO	OPERAÇÕES	DESCRIÇÃO DA OPERAÇÃO
Instalação	Preparação de terreno	Propõe-se a preparação do terreno segundo as curvas de nível. Deve ser feita uma marcação e piquetagem prévia do terreno. Operações de mecanização não devem coincidir com época de nidificação.
	Regeneração natural	A regeneração natural de pinheiro-bravo existente em cada parcela será preservada, tendo as mesmas a densidade de: Parcela 7.1.1.4 – 180 árv/ha, com 20 anos de idade; Parcela 7.2.4.5 – 335 árv/ha, com 25 anos de idade.
	Adensamento	É aconselhável em solos não muito delgados ou que não estejam muito degradados. Dispensa a limpeza intra-especifíca precoce. Permite a utilização de plantas selecionadas, ou mesmo melhoradas. Deve ser realizado em linhas, entre outubro e novembro. Pretende-se que a densidade em cada parcela seja de 1800 árv/há, com um compasso de 3,5 x 1,5 metros. Pelo que: Na Parcela 7.1.1.4, devem ser plantadas cerca de 1620 árv/ha.

		Na Parcela 7.2.4.5, devem ser plantadas cerca de 1465 árv/ha Nota: Pode ser realizada plantação ou sementeira, sempre com recurso a plantas certificadas ou sementes cuja origem deverá ser de região de proveniência compatível com a área do projeto.
	Adubação	No caso de se realizar plantação, a adubação é feita à cova com adubo de libertação controlada à razão de 30 g de adubo/planta. Em caso de sementeira, a adubação é realizada posteriormente.
	Retancha	De forma a manter o potencial produtivo da plantação é essencial assegurar o número de plantas previsto inicialmente. Pelo que, esta operação é importante nas situações em que ocorra mortalidade considerável de plantas. Propõe-se efetuar retancha caso a mortalidade seja superior a 15 % da área. E deve ser efetuada até à primavera do ano seguinte.
	Sacha	Esta operação deve ser realizada no final da primavera nos primeiros 2 anos após instalação do povoamento, de forma a acompanhar o desenvolvimento das plantas e controlar o estrato herbáceo concorrente, garantido a eliminação da concorrência.
Manutenção	Controlo de vegetação espontânea	Esta operação tem como objetivo reduzir a concorrência pela luz, água e elementos minerais e reduzir o riso de incêndio. Deve ser realizada quando a vegetação espontânea entra em concorrência diretamente com as jovens plantas e quando o estrato arbustivo entra em contacto com a parte inferior da copa. Prevista intervenção de 4 em 4 anos, ou quando necessário. Realizar mecânica ou manualmente nas entrelinhas.
	Limpeza de povoamento	Esta operação deve ser realizada de forma a reduzir a densidade do povoamento, assegurando uma distribuição mais equilibrada das árvores do povoamento.
	Desramação	Pretende-se a obtenção fustes direitos e sem nós, para melhorar a qualidade da madeira. Esta operação deve ser feita apenas nas árvores selecionadas para permanecer no povoamento. Realizar em 2 ou 3 intervenções, até atingir 3-4 metros de altura. São desramadas as árvores co DAP entre os 10-15 cm. Não devem ser cortados ramos com mais de 2-3 cm na base. 1ª desramação aos 8 – 12 anos
	Desbaste	O 1º desbaste deve ocorrer quando as copas se tocarem (entre os 15 e 20 anos). Desbaste pelo baixo (retirar árvores mortas, doentes e de pior qualidade). Os restantes desbastes devem ocorrer com uma periodicidade de 10 anos.

		No primeiro desbaste devem ser retiradas cerca de 30% das árvores. E no segundo e terceiro desbaste devem ser retiradas cerca de 35 % das árvores existentes em cada parcela. **Nota**: os desbastes propostos serão efetuados tendo em conta a idade do povoamento instalado. As árvores que, de momento têm cerca de 20/25 anos, serão intervencionadas na mesma altura.
	Corte de realização	O corte de realização deverá ocorrer aos 50 anos. Densidade final do povoamento deve ser de cerca de 100 árv/ha. Corte seletivo, permanecendo no povoamento as árvores de maiores dimensões por terem maior valor ecológico. O regime final do povoamento deverá ser de alto-fuste irregular.

Tabela 56 - Parcela de Pinheiro-bravo e Cipreste (7.2.1.8).

PARCELA	OCUPAÇÃO ATUAL	OCUPAÇÃO FUTURA	FUNÇÃO PRINCIPAL	ÁREA (HA)	N (ÁRV/HA)	IDADE
7.2.1.8	PB	PB	Produção	1,68	1050	7
	CP	CP			1050	

Na parcela 7.2.1.8, ocorreu gradagem e redução de densidades em 2023. Nas linhas criadas, para além de pinheiro-bravo, existem ciprestes. Face ao exposto, prevê-se uma nova redução de densidades, antes de serem efetuados desbastes.

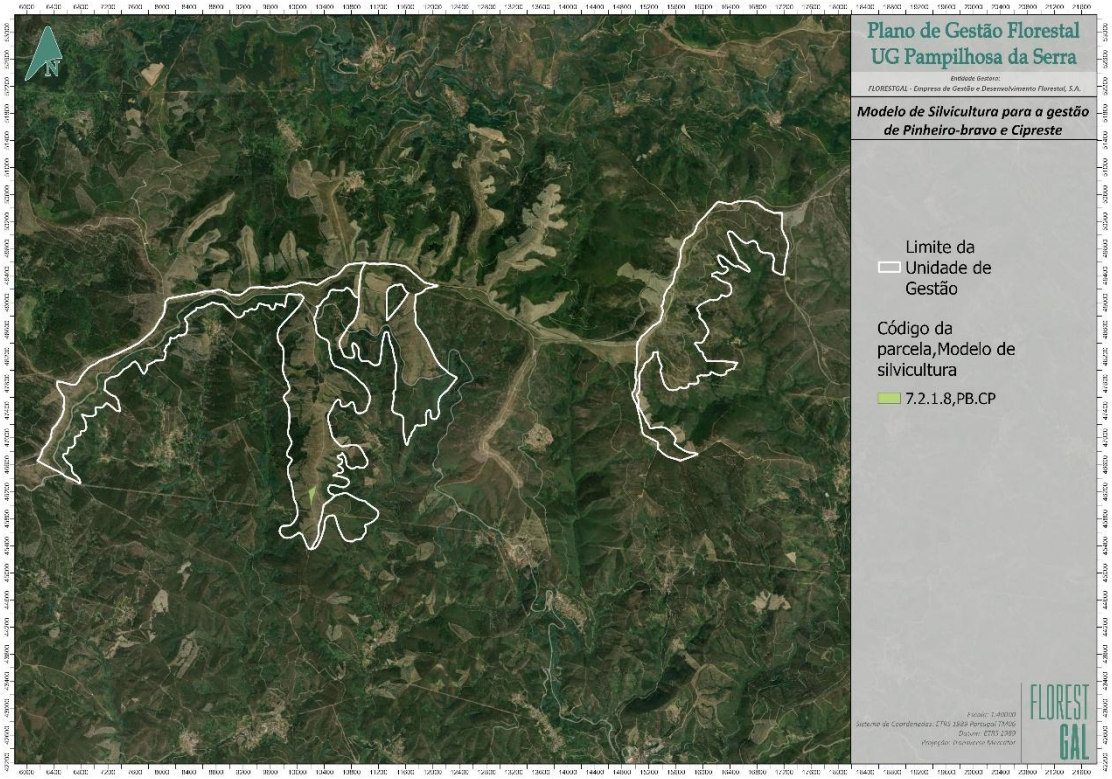


Figura 25 - Modelo de Silvicultura da parcela 7.2.1.8.

Tabela 57 - Descrição das operações da parcela 7.2.1.8.

TIPO DE INTERVENÇÃO	ESPÉCIE	OPERAÇÕES	DESCRIÇÃO DA OPERAÇÃO
Manutenção		Controlo de vegetação espontânea	Esta operação tem como objetivo reduzir a concorrência pela luz, água e elementos minerais e reduzir o riso de incêndio. Deve ser realizada quando a vegetação espontânea entra em concorrência diretamente com as jovens plantas e quando o estrato arbustivo entra em contacto com a parte inferior da copa. Prevista intervenção de 4 em 4 anos, ou quando necessário. Realizar mecânica ou manualmente nas entrelinhas.
		Limpeza de povoamento	Esta operação deve ser realizada de forma a reduzir a densidade do povoamento, assegurando uma distribuição mais equilibrada das árvores do povoamento. A densidade da parcela deve ser reduzida para atingir cerca de 1800 árv/ha., com um compasso de 2,4 x 2,3 metros.

	Pinus pinaster	Desramação	Pretende-se a obtenção fustes direitos e sem nós, para melhorar a qualidade da madeira. Esta operação deve ser feita apenas nas árvores selecionadas para permanecer no povoamento. Realizar em 2 ou 3 intervenções, até atingir 3-4 metros de altura. São desramadas as árvores co DAP entre os 10-15 cm. Não devem ser cortados ramos com mais de 2-3 cm na base. 1ª desramação aos 8 – 12 anos
		Desbaste	O 1º desbaste deve ocorrer quando as copas se tocarem (entre os 15 e 20 anos). Desbaste pelo baixo (retirar árvores mortas, doentes e de pior qualidade). Os restantes desbastes devem ocorrer com uma periodicidade de 10 anos. No primeiro desbaste devem ser retiradas cerca de 30% das árvores. E no segundo e terceiro desbaste devem ser retiradas cerca de 35 % das árvores existentes em cada parcela.
		Corte de realização	O corte de realização deverá ocorrer aos 50 anos. Densidade final do povoamento deve ser de cerca de 100 árv/ha. Corte seletivo, permanecendo no povoamento as árvores de maiores dimensões por terem maior valor ecológico. O regime final do povoamento deverá ser de alto-fuste irregular.
	Cupressus sp	Desramação	A realizar em sucessivas operações, iniciadas pelos 8 a 12 anos e espaçadas de 6 a 10 anos, até 1/3 da altura total.
		Desbaste	A realizar pelo baixo, numa só operação, entre os 20 e os 30 anos, retirando 30 a 40% das árvores, por forma a que a densidade final seja de 600 a 800 árvores por hectare.
		Corte final	A realizar aos 60 a 70 anos, abatendo 600 a 800 árvores por hectare.

Tabela 58 - Parcelas de Pinheiro-bravo (7.1.3.1 - 7.2.2.4 – 7.2.3.1).

PARCELA	OCUPAÇÃO ATUAL	OCUPAÇÃO FUTURA	FUNÇÃO PRINCIPAL	ÁREA (HA)	N (ÁRV/HA)	IDADE
7.1.3.1	AC	PB	Produção	11,88	-	-
7.2.2.4	MAT	PB	Produção	1,20	-	-
7.2.3.1	AC	PB	Produção	8,8	-	-

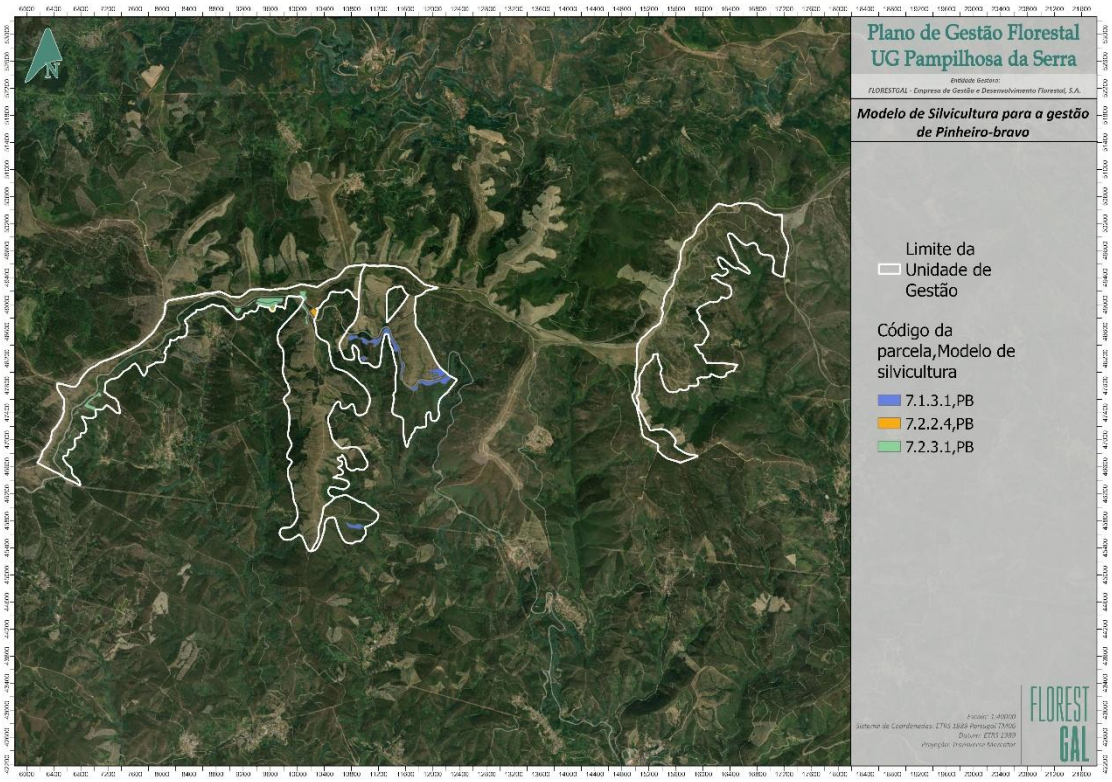


Figura 26 - Modelo de Silvicultura das parcelas 7.1.3.1, 7.2.2.4 e 7.2.3.1.

Tabela 59 - Descrição das operações das parcelas 7.1.3.1, 7.2.2.4 e 7.2.3.1.

TIPO DE INTERVENÇÃO	OPERAÇÕES	DESCRIÇÃO DA OPERAÇÃO
	Preparação de terreno	Propõe-se a preparação do terreno segundo as curvas de nível. Deve ser feita uma marcação e piquetagem prévia do terreno. Operações de mecanização não devem coincidir com época de nidificação.

Instalação	Plantação	É aconselhável em solos não muito delgados ou que não estejam muito degradados. Dispensa a limpeza intra-especifíca precoce. Permite a utilização de plantas selecionadas, ou mesmo melhoradas. Deve ser realizado em linhas, entre outubro e novembro. Na Parcela 7.1.3.1, 7.2.2.4 e 7.2.3.1, devem ser plantadas cerca de 1800 árv/ha em cada parcela, com um compasso de 3,5 x 1,5 metros. Pode ser realizada plantação ou sementeira, sempre com recurso a plantas certificadas ou sementes cuja origem deverá ser de região de proveniência compatível com a área do projeto.
	Adubação	No caso de se realizar plantação, a adubação é feita à cova com adubo de libertação controlada à razão de 30 g de adubo/planta. Em caso de sementeira, a adubação é realizada posteriormente.
	Retancha	De forma a manter o potencial produtivo da plantação é essencial assegurar o número de plantas previsto inicialmente. Pelo que, esta operação é importante nas situações em que ocorra mortalidade considerável de plantas. Propõe-se efetuar retancha caso a mortalidade seja superior a 15 % da área. E deve ser efetuada até à primavera do ano seguinte.
	Sacha	Esta operação deve ser realizada no final da primavera nos primeiros 2 anos após instalação do povoamento, de forma a acompanhar o desenvolvimento das plantas e controlar o estrato herbáceo concorrente, garantido a eliminação da concorrência.
Manutenção	Controlo de vegetação espontânea	Esta operação tem como objetivo reduzir a concorrência pela luz, água e elementos minerais e reduzir o riso de incêndio. Deve ser realizada quando a vegetação espontânea entra em concorrência diretamente com as jovens plantas e quando o estrato arbustivo entra em contacto com a parte inferior da copa. Prevista intervenção de 4 em 4 anos, ou quando necessário. Realizar mecânica ou manualmente nas entrelinhas.
	Limpeza de povoamento	Esta operação deve ser realizada de forma a reduzir a densidade do povoamento, assegurando uma distribuição mais equilibrada das árvores do povoamento.
	Desramação	Pretende-se a obtenção fustes direitos e sem nós, para melhorar a qualidade da madeira. Esta operação deve ser feita apenas nas árvores selecionadas para permanecer no povoamento. Realizar em 2 ou 3 intervenções, até atingir 3-4 metros de altura. São desramadas as árvores co DAP entre os 10-15 cm. Não devem ser cortados ramos com mais de 2-3 cm na base.

		1ª desramação aos 8 – 12 anos
	Desbaste	O 1º desbaste deve ocorrer quando as copas se tocarem (entre os 15 e 20 anos). Desbaste pelo baixo (retirar árvores mortas, doentes e de pior qualidade). Os restantes desbastes devem ocorrer com uma periodicidade de 10 anos. No primeiro desbaste devem ser retiradas cerca de 30% das árvores. E no segundo e terceiro desbaste devem ser retiradas cerca de 35 % das árvores existentes em cada parcela.
	Corte de realização	O corte de realização deverá ocorrer aos 50 anos. Densidade final do povoamento deve ser de cerca de 100 árv/ha. Corte seletivo, permanecendo no povoamento as árvores de maiores dimensões por terem maior valor ecológico. O regime final do povoamento deverá ser de alto-fuste irregular.

Tabela 60 - Parcela de Pinheiro-bravo (7.2.1.1).

PARCELA	OCUPAÇÃO ATUAL	OCUPAÇÃO FUTURA	FUNÇÃO PRINCIPAL	ÁREA (HA)	N (ÁRV/HA)	IDADE
7.2.1.1	PB	PB	Produção	5,49	900	27

Tendo em conta a idade do povoamento e com base na visita ao local da parcela, assume-se que foi efetuado um 1º desbaste, anteriormente.

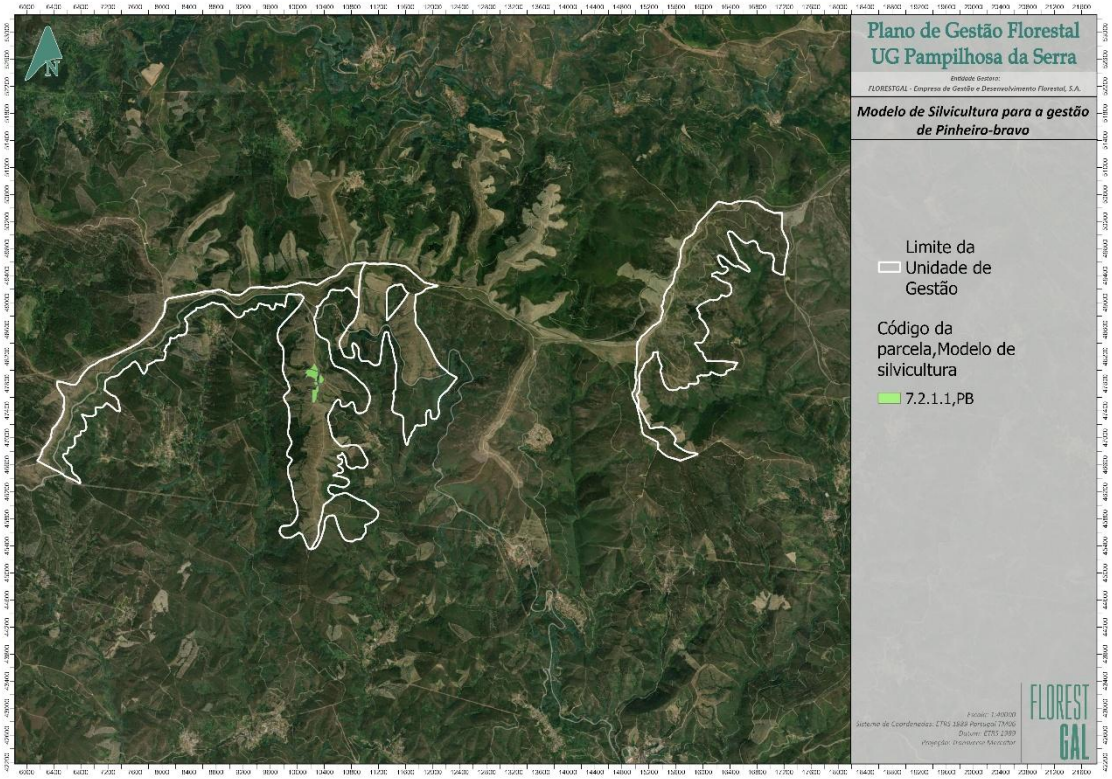


Figura 27 - Modelo de Silvicultura da Parcela 7.2.1.1.

Tabela 61 - Descrição das operações da parcela 7.2.1.1.

TIPO DE INTERVENÇÃO	OPERAÇÕES	DESCRIÇÃO DA OPERAÇÃO
Manutenção	Controlo de vegetação espontânea	Esta operação tem como objetivo reduzir a concorrência pela luz, água e elementos minerais e reduzir o risco de incêndio. Deve ser realizada quando a vegetação espontânea entra em concorrência diretamente com as jovens plantas e quando o estrato arbustivo entra em contacto com a parte inferior da copa. Prevista intervenção de 4 em 4 anos, ou quando necessário. Realizar mecânica ou manualmente nas entrelinhas.
	Limpeza de povoamento	Esta operação deve ser realizada de forma a reduzir a densidade do povoamento, assegurando uma distribuição mais equilibrada das árvores do povoamento.
	Desramação	Pretende-se a obtenção fustes direitos e sem nós, para melhorar a qualidade da madeira. Esta operação deve ser feita apenas nas árvores selecionadas para permanecer no povoamento. Realizar em 2 ou 3 intervenções, até atingir 3-4 metros de altura. São desramadas as árvores co DAP entre os 10-15 cm. Não devem ser cortados ramos com mais de 2-3 cm na base. 1ª desramação aos 8 – 12 anos

	Desbaste	O segundo deve ocorrer quando o povoamento tiver uma idade de cerca de 35 anos e devem ser retiradas cerca de 35 % das árvores existentes na parcel. O terceiro e último desbaste deve ocorrer 10 anos mais tarde (aos 45 anos), sendo também retiradas cerca de 35 % das árvores.
	Corte de realização	O corte de realização deverá ocorrer aos 50 anos. Densidade final do povoamento deve ser de cerca de 100 árv/ha. Corte seletivo, permanecendo no povoamento as árvores de maiores dimensões por terem maior valor ecológico. O regime final do povoamento deverá ser de alto-fuste irregular.

3.2.2. Modelo de silvicultura para a gestão de pseudotsuga

Tabela 62 - Parcelas de Pseudotsuga (7.1.5.1 - 7.2.5.1).

PARCELA	OCUPAÇÃO FUTURA	INTERVENÇÃO	N (ÁRV/HA)	ÁREA (HA)	IDADE
7.1.5.1	Pseudotsuga	Beneficiação	1490	13,19	3
7.2.5.1	Pseudotsuga	Beneficiação	1490	2,66	3

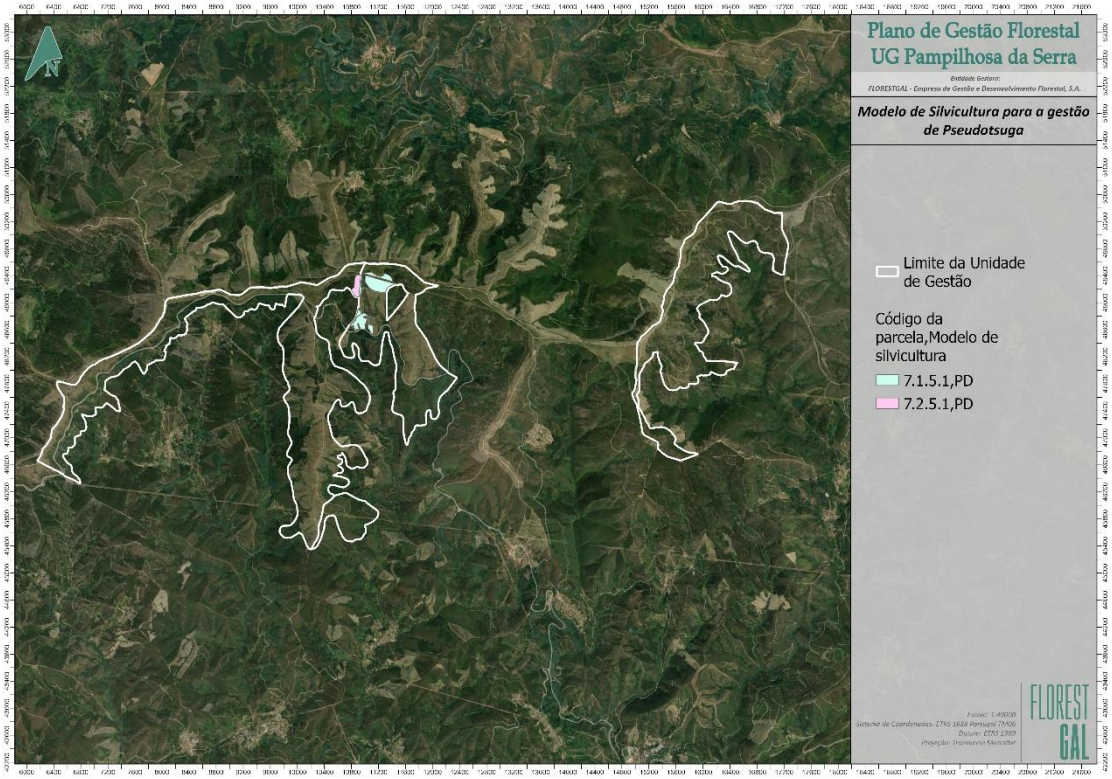


Figura 28 - Modelo de Silvicultura das parcelas 7.1.5.1 e 7.2.5.1.

Tabela 63 - Descrições das operações das parcelas 7.1.5.1 e 7.2.5.1.

TIPO DE INTERVENÇÃO	OPERAÇÕES	DESCRIÇÃO DA OPERAÇÃO
Manutenção	Controlo de vegetação espontânea	Esta operação tem como objetivo reduzir a concorrência pela luz, água e elementos minerais e reduzir o riso de incêndio. Deve ser realizada quando a vegetação espontânea entra em concorrência diretamente com as jovens plantas e quando o estrato arbustivo entra em contacto com a parte inferior da copa. Prevista intervenção de 4 em 4 anos, ou quando necessário. Realizar mecânica ou manualmente nas entrelinhas.
	1ªDesramação (10 – 15 anos)	Pretende-se a obtenção fustes direitos e sem nós, para melhorar a qualidade da madeira. Esta operação deve ser feita apenas nas árvores selecionadas para permanecer no povoamento (200-300 árv/ha). Realizar em 2 ou 3 intervenções, até atingir 3-4 metros de altura. São desramadas as árvores com DAP entre os 10-15 cm. Não devem ser cortados ramos com mais de 2-3 cm na base
	1 º Desbaste (20-30 anos)	Operação que deve decorrer quando as copas se tocarem. Desbaste seletivo pelo alto misto. O primeiro desbaste deverá ocorrer aos 25 anos, devendo ser retiradas cerca de 45% das árvores existentes em cada parcela.

	2ª Desramação (20-30 anos)	Escolher as árvores de futuro (200 árv/ha); desramar até 1/3 da altura total, as árvores escolhidas.
	2º Desbaste (30-40 anos)	Desbaste seletivo pelo alto misto, quando ocorrer contacto entre copas. Deverá ocorrer aos 35 anos, devendo ser retiradas cerca de 40% das árvores existentes em cada parcela.
	3º Desbaste (40-50 anos)	Desbaste seletivo pelo baixo. Deverá ocorrer aos 45 anos, devendo ser retiradas cerca de 40% das árvores existentes em cada parcela.
	Corte de realização (60 anos)	Numa revolução de 60 anos deverão existir no povoamento entre 150-220 árv/ha. Corte seletivo, permanecendo no povoamento as árvores de maiores dimensões por terem maior valor ecológico. Este corte poderá repetir-se a cada 10 anos, devendo ser feita a condução da regeneração natural de acordo com o modelo descrito. O regime final do povoamento deverá ser de alto-fuste irregular.

3.3. Programa de gestão do aproveitamento dos recursos não lenhosos e outros serviços associados

3.3.1. Função Principal – Conservação

Tabela 64 - Parcela de Carvalho-alvarinho e Pinheiro-bravo (7.1.1.5).

PARCELA	OCUPAÇÃO ATUAL	OCUPAÇÃO FUTURA	INTERVENÇÃO	ÁREA (HA)
7.1.1.5	PB x EC x AC	CR x PB	Reflorestação	0,19
7.2.3.2	AC	CR	Reflorestação	3,65

Nas parcelas 7.1.1.5 e 7.2.3.2 pretende-se retirar as espécies invasoras identificadas. Tendo em conta a função de conservação, propõe-se, na parcela 7.1.1.5, manter os pinheiros-bravos existentes e plantar carvalho-alvarinho, uma vez que a espécie referida faz parte do Grupo I de espécies a privilegiar da SRH Lousã e Açor, e porque já existe um povoamento desta espécie na UG com regeneração natural, relativamente perto desta parcela, o que sugere que a estação de qualidade é adequada ao seu desenvolvimento.

A plantação será realizada através de sementeira, de forma que o processo se assemelhe o mais possível a regeneração natural, e deverá ser efetuada por núcleos com distanciamento de 3 a 5 metros entre os mesmos, e distanciamento de 2 a 3 metros entre carvalhos. Prevê-se a plantação de cerca de 1300 árv/ha, totalizando cerca de 250 sementes.

Tabela 65 - Parcelas sem intervenção, com função principal de conservação (7.1.2.1 - 7.1.2.5 - 7.2.1.2 - 7.2.2.1).

PARCELA	OCUPAÇÃO ATUAL	OCUPAÇÃO FUTURA	INTERVENÇÃO	ÁREA (HA)
7.1.2.1	MAT x PB	MAT x PB	Sem intervenção	17,45
7.1.2.5	MAT x PB x CR	MAT x PB x CR	Sem intervenção	0,24
7.2.1.2	PB x MAT	PB x MAT	Sem intervenção	16,23
7.2.2.1	MAT x PB	MAT x PB	Sem intervenção	30,05

Nas parcelas 7.1.2.1 e 7.2.1.2, devido ao declive acentuado, não se pretende intervir nesta área, mantendo os matos existentes e os pinheiros-bravos.

Tabela 66 - Parcelas de beneficiação, com função principal de conservação (7.1.7.1).

PARCELA	OCUPAÇÃO ATUAL	OCUPAÇÃO FUTURA	INTERVENÇÃO	ÁREA (HA)
7.1.7.1	CR x PB x MAT	CR x PB	Beneficiação	1,88

Na parcela 7.1.7.1 pretende-se efetuar o controlo de vegetação espontânea e eliminar indivíduos doentes/mortos, de forma a beneficiar o povoamento.

Para as parcelas que têm conservação como função principal, propõe-se as seguintes operações para além das indicadas anteriormente:

- Controlo de vegetação espontânea, sempre que necessário, com moto roçadora manual;
- Adubação;
- Plantação/sementeira manual no caso de Carvalho-alvarinho (quando necessário);
- Retancha no caso da Cerejeira (quando necessário);
- Podas de formação;
- Controlo de fatores bióticos, eliminação de árvores doentes, cortes sanitários;
- Preservação de regeneração natural.

3.3.2. Função Principal – Proteção

Tabela 67 - Parcelas de beneficiação, com função principal de proteção (7.1.2.2 - 7.2.2.2)

PARCELA	OCUPAÇÃO ATUAL	OCUPAÇÃO FUTURA	INTERVENÇÃO	ÁREA (HA)
7.1.2.2	MAT x PB x MD x HK	PB x MD	Beneficiação	12,34
7.2.2.2	MAT x PB x MD	PB x MD	Beneficiação	17,84

Nas parcelas indicadas na Tabela 67 pretende-se retirar as espécies invasoras identificadas. Adicionalmente, propõe-se a beneficiação do arvoredo existente, através do controlo da vegetação espontânea quando o declive assim o permitir.

Tabela 68 - Parcelas de beneficiação, com função principal de proteção (7.1.6.1).

PARCELA	OCUPAÇÃO ATUAL	OCUPAÇÃO FUTURA	INTERVENÇÃO	ÁREA (HA)	N (ÁRV/HA)
7.1.6.1	CR	CR	Beneficiação	2,99	250

	CB	CB			542

Para determinar a densidade de cada espécie na parcela 7.1.6.1, realizou-se a contagem de plantas existentes nas linhas de plantação, em parcelas de amostragem de 240 m^2. O espaçamento entre linhas é de 3 m e de 2,5 m entre plantas (na linha).

Tabela 69 - Parcelas de beneficiação, com função principal de proteção (7.1.6.2).

PARCELA	OCUPAÇÃO ATUAL	OCUPAÇÃO FUTURA	INTERVENÇÃO	ÁREA (HA)
7.1.6.2	CB x CR x PB	CB x CR x PB	Beneficiação	5,43

Para as parcelas que têm proteção como função principal, propõe-se as seguintes operações para além das indicadas anteriormente:

- Controlo de vegetação espontânea, sempre que necessário, com moto roçadora manual;
- Adubação;
- Plantação/sementeira manual no caso de Carvalho-alvarinho (quando necessário);
- Retancha no caso da Cerejeira (quando necessário);
- Podas de formação;
- Controlo de fatores bióticos, eliminação de árvores doentes, cortes sanitários;
- Preservação de regeneração natural.

3.3.3. Galerias ripícolas

Nas parcelas identificadas na Tabela 70, apenas será efetuado o controlo e remoção de espécies invasoras, caso se verifique a sua presença.

Tabela 70 - Galerias ripícolas.

PARCELA	OCUPAÇÃO ATUAL	OCUPAÇÃO FUTURA	INTERVENÇÃO	ÁREA (HA)
7.1.4.1	ACA	ACA	Sem intervenção	38,31
7.1.4.2	ACA	ACA	Sem intervenção	0,72
7.2.4.1	ACA	ACA	Sem intervenção	23,51

Na Parcela 7.1.4.2, no seguimento do trabalho desenvolvido pela ECOSATIVA, foi identificado o Habitat 4020 – Charnecas húmidas atlânticas temperadas de *Erica ciliaris* e *Erica tetralix*, classificado como habitat prioritário, pelo que na parcela indicada não será efetuada nenhuma intervenção a não ser remoção de espécies invasoras, caso se confirme a sua presença.

3.4. Programa de infraestruturas

3.4.1. Rede viária florestal

Toda a rede viária florestal operacional deverá ser sujeita a manutenção e a ações de melhoria quando o seu estado assim o justifique. Desta forma, evita-se a degradação dos caminhos e problemas de erosão, para que os veículos possam circular em segurança. Adicionalmente, a manutenção referida deve assegurar a funcionalidade do sistema de drenagem, de maneira a minimizar os impactos no ambiente e assegurar a acessibilidade/circulação dos caminhos.

Considera-se adequado programar a manutenção da rede viária florestal com uma periodicidade de 3 anos e sempre que decorram ações de exploração. O programa de manutenção deverá contemplar inspeções regulares, durante as quais todos os locais de cruzamento com linhas de água devem ser avaliados, de forma a garantir que o sistema de drenagem se encontra desobstruído para que a água circule livremente.

Os caminhos poderão sofrer reparações e melhorias quando o seu estado assim o justifique. Considera-se adequado programar a sua manutenção com uma periodicidade de 3 anos e sempre que decorram ações de exploração.

3.4.2. Faixas de gestão de combustível

No que respeita à rede primária, a mesma é da responsabilidade dos compartes, sendo que a periodicidade de execução será de 3 anos, conforme PMDFCI.

Em relação à rede secundária, é da responsabilidade da Entidade Gestora da UG a execução da FGC num raio de 50 metros na envolvente do edificado existente no perímetro da UG. Nesta área deverá efetuar-se ações de controlo da vegetação espontânea e, de acordo com o PMDFCI, com uma periodicidade de execução de 2 em 2 anos.

A restante rede secundária e a rede terciária a executar é da responsabilidade de empresas privadas e/ou do Município.

3.5. Programa das operações silvícolas mínimas

Tabela 71 - Descrição das operações silvícolas mínimas.

PARCELAS	ANO	OPERAÇÕES	DESCRIÇÃO
Todas as parcelas	As intervenções propostas seguirão a calendarização prevista para as ações de corte, e manutenção dos povoamentos	Silvicultura preventiva	Favorecer a instalação de espécies autóctones mais resistentes ao fogo, criando mosaico; esta medida tem como objetivo a proteção do solo e o aumento da capacidade de infiltração da água como medida de restabelecimento do equilíbrio dos caudais hidrológicos (silvicultura de baixa intensidade).
			Manutenção e restauro de linhas de água com espécies autóctones; esta medida tem como objetivo o restabelecimento do equilíbrio dos caudais hidrológicos a diminuição da velocidade de escorrência da água e a diminuição do risco de erosão, como forma de proteção do solo; Preservação das manchas de mato coincidentes com a proteção de linhas de água;
		Gestão de combustíveis e Infraestruturas DFCI	Controlo de vegetação espontânea com recurso a corta-matos na FGC da rede secundária – Intervenção de 2 em 2 anos; Controlo de vegetação espontânea nas FRC da rede secundária – intervenção anual; Manutenção da RVF, com uma periodicidade de 3 a 5 anos.
		Defesa contra fatores bióticos	Monitorização de controlo de pragas e doenças, principalmente o nematode da madeira do pinheiro

3.6. Gestão florestal preconizada (calendarização das intervenções)

No Anexo 7 encontra-se informação cartográfica no que respeita às principais ações a executar, distribuídas por quinquénios.

OPERAÇÕES	1º QUINQUÉNIO (2026-2031)					2º QUINQUÉNIO (2031-2036)				
	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036
Preparação de terreno	7.1.2.3 7.1.2.4 7.1.2.6 7.1.1.7 7.1.2.7 7.2.1.3 7.1.3.1 7.2.2.4 7.2.3.1 7.1.1.5	7.1.1.4 7.2.1.5								
Adensamento/Plantação/Sementeira	7.1.2.3 7.1.2.4 7.1.2.6 7.1.1.7 7.1.2.7 7.2.1.3 7.1.3.1 7.2.2.4 7.2.3.1 7.1.1.5	7.1.1.4 7.2.1.5								
Adubação	7.1.2.3 7.1.2.4 7.1.2.6 7.1.1.7 7.1.2.7 7.2.1.3 7.1.3.1 7.2.2.4	7.1.1.4 7.2.1.5								

	7.2.3.1 7.1.1.5									
Retancha		7.1.2.3 7.1.2.4 7.1.2.6 7.1.1.7 7.1.2.7 7.2.1.3 7.1.3.1 7.2.2.4 7.2.3.1 7.1.1.5	7.1.1.4 7.2.1.5							
Sacha		7.1.2.3 7.1.2.4 7.1.2.6 7.1.1.7 7.1.2.7 7.2.1.3 7.1.3.1 7.2.2.4 7.2.3.1 7.1.1.5	7.1.2.3 7.1.2.4 7.1.2.6 7.1.1.7 7.1.2.7 7.2.1.3 7.1.1.4 7.2.1.5 7.1.3.1 7.2.2.4 7.2.3.1 7.1.1.5	7.1.1.4 7.2.1.5						
Controlo de vegetação espontânea	7.1.5.1 7.2.5.1				7.1.1.1 7.2.1.6 7.2.1.7 7.1.1.2 7.1.1.3 7.1.1.6 7.2.1.9 7.2.1.10 7.1.2.3 7.1.2.4 7.1.2.6 7.2.2.3				7.1.1.1 7.2.1.6 7.2.1.7 7.1.1.2 7.1.1.3 7.1.1.6 7.2.1.9 7.2.1.10 7.1.2.3 7.1.2.4 7.1.2.6 7.2.2.3	

					7.1.1.7 7.1.2.7 7.2.1.3 7.2.1.4 7.1.1.4 7.2.1.5 7.2.1.8 7.1.3.1 7.2.2.4 7.2.3.1 7.2.1.1 7.1.5.1 7.2.5.1				7.1.1.7 7.1.2.7 7.2.1.3 7.2.1.4 7.1.1.4 7.2.1.5 7.2.1.8 7.1.3.1 7.2.2.4 7.2.3.1 7.2.1.1 7.1.5.1 7.2.5.1	
Limpeza de povoamento (redução de densidades)	7.1.1.1 7.2.1.7 7.1.1.2 7.1.1.3 7.1.1.6 7.2.1.9 7.2.1.10 7.2.1.4 7.1.1.4 7.2.1.5									
Desramação de Pinheiro-Bravo	7.2.1.4		7.1.1.2 7.1.1.3 7.1.1.6 7.2.1.9 7.2.1.10 7.2.1.8		7.1.1.1 7.2.1.7 7.2.1.6					
Desramação de Pseudotsuga									7.1.5.1 7.2.5.1	
Desramação de Cipreste			7.2.1.8							
Desbaste de Pinheiro-Bravo								7.2.1.1		7.2.1.4
OPERAÇÕES	**3º QUINQUÉNIO (2036-2041)**					**4º QUINQUÉNIO (2041-2046)**				

	2037	2038	2039	2040	2041	2042	2043	2044	2045	2046
Controlo de vegetação espontânea			7.1.1.1 7.2.1.6 7.2.1.7 7.1.1.2 7.1.1.3 7.1.1.6 7.2.1.9 7.2.1.10 7.1.2.3 7.1.2.4 7.1.2.6 7.2.2.3 7.1.1.7 7.1.2.7 7.2.1.3 7.2.1.4 7.1.1.4 7.2.1.5 7.2.1.8 7.1.3.1 7.2.2.4 7.2.3.1 7.2.1.1 7.1.5.1 7.2.5.1				7.1.1.1 7.2.1.6 7.2.1.7 7.1.1.2 7.1.1.3 7.1.1.6 7.2.1.9 7.2.1.10 7.1.2.3 7.1.2.4 7.1.2.6 7.2.2.3 7.1.1.7 7.1.2.7 7.2.1.3 7.2.1.4 7.1.1.4 7.2.1.5 7.2.1.8 7.1.3.1 7.2.2.4 7.2.3.1 7.2.1.1 7.1.5.1 7.2.5.1			
Desramação de Pinheiro-Bravo	7.1.2.3 7.1.2.4 7.1.2.6 7.1.1.7 7.1.2.7 7.2.1.3 7.1.3.1 7.2.2.4 7.2.3.1	7.1.1.4 7.2.1.5								

Desramação de Cipreste			7.2.1.8							
Desbaste de Pinheiro-Bravo			7.1.1.2 7.1.1.3 7.1.1.6 7.2.1.9 7.2.1.10 7.2.1.8		7.1.1.1 7.2.1.7 7.2.1.6			7.2.1.1		7.1.2.3 7.1.2.4 7.1.2.6 7.2.2.3 7.1.1.7 7.1.2.7 7.2.1.3 7.2.1.4 7.1.3.1 7.2.2.4 7.2.3.1
Desbaste de Pseudotsuga							7.1.5.1 7.2.5.1			

B. Anexos